



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Agronomia

Reitor

Carlos Roberto Juliano Longo

Pró-Reitora Acadêmica

Adriana Pelizzari

Pró-Reitor Administrativo

Wesley Rodrigues Sepúlveda

Coordenadora Acadêmica de Graduação Presencial

Camilla Sara Gonçalves Cunha

Equipe - Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial

Adriana Cardoso Furtado

Angélica Bussolo Rodrigues

Degvânia Fernandes Pereira

Gidalti Guedes da Silva

Mariane Chinelato Boente do Nascimento

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Patrícia Targino Melo

Samuel Estevam Vidal

Sheila da Silva Borges

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Valéria Maria Gonzaga dos Santos

Procuradora Institucional

Naiara Nunes da Silva

Coordenador(a) do Curso

Fabiana Fonseca do Carmo Machado

Núcleo Docente Estruturante

Edilaine Sarlo Fernandes

Fabiana Fonseca do Carmo Machado

Morgana Maria Arcanjo Bruno

Paulo Cesar de Moraes

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
I. INFORMAÇÕES GERAIS DA IES E DO CURSO	5
1. Contextualização da região, da IES e do curso	5
2. Contexto educacional, econômico, social e cultural, abarcando características locais e regionais.....	6
3. Contexto Institucional	18
3.1 Valores Institucionais.....	26
4. Contexto do curso	29
II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	29
5. Políticas institucionais no âmbito do curso	29
5.1 Políticas de ensino	32
5.2 Políticas de extensão.....	33
5.3 Políticas de pesquisa e/ou iniciação científica.....	35
5.4. Responsabilidade Social na formação.....	36
6. Coerência entre PPC e diretrizes curriculares do curso	38
7. Objetivos gerais e específicos	40
8. Perfil profissional do egresso.....	41
8.2 Monitoramento do perfil profissional do egresso	42
9. Competências e habilidades.....	43
10. Estrutura curricular e conteúdos curriculares.....	45
11. Programa Propósito de Vida - PPV	46
12. Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental e ecologia integral	49
13. Ementário e referências bibliográficas.....	58
14. Atividades complementares	108
15. Estágio Supervisionado	112
16. Trabalho de Conclusão de Curso	115
17. Metodologias de ensino e aprendizagem.....	118
18. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).....	121
19. Sistemática de avaliação de aprendizagem	123
20. Sistemática de avaliação do curso: autoavaliação institucional, do curso e avaliações externas.....	124
III. CORPO SOCIAL	127
1. Formas de ingresso do Corpo Discente	127
2. Apoio e atenção ao discente	128
3. Políticas de inclusão e de acessibilidade.....	135
4. Gestão do curso	139
4.1 Perfil da Coordenação de curso	139
4.2 Processos de avaliação interna e externa do curso.....	139
5. Colegiado do Curso e Perfil do Núcleo Docente Estruturante.....	141
6. Perfil do Corpo docente	142
7. Formação Continuada Docente	143

8. Corpo técnico-administrativo	146
9. Política de atendimento ao docente e ao corpo técnico-administrativo	146
IV. INFRAESTRUTURA	149
1. Instalações gerais	149
2. Espaços físicos utilizados para o desenvolvimento do curso	151
3. Laboratórios didáticos e ambientes de formação básica e específica do Curso de Agronomia.....	152
4. Biblioteca	155
5. Comitês de ética e pesquisa (CEP) e na utilização de animais (CEUA).....	157
V. REFERÊNCIAS	174

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um instrumento norteador do curso de Agronomia da UCB, integrando as políticas acadêmicas institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional 2023/2027) com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução nº 1 de 2 de Fevereiro de 2006

I. INFORMAÇÕES GERAIS DA IES E DO CURSO

1. Contextualização da região, da IES e do curso

O surgimento da Universidade Católica de Brasília (UCB) está atrelado à história de Brasília, de maneira especial. Inserida no contexto regional do Planalto Central, a UCB vem contribuindo de forma significativa para a consolidação da região.

Brasília é uma cidade que nasce com a vocação para a administração pública federal. Assim, foi preciso considerar esta questão, bem como as contradições do sistema político e econômico específicos dessa realidade no projeto de criação da instituição que buscou, de maneira consistente e comprometida, atender à demanda por uma formação acadêmico-profissional de qualidade, e que também valorizasse uma atuação humanista e ética.

Em 12 de março de 1985, foi inaugurado o campus das então Faculdades Integradas Católica de Brasília (FICB), em Taguatinga, com o primeiro conjunto de edificações. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em Universidade Católica de Brasília.

A cidade de Taguatinga se tornara um local estratégico. Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga cresceu e se tornou um importante polo econômico, com avenidas, altos edifícios. Neste sentido, pode-se afirmar que a UCB e sua expansão ligam-se à própria condição de Brasília, importante espaço geopolítico que atrai pessoas de todo país.

O espaço geográfico do campus em Taguatinga, desde sua inauguração, não só valorizou a área, mas se transformou num ponto de convergência populacional que traz para si pessoas do Plano Piloto, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Riacho Fundo, além de Taguatinga e outras regiões do Distrito Federal e entorno. Os vários cursos oferecidos, desta forma, buscam responder às demandas sociais, ofertando à população uma formação acadêmica de qualidade que promova o crescimento e a qualificação pessoal e profissional dos seus estudantes, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

No final da década de 90 a Universidade Católica de Brasília (UCB), depois de consolidar-se por 29 anos na Educação Superior e por seis anos como Universidade, já

havia estabelecido sua área de saúde, com os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Biologia.

Com a infraestrutura já instalada e ciente da relevância social deste curso para a região, a UCB propôs a abertura do curso de Agronomia no Campus Taguatinga, partindo de princípios legais, institucionais, filosóficos e socioculturais perfeitamente identificados com o perfil pedagógico de sua Mantenedora e com os anseios da comunidade na qual estava inserida.

Assim, a partir da Resolução do Conselho Universitário de nº 22, publicada no Diário Oficial da União em 13/12/2021 que autorizava o funcionamento, o curso de Agronomia iniciou suas atividades no dia 13/12/2021, no Campus da UCB.

Releva notar que em 2019 foi inaugurado o campus em Ceilândia, com uma estrutura de 15.000m² de área total, funciona onde antes era o Colégio CESAM – Centro Salesiano do Aprendiz, da Inspetoria São João Bosco, uma das províncias fundadoras da UBEC. No local são ofertados os cursos de graduação presencial de Direito e Psicologia.

Nesse sentido, a UCB se coloca no mercado como uma instituição confessional-filantrópica (comunitária) que prima pela formação de qualidade, desenvolvendo suas atividades de forma indissociável entre Pesquisa, Ensino e Extensão, considerando a necessidade da região por profissionais altamente qualificados na administração pública e na iniciativa privada.

2. Contexto educacional, econômico, social e cultural, abarcando características locais e regionais

A UCB é a única Universidade privada do Distrito Federal-DF. Tem estudantes matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Dispõe de mais de 600 mil m² de área e conta com infraestrutura que privilegia o atendimento às demandas dos cursos/programas por ela oferecidos, e que vão desde salas de aula equipadas com acesso à internet, a recursos multimídia e laboratórios de ponta.

O avanço da modalidade de Educação a Distância veio atender às novas exigências sociais de formação. A UCB dispõe de Polos de Educação a Distância (PEAD), distribuídos em vários locais do território nacional e no exterior – EUA (Boston e Orlando) e Japão (Tóquio e Nagoya) – que contam com toda a infraestrutura necessária para o suporte à aprendizagem dos estudantes e à realização dos encontros e atividades presenciais. Os polos são viabilizados por uma aliança estratégica entre instituições parceiras e a UCB, caracterizando-se como uma grande rede de Educação a Distância e como uma ação com vistas à democratização do acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o mundo tem sofrido profundas transformações, principalmente nos campos tecnológico e econômico, com impactos significativos no

mundo do trabalho. A velocidade das mudanças traz novos desafios, exigindo capacidades de aprender e desenvolver novas competências (metacognição) para assimilar e se adaptar a novos contextos, avaliar novas e diferentes situações, lidar com o inesperado, e propor mudanças que tragam impactos positivos para a sociedade em permanente transformação. A mundialização do mercado, dos investimentos, da indústria, da informação e da produção do conhecimento sobre os processos locais, regionais e nacionais caracterizou a globalização. A nova economia sustenta-se, dentre outros aspectos, na utilização eficiente do conhecimento e na capacidade de inovar

O desenvolvimento tecnológico, neste sentido, é aspecto importante a ser considerado, pois tem demandado da sociedade (tanto das organizações quanto das pessoas), cada vez mais, a capacidade de gerar, lidar, produzir, gerir e armazenar, com segurança e de forma ética, dados e informações. O conhecimento, sua produção, gestão e disseminação, ganha novos contornos. Tais transformações resultaram, e ainda resultam, na mudança de valores e na reorganização da política mundial, com reflexo na educação.

Este contexto é ainda marcado por profundas desigualdades sociais que nos desafiam a construir alternativas criativas para os problemas da nossa época, em especial aos problemas da educação. Soma-se a isso a pandemia de Covid-19 que, desde 2020 obrigou os cursos a adaptarem suas formas de aprender e ensinar, bem como adaptar as suas atividades práticas e assistenciais. Os desafios que se colocam na atualidade para o educador parecem que se multiplicam diariamente.

Logo após decretada a Pandemia de Covid-19 pela OMS (12/03/2020), o curso de Agronomia da UCB traçou um planejamento estratégico para minimizar o impacto nas atividades práticas dos estudantes, com algumas ações a saber:

- monitoramento dos casos de Covid-19 para os estudantes com identificação de sinais e sintomas e preenchimento de formulário específico

- construção de um protocolo de segurança institucional, referente ao SARS Cov-2

- transferência das atividades teóricas para a modalidade síncrona e, após autorização por órgãos competentes, retomada gradativa das atividades práticas com redução do número de estudantes nos cenários.

As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que elas ocorrem. Compreender a evolução da sociedade e da educação como fatores interligados, nos leva a apontar que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de sua educação. Por meio dela, existem diferentes possibilidades a serem trabalhadas, desde a socialização e a preparação para o trabalho, até a construção de conhecimentos especializados que permitam novas soluções e promovam a inovação.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste, no centro leste do estado de Goiás. Limita-se a leste como os municípios de Cabeceira Grande, estado de Minas Gerais, e Formosa, estado de Goiás; a oeste limita-se com Santo Antônio Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas; ao norte com Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa e ao sul com Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, todos estes municípios pertencentes ao estado de Goiás (SES/DF, 2019).

FIGURA 1 – Composição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), Região Metropolitana e Municípios



Fonte: Nota Técnica CODEPLAN/DF (2018)

A configuração territorial do complexo territorial produzido pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília tem raízes fortes nessa história. O processo de ocupação do território do Planalto Central é datado do período pós-colonial, no início do séc. XVIII, com a vinda dos bandeirantes à procura de minérios, ampliações das áreas de pastagens e escravização dos índios nativos. Os fluxos populacionais de bandeirantes e africanos escravizados foram atraídos em virtude da atividade mineira e esvaziados após o declínio desta atividade. Entretanto, no início do século XX, o território do Planalto Central que inclui os Estados de Tocantins e Rondônia, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Para promover uma maior ocupação demográfica do território, o governo federal deu início a ações de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek (CODEPLAN, 2018).

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país está registrada na Constituição de 1891, mas somente foi efetivada na segunda metade do

Século XX, culminando com a construção de Brasília e a transferência da Capital. A região do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. Com as transformações estruturais da economia brasileira nas décadas de 1940 e 1950, a população da Região, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões, inicialmente associada à expansão da atividade agropecuária e, depois, com a urbanização de Brasília. Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília (CODEPLAN, 2018; SES/DF, 2019). Veja-se que há uma interface grande entre a implantação de Brasília, uma cidade planejada urbanisticamente, e os movimentos muito rápidos de expansão populacional e da economia da região, gerando um efeito muito diverso nos diferentes recortes territoriais.

A Tabela 1, apresenta uma caracterização da RIDE DF e Entorno, considerando os municípios e estados que a compõem, o instrumento formal de inclusão e características demográficas e socioeconômicas da região.

Os dados da tabela permitem compreender a relação de dependência das diferentes organizações políticas territoriais entre si e, sobretudo, com a Capital Federal e o Distrito Federal como um todo. A dinâmica regional envolve diferentes funcionalidades de ocupação dos territórios, desde a polarização econômica até fluxos diários da população para o trabalho, deslocamentos para compras ou obtenção de serviços, acesso a meios de comunicação etc. Como se verificou acima, no centro do território ocupado pela RIDE está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 66% da população, e uma grande área conurbada na direção sul, acompanhando a BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia. Outros municípios bastante populosos são Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010) e Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Esses municípios com o Distrito Federal somam uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. Como se registrou, além da população adscrita no Distrito Federal, para fins de análise do funcionamento da infraestrutura do território, é importante considerar a população residente nos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que foi criada com a Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04/05/2011, e teve a composição alterada pela Lei Complementar nº 163/2018. São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que

a integram devendo para tanto articular-se administrativamente com a União, Distrito Federal e com os Estados de Goiás e de Minas Gerais que a compõem. Atualmente a RIDE é composta por 29 municípios do Estado de Goiás e 4 municípios do Estado de Minas Gerais, além do DF (SES/DF, 2019).

TABELA 1 – Caracterização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), 2020

Nº	UF	Nome	Legislação	Área (km²)	População Estimada 2020	IDH (2010)	PIB (em R\$ mil) (2015)	Densidade Demográfica (hab./Km²)
1	DF	Distrito Federal	LC 94/1998	5.779,997	3.055.149	0,824	215 613 025	528,57
2	GO	Abadiânia	LC 94/1998	1.045,127	20.461	0,689	289 099	19,58
3	GO	Água Fria de Goiás	LC 94/1998	2.029,416	5.793	0,671	201 809	2,85
4	GO	Águas Lindas de Goiás	LC 94/1998	188,385	217.698	0,686	1 542 997	1.155,60
5	GO	Alexânia	LC 94/1998	847,893	28.010	0,682	730 529	33,03
6	GO	Alto Paraíso de Goiás	LC 163/2018	2.593,905	7.688	0,713	138 658	2,96
7	GO	Alvorada do Norte	LC 163/2018	1.259,366	8.705	0,660	108 906	6,91
8	GO	Barro Alto	LC 163/2018	1.093,248	11.408	0,742	605 006	10,43
9	GO	Cabeceiras	LC 94/1998	1.126,912	8.046	0,668	218 672	7,14
10	GO	Cavalcante	LC 163/2018	6.953,666	9.725	0,584	249 871	1,40
11	GO	Cidade Ocidental	LC 94/1998	389,985	72.890	0,717	642 343	186,90
12	GO	Cocalzinho de Goiás	LC 94/1998	1.789,039	20.504	0,657	285 878	11,46
13	GO	Corumbá de Goiás	LC 94/1998	1.061,955	11.169	0,680	145 059	10,52
14	GO	Cristalina	LC 94/1998	6.162,089	60.210	0,699	1 944 492	9,77
15	GO	Flores de Goiás	LC 163/2018	3.709,427	17.005	0,597	130 968	4,58
16	GO	Formosa	LC 94/1998	5.811,788	123.684	0,744	1 934 488	21,28
17	GO	Goiânia	LC 163/2018	1.547,274	71.075	0,727	1 098 113	45,94
18	GO	Luziânia	LC 94/1998	3.961,100	211.508	0,701	3 353 547	53,40
19	GO	Mimoso de Goiás	LC 94/1998	1.386,915	2.583	0,665	37 431	1,86
20	GO	Niquelândia	LC 163/2018	9.843,247	46.730	0,715	1 199 152	4,75
21	GO	Novo Gama	LC 94/1998	194,992	117.703	0,684	799 207	603,63
22	GO	Padre Bernardo	LC 94/1998	3.139,175	34.430	0,651	479 875	10,97
23	GO	Pirenópolis	LC 94/1998	2.205,010	25.064	0,693	373 758	11,37
24	GO	Planaltina	LC 94/1998	2.543,677	90.640	0,669	917 297	35,63
25	GO	Santo Antônio do Descoberto	LC 94/1998	944,145	75.829	0,665	572 101	80,31
26	GO	São João d'Aliação	LC 163/2018	3.327,379	14.085	0,685	229 562	4,23
27	GO	Simolândia	LC 163/2018	347,976	6.879	0,645	86 138	19,77
28	GO	Valparaíso de Goiás	LC 94/1998	61,450	172.135	0,746	2 155 089	2.801,22
29	GO	Vila Boa	LC 94/1998	1.060,172	6.312	0,647	104 363	5,95
30	GO	Vila Propício	LC 163/2018	2.181,583	5.882	0,634	199 087	2,70
31	MG	Arimas	LC 163/2018	5.279,419	17.862	0,656	197 938	3,38
32	MG	Buritiz	LC 94/1998	5.225,186	25.013	0,672	601 789	4,79
33	MG	Cabeceira Grande	LC 163/2018	1.031,409	6.988	0,648	203 236	6,78
34	MG	Unai	LC 94/1998	8.448,082	84.930	0,736	2 439 492	10,05
TOTAL				94.570,389	4.693.793	0,782	239 828 975	49,63

Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019); dados populacionais recuperados de estimativas do TABNET/Ministério da Saúde para 2020; IDH recuperado do IBGE Cidades (cor azul = IDH Muito Alto, verde = Alto; amarelo = Médio; alaranjado = Baixo).

A distribuição da população e dos indicadores sociais e econômicos no DF dá destaque à alta densidade demográfica nas áreas de ocupação mais recentes de expansão da urbanização. Existem “bolsões” de densidade muito acima da média, que se refletem em outros indicadores sociais e econômicos.

TABELA 2 – Distribuição da população por Regiões de Saúde e Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018

Região de Saúde	Região Administrativa (RA)	População 2018	%
CENTRAL	RA1 - Brasília (Asa Norte)	145.311	4,89%
	RA1 - Brasília (Asa Sul)	104.817	3,53%
	RA11 - Cruzeiro	41.457	1,39%
	RA16 - Lago Sul	36.673	1,23%
	RA18 - Lago Norte	39.152	1,32%
	RA 22 - Sudoeste/Octogonal	59.117	1,99%
	RA 23 - Varjão	10.385	0,35%
	Total da Região Central	436.912	14,70%
CENTRO-SUL	RA8 - N. Bandeirante	28.698	0,97%
	RA10 - Guará	126.829	4,27%
	RA17 - R. Fundo I	41.347	1,39%
	RA19 - Candangolândia	18.444	0,62%
	RA 21- R. Fundo II	40.694	1,37%
	RA 24 - Park Way	23.064	0,78%
	RA 25 - SCIA (Estrut.)*	33.494	1,13%
	RA 29 - S.I.A.*	2.772	0,09%
	Total da Região Centro-Sul	315.342	10,61%
NORTE	RA5 - Sobradinho I	89.935	3,03%
	RA 6 - Planaltina	195.027	6,56%
	RA 26 - Sobradinho II	83.713	2,82%
	RA 31 - Fercal	10.054	0,34%
	Total da Região Norte	378.729	12,74%
SUL	RA2 - Gama	156.321	5,26%
	RA13 - Santa Maria	133.905	4,51%
	Total da Região Sul	290.226	9,76%
LESTE	RA7 - Paranoá	62.510	2,10%
	RA14 - São Sebastião	95.199	3,20%
	RA 27- Jd. Botânico	23.385	0,79%
	RA 28 - Itapoã	50.073	1,68%
	Total da Região Leste	231.167	7,78%
OESTE	RA4 - Brazlândia	65.814	2,21%
	RA9 - Ceilândia (**)	461.057	15,51%
	Total da Região Oeste	526.871	17,73%
SUDOESTE	RA3 - Taguatinga	239.315	8,05%
	RA12 - Samambaia	226.355	7,62%
	RA15 - Recanto das Emas	141.218	4,75%
	RA 20 - Águas Claras (†)	117.834	3,96%
	RA 30 - Vicente Pires	68.240	2,30%
	Total da Região Sudoeste	792.962	26,68%
TOTAL		2.972.209	100%

Fonte: Plano de Saúde do DF (2019).

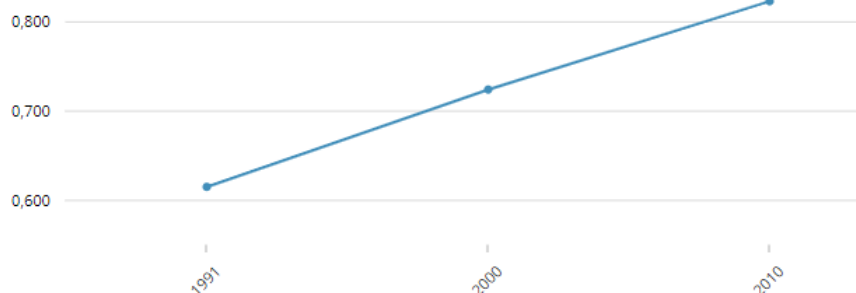
O Distrito Federal tem um Índice de Desenvolvimento Humano que se mantém na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano nos últimos anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios, o IDHM do Distrito Federal era 0,854, em 2016 e em 2017 era de 0,850. Esse desempenho coloca do Distrito Federal em primeiro lugar entre as 27 Unidades da Federação. Entretanto, esse indicador tem variações por sexo, por cor e por situação do domicílio, conforme se verá. A tendência do IDH no Distrito Federal é de crescimento, conforme demonstra a figura abaixo, calculada com dados dos censos populacionais.

FIGURA 3 – Variação do IDHM no Distrito Federal, 1991 a 2010



IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal

0,824 [2010]



Fonte: IBGE Cidades.

A desagregação do indicador por sexo também é relevante para analisar o contexto do Distrito Federal. Em 2010, o valor para as mulheres no Distrito Federal era 0,851 e, para os homens, de 0,797, o que coloca ambos os grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,054. O IDHM da população feminina em 2017 era 0,875, e da população masculina neste mesmo ano era de 0,823, o que coloca os dois grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

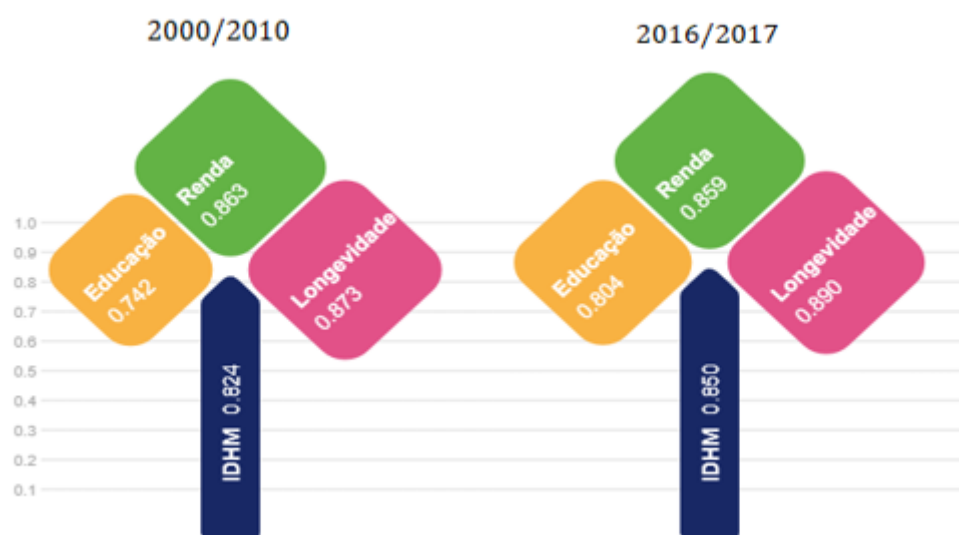
Analisando as informações por cor, segundo o Censo Demográfico, o IDHM da população negra do Distrito Federal era de 0,788, o que a situava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano, era de 0,867, correspondente à faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,079. O IDHM da população negra em 2017 era 0,810, posicionado na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM da população branca neste mesmo ano era de 0,890, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Quando os dados são desagregados por situação de domicílio, segundo o Censo Demográfico de 2010, o IDHM da população residente na área urbana do Distrito Federal era 0,829 em 2010, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população residente na área rural nesse mesmo ano, era de 0,702, correspondente à faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,127.

Os dados do IDHM também podem ser analisados de acordo com as dimensões que o compõe. O IDHM do Distrito Federal apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, segundo informações do Censo Demográfico. Neste período, a evolução do índice foi de 13,66%. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 7,25%, o IDHM Educação apresentou alteração de 27,49% e o IDHM Renda apresentou alteração

de 7,20%. Em 2016, era 0,854 e em 2017, 0,850, e, neste período, a evolução do índice foi de -0,47%. Na figura abaixo, vemos que, para as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2016 e 2017, o IDHM Longevidade apresentou alteração de 0,56%, o IDHM Educação apresentou alteração de -2,43% e o IDHM Renda apresentou alteração de 0,70%

FIGURA 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo as variações das dimensões que o compõe, Distrito Federal, 2000/2010 e 2016/2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, quatro referentes ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade. Segundo dados do último Censo Demográfico, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,46%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 88,32%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,32%; e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,48%. Utilizando dados da PNAD Contínua, é possível identificar que, em 2017, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola neste ano era de 93,50%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 95,50%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,75%; e, por fim, a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 69,12%. Ainda com base nas informações da PNAD Contínua, em 2012, 84,31% da população de 6 a 17 anos do Distrito Federal estava cursando o ensino básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2017, esse percentual era de 87,31% da população. A taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio era de 26,70%, em 2013, e passou para

24,60%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 2,00%, em 2013 para 2,40%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 9,90%, em 2013 e em 2014, de 9,80%. Por sua vez, o indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica a média de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Em 2012, segundo informações da PNAD Contínua, essa média era de 9,90 anos e em 2017, foi de 10,33 anos. Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, que é afetado pela menor escolaridade das gerações mais antigas. Com base nos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 59,48% para 72,32%. Utilizando as informações da PNAD Contínua, nos anos de 2012 e 2017, esse percentual foi de 76,14% e 78,72%. Em 2017, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade do Distrito Federal, 3,74% eram analfabetos, 76,06% tinham o ensino fundamental completo, 66,42% possuíam o ensino médio completo e 30,59%, o superior completo.

Sobre a dimensão Renda do IDHM, que representa o segundo componente de maior relevância na composição final do Índice em 2010, os dados também são favoráveis. Segundo informações do Censo Demográfico, a renda per capita mensal no Distrito Federal era de R\$ 1.199,44, em 2000 e R\$ 1.715,11, em 2010, a preços de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento desse valor a uma taxa média anual de 42,99%. As informações da PNAD Contínua mostram que houve crescimento da renda per capita mensal entre os anos de 2016 e 2017, passando de R\$ 1.614,34 para R\$ 1.681,05 (a preços de agosto de 2010), o que equivale a uma variação de 4,13% no período, em termos reais. Entretanto, os indicadores de pobreza não são tão positivos e demonstram que a renda aumentou, concentrando-se nos segmentos populacionais mais abastados. A proporção de pessoas extremamente pobres, ou seja, com renda per capita inferior a R\$70,00 (a preços correntes de agosto de 2010), passou de 1,77%, em 2016, para 2,76%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010) era de 4,34%, em 2016 e 4,96%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a R\$255,00, a preços de agosto de 2010), era 11,780%, em 2016 e 11,780%, em 2017. Em 2017, as proporções de extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza na população feminina eram de 2,94%, de 5,21% e de 12,23%, respectivamente. Já na população masculina, essas mesmas proporções eram de 2,56%, de 4,69% e de 11,28%. Considerando a desagregação da população por cor, nesse mesmo ano, 3,67% dos negros eram extremamente pobres, 6,33% eram pobres e 14,79% eram vulneráveis à pobreza. Na população branca, essas proporções eram de 1,33%, 2,87% e 7,06%, respectivamente. A desigualdade da renda pode ser descrita pelo Índice de Gini. No Distrito Federal, esse índice era de 0,630 em 2000 e de 0,630, em

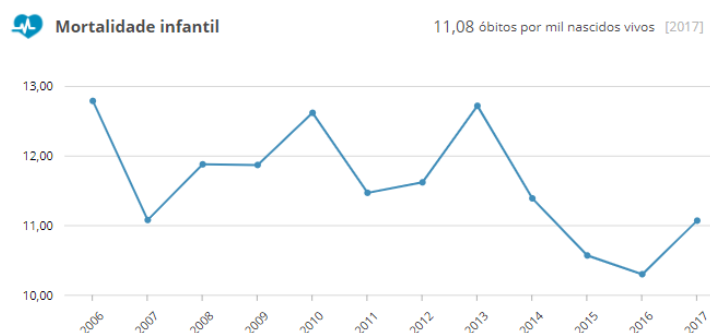
2010, segundo dados do Censo Demográfico. Mais recentemente, segundo dados da PNAD Contínua, situou-se em 0,570, em 2016 e em 0,591, em 2017.

Entre 2000 e 2010, período entre os dois últimos Censos Demográficos, no Distrito Federal a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente, passou de 72,99% para 74,34%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 15,93% para 7,58%. O grau de formalização da população ocupada de 18 anos ou mais de idade era de 71,62 em 2010, sendo maior entre a população masculina e de brancos; dessa população ocupada, a porcentagem com rendimento mensal de até 1 salário-mínimo era de 8,46% em 2010, sendo maior entre a população feminina e de negros.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. A esperança de vida ao nascer da população do Distrito Federal, de acordo com os dados do Censo Demográfico, se alterou em 3,49 anos entre 2000 e 2010. Analisando as informações por situação de domicílio, a esperança de vida ao nascer da população residente na área urbana foi 77,53, já na área rural foi de 73,81, ambas para 2010. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a esperança de vida ao nascer era de 78,37 anos. Por sua vez, a mortalidade infantil, definida como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, passou de 20,71 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,01 por mil nascidos vivos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nas informações por situação de domicílio, em 2010, a mortalidade infantil na área urbana foi 13,64 e na área rural 22,17. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a mortalidade infantil era de 10,32 por mil nascidos vivos. Em 2013, esse valor era de 11,22 por mil nascidos vivos.

Na Figura 5 se pode verificar uma oscilação importante do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, com uma tendência de redução significativa no período de 2013 a 2016, com um pico de crescimento nos dois últimos anos da série. Como se verá adiante, esse pico recente está associado à redução da cobertura populacional por atenção básica.

FIGURA 5 – Série histórica do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, 2006 - 2017

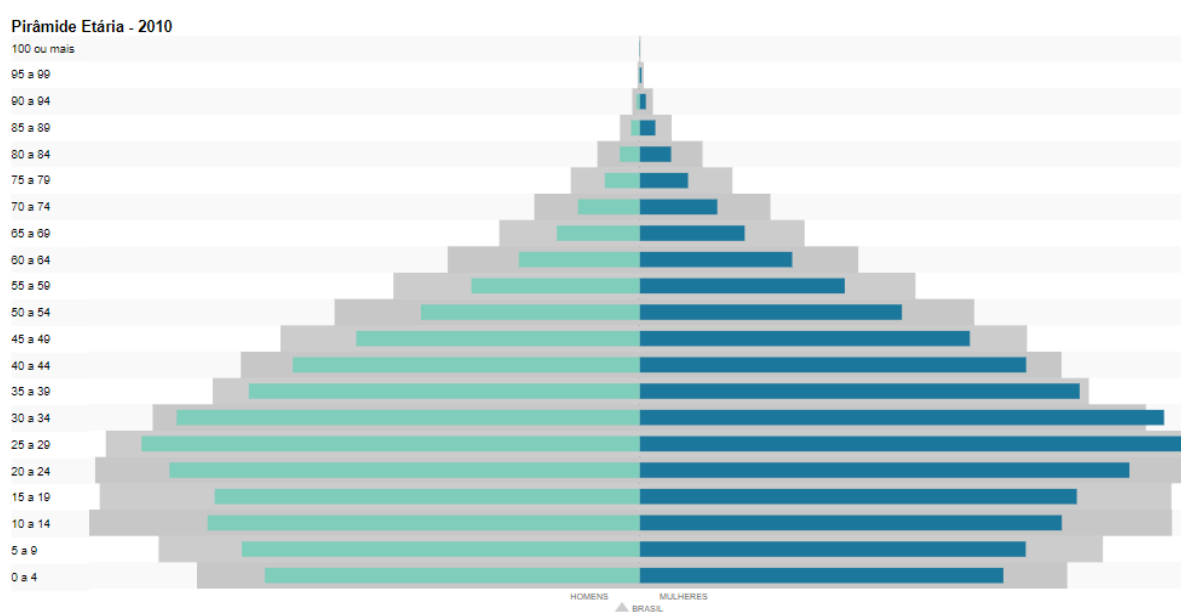


Fonte: IBGE Cidades.

O indicador Razão de Dependência é a proporção de população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa). Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência no Distrito Federal era de 46,49%, em 2000 e 40,14% em 2010. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 3,29% e 4,97% respectivamente. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência atingiu 37,49% e, por sua vez, a taxa de envelhecimento alcançou 8,09%. Taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Na Figura 6 pode ser verificado que a estrutura etária da população do Distrito Federal é muito diversa daquela do Brasil como um todo. O formato da pirâmide revela uma transição demográfica mais avançada no município e no estado em comparação com o Brasil como um todo, com a maior concentração de população nas faixas de 25 a 34 anos, tanto para o sexo masculino quanto feminino. O desenho da pirâmide populacional indica uma redução de natalidade e da tendência da mortalidade infantil nos últimos anos. Esse desenho também está associado a uma transição epidemiológica, com o aumento das doenças crônicas e aquelas prevalentes na população adulta e idosa.

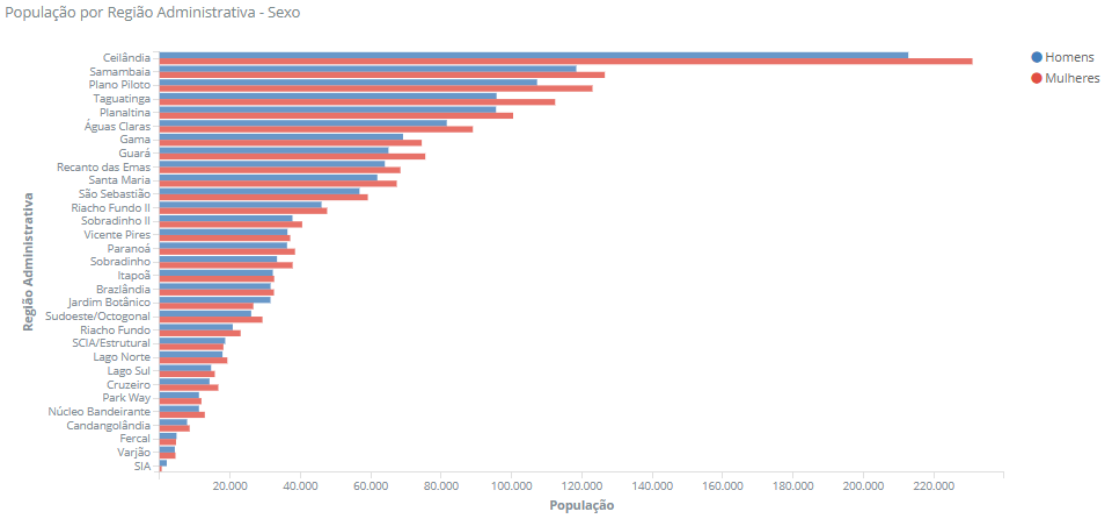
FIGURA 6 – Pirâmides Etárias do Distrito Federal, Censo Demográfico, 2010



Fonte: IBGE Cidades.

Conforme se verificou na Tabela 2, a população do Distrito Federal não se distribui uniformemente pelo território. A figura abaixo detalha a composição da população, por sexo, nas Regiões Administrativas do DF apontando, igualmente, uma distribuição populacional bem desigual no território (Figura 7).

FIGURA 7 – Distribuição da população pelas Regiões Administrativas, Distrito Federal, 2020



Fonte: InfoSaúde/Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

Nesse cenário, a preocupação da educação deve se voltar para a formação de cidadãos críticos, conscientes e profissionalmente competentes, que sejam capazes de interagir com as diferentes áreas do conhecimento, respeitando o outro, a si mesmo e a natureza, ao mesmo tempo em que precisam acompanhar o constante avanço tecnológico.

TABELA 3 – Distribuição da População do Distrito Federal por grupos de características especiais, 2020

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Mulheres em Idade Fértil (10 a 49 anos)	Faixa etária (pessoas)			
					0 a 4 anos	10 a 19 anos	60 anos e mais	30 a 69 anos
Região Central	486.912	202.909	284.003	138.009	38.964	46.499	75.485	233.977
...Brasília	250.128	134.300	116.028	78.761	9.974	26.211	45.821	145.378
...Área Norte	145.311	67.629	77.682	47.839	6.081	15.407	21.455	85.523
...Área Sul	104.817	46.471	58.346	30.941	3.893	10.804	24.366	59.855
...Cruzeiro	41.457	19.125	22.332	14.023	1.826	5.531	5.819	23.125
...Lago Norte	39.152	19.003	20.149	11.044	1.398	3.717	7.750	23.041
...Lago Sul	36.673	17.383	19.090	9.888	1.264	3.682	9.311	21.542
...Sudoeste/Oct	59.117	27.982	31.135	20.586	3.305	5.378	6.276	36.601
...Varjão do Tordo	10.385	5.116	5.269	3.712	987	1.982	480	4.290
Região Centro - Sul	315.342	149.657	165.685	106.554	20.158	46.736	35.782	161.734
...Candangolândia	18.444	8.816	9.628	6.204	1.147	2.718	1.987	9.216
...Guard	126.828	57.381	69.446	41.904	6.636	15.749	19.629	69.345
...Núcleo Bandeirante	28.698	13.336	15.362	9.908	1.661	4.085	3.561	34.888
...Park Way	23.064	11.354	11.711	7.227	1.300	3.030	3.339	33.203
...Riocho Fundo I	41.347	19.845	21.502	14.624	2.639	6.108	3.544	21.393
...Riocho Fundo II	40.694	19.879	20.815	14.629	3.259	7.612	2.328	38.987
...SCIA (Estrutural)	33.494	17.089	16.405	11.487	3.381	7.162	1.256	33.322
...SIA	2.772	1.957	815	576	134	298	139	1.380
Região Leste	231.167	117.534	113.634	79.448	19.646	40.183	12.952	104.837
...Itapoã	50.073	25.336	24.737	17.701	5.395	9.794	1.496	20.723
...Jardim Botânico	23.385	11.387	11.998	7.726	1.457	3.022	2.526	33.327
...Paranoá	62.530	30.496	32.034	21.455	5.063	10.560	4.875	28.566
...São Sebastião	95.199	50.315	44.884	32.567	7.530	16.808	4.055	42.221
Região Norte	378.729	183.461	195.267	128.711	28.723	64.483	34.762	182.007
...Fercal	10.054	5.290	4.864	3.225	1.008	1.930	684	4.340
...Planaltina	295.027	95.444	99.583	66.721	15.861	35.896	15.873	89.650
...Sobradinho	89.935	42.560	47.375	29.948	5.669	12.992	11.342	46.792
...Sobradinho II	83.713	40.267	43.446	28.817	6.386	13.667	6.863	41.424
Região Oeste	526.871	254.763	272.109	177.511	41.301	85.608	52.264	253.840
...Brasília	65.834	32.628	33.186	21.553	5.345	11.998	6.373	30.301
...Ceilândia	461.057	222.134	238.923	155.958	35.857	73.610	45.891	223.540
Região Sudoeste	792.962	380.176	412.786	274.076	56.743	124.280	71.232	396.439
...Águas Claras	117.834	57.054	60.780	41.796	9.375	14.438	9.357	64.476
...Recanto das Emas	341.238	68.934	72.294	50.732	11.529	28.144	7.734	63.486
...Samambaia	226.355	109.781	116.574	78.746	18.293	39.097	15.088	105.129
...Taguatinga	239.315	130.382	128.933	79.443	13.122	32.467	33.583	126.806
...Vicente Pires	68.240	34.034	34.206	23.339	4.424	10.134	5.660	36.543
Região Sul	290.226	138.959	151.267	99.640	20.159	50.092	28.946	140.068
...Gama	156.321	74.124	82.197	52.628	9.671	25.445	20.361	78.802
...Santa Maria	133.905	64.836	69.069	47.011	30.488	24.648	8.585	61.267
DF	2.972.209	1.427.459	1.544.750	1.003.949	205.484	457.878	311.433	1.492.902

Fonte: InfoSaúde - SES/DF.

Assim, no contexto das transformações, a Universidade precisa refletir sobre as suas estruturas organizacionais e os objetivos traçados para o fazer pedagógico. O desafio de preparar uma geração para a vida, requer não só o conhecimento da realidade em que se está inserido, mas também a participação no enfrentamento dos problemas sociais de sua comunidade na construção de um futuro mais justo, equânime, saudável e sustentável.

3. Contexto Institucional

Mantenedora

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) é uma associação civil, confessional, de direito privado, de caráter assistencial, educacional e filantrópico e sem fins econômicos, comunitária e reconhecida como de utilidade pública. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.801/0001-30, fundada em 08 de agosto de 1972, na Cidade de Brasília-DF, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob nº de ordem 1.132, no Livro A-6, datado de 12 de agosto de 1972, com sede à Avenida Dom Bosco, nº 2.139, Silvânia-GO e, com Escritório Executivo na QS 01 Rua 210 sala 1105 e 1106, Lote 40 – Areal/Águas Claras-DF.

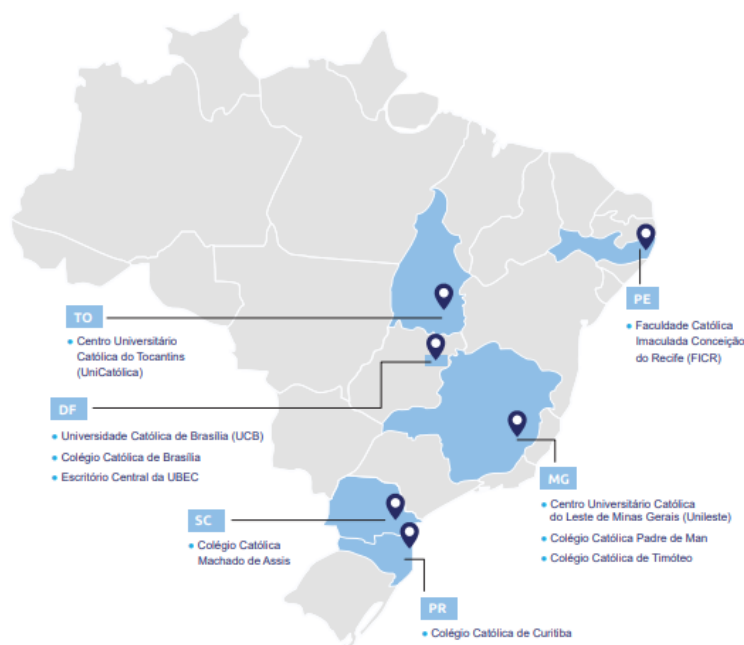
Mantenedora:	União Brasileira de Educação Católica - UBEC				
End.:	QS 1 Rua 210 salas 1105 e 1106			n.:	Lote 40
Bairro:	Areal	Cidade:	Brasília	CEP:	71950-770
Fone:	(61) 3383-9000		Fax:	(61) 3383-9030	
Site:	http://www.catolica.edu.br/ubec/				
UF:	DF				

Constituída como Associação Civil, religiosa de direito privado e de caráter assistencial, educacional e filantrópica, a UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: a Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspetoria São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspetoria Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas; a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano.

A diretoria da UBEC adota o modelo de Governança Corporativa (aprovado pela Assembleia Geral nº 84, de 17/18 de novembro de 2009), na intenção de aumentar a eficiência e eficácia no trato das ações desenvolvidas em todas as instâncias da UBEC.

Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém: o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), o Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), o Colégio Padre de Man (CPM), em Minas Gerais, a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO) e a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FCR), além de cinco instituições de Educação Básica em Brasília, Coronel Fabriciano, Timóteo, Joinville e Curitiba.

FIGURA 8 - Unidades de missões mantidas pela UBEC



Ao longo de meio século de existência, muitas vidas foram e estão sendo transformadas por meio de ações educacionais e sociais desenvolvidas. Atualmente,

mais de 27 mil estudantes fazem parte do Grupo e mais de 3,5 mil são atendidos pelo programa de filantropia.

O Plano Estratégico da UBEC (2023-2027) assume como valores institucionais: o humanismo solidário, a gestão compartilhada, a inovação com performance, a ética, a ecologia integral e a espiritualidade. Estes valores demonstram o compromisso do Grupo com sua missão.

FIGURA 9 – Missão do Grupo UBEC

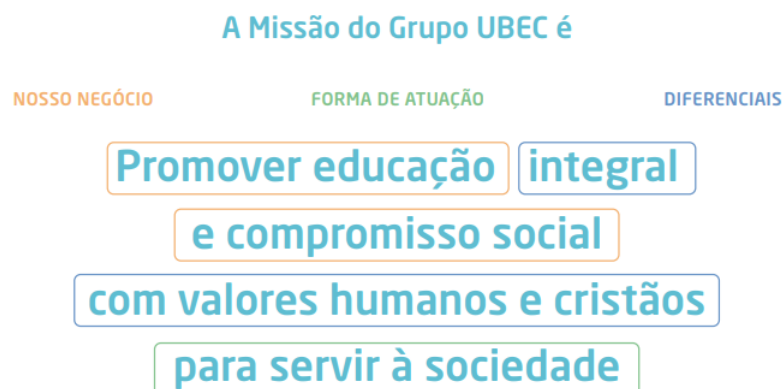


FIGURA 10 – Visão do Grupo UBEC



São direcionadores da Visão da UBEC, definidos em seu Planejamento Estratégico:

- Crescimento Sustentável: entendido como o potencial de crescer nos mercados em que atua e, também, em novos mercados, seja por novos

negócios ou negócios já existentes. A perspectiva de conhecimento está alinhada à missão institucional, pois pressupõe o crescimento como uma organização que prima por uma governança social e ambientalmente comprometida. Deve promover, desta forma, o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, buscando a perenidade do Grupo UBEC ao mesmo tempo que garante nosso compromisso com a sociedade.

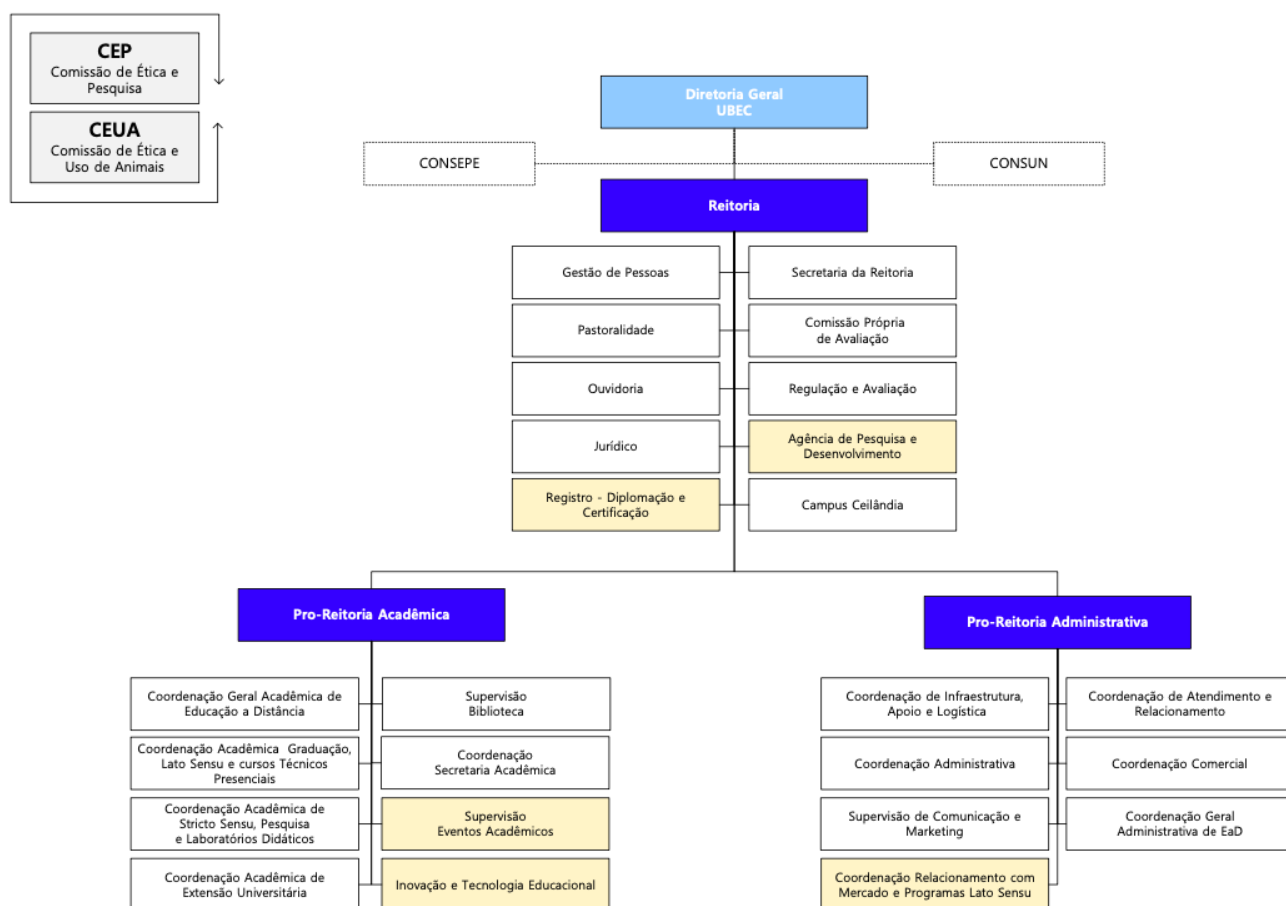
- **Experiência Inovadora:** a experiência inovadora traz uma atuação na jornada do estudante de modo que ele obtenha o máximo de aproveitamento e reconhecimento quanto ao crescimento pessoal e ao sucesso por ter percorrido sua jornada formativa. Neste sentido, o ecossistema educativo do Grupo, que impacta diretamente na experiência do estudante, é composto por vários atributos, dentre eles a formação integral, pensando na completude do ser, e a pastoralidade como um elemento de espiritualização e evangelização;
- **Formação Integral:** a formação integral é entendida como um conjunto de ações educativas que promovem o desenvolvimento da pessoa (criança, jovem e adulto) em todas as suas dimensões, envolvendo os aspectos emocional, espiritual, cultural, físico, intelectual, psíquico e social. Requer a compreensão de que a educação deve promover o crescimento para além da dimensão intelectual, proporcionando o aperfeiçoamento de toda a pessoa e de todas as pessoas. Por esse motivo, na educação integral defendida e oferecida pelas instituições educacionais do Grupo UBEC, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e nem só com a presença direta do professor/educador. Ela acontece nos diversos e múltiplos espaços e situações em que os estudantes/educandos vivenciam, por meio de experiências, formas e várias linguagens;
- **Excelência em Gestão:** elemento que envolve diversas práticas e resultados associados à produtividade, qualidade educacional, assegurado pelo uso eficiente dos recursos do Grupo.

Universidade Católica de Brasília

A Universidade Católica de Brasília (UCB), mantida pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), é regida pela legislação pertinente em vigor, pelos Estatutos da Mantenedora, no que couber, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por atos normativos internos.

Mantida:	Universidade Católica de Brasília – UCB				
End.:	QS 07 – Lote 1 – EPCT				
Bairro:	Águas Claras	Cidade:	Taguatinga	CEP:	71966-700
Fone:	(61)3356 9000				
UF:	DF				

A UCB goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites fixados pela legislação federal e por seu Estatuto, adotando o seguinte modelo organizacional:



Toda a gestão da UCB, conforme apresentada no organograma acima, orienta-se pelos princípios cristãos e pauta sua atuação no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo como finalidades: formar cidadãos e profissionais conscientes e competentes; promover a educação cristã pelo diálogo entre razão e fé, integrando os diversos ramos do saber, tendo como compromisso a busca da verdade; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da sociedade humana, a compreensão e promoção dos direitos e deveres da pessoa; promover a evangelização da cultura; desenvolver ensino de qualidade; promover a pesquisa científica, tecnológica, filosófica, teológica e cultural em geral, bem como as atividades de educação continuada; desenvolver atividades de extensão, colocando à disposição da comunidade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, mediante cursos e serviços especiais; colaborar com entidades públicas e privadas na busca de um modelo integrado de desenvolvimento, fundado no respeito e na assimilação dos valores culturais, sem perder de vista a

formação da consciência crítica para o exercício da cidadania, bem como o caráter universal do saber.

A história da UCB está ligada à própria organização da UBEC, em 1972, graças à iniciativa de diretores de Colégios Religiosos de Brasília, sob a liderança do Padre José Teixeira da Costa Nazareth. Em um primeiro momento, foi criada a instituição responsável por manter a futura Universidade Católica de Brasília, a União Brasileira de Educação Católica. Logo em seguida, foi criada a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FCCH), em 1974, como primeira unidade de ensino.

O registro em cartório da Ata da Assembleia, Estatuto e Posse da 1ª Diretoria, realizado no dia 12 de agosto de 1972, oficializou o grupo de Diretores de Escolas Católicas de Brasília na fundação da UBEC - sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins lucrativos -, cujo principal objetivo foi criar, na cidade de Brasília, uma Universidade Católica. Eram cerca de dez congregações, todas com mais de 100 anos de experiência internacional em Educação.

Daquelas instituições iniciais, permaneceram seis associadas à frente da UBEC. A primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FCCH), foi sediada provisoriamente no Plano Piloto de Brasília, tendo início em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia e Administração de Empresas, que funcionaram no Colégio Sagrado Coração de Maria, e com o curso de Pedagogia, cujas aulas ocorreram no Colégio Marista, na região administrativa de Taguatinga. Nos anos de 1980, duas outras Faculdades: a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade de Educação reuniram-se à FCCH. Nessa época, alteraram-se Estatutos e Regimentos, em razão da nova realidade conjuntural, permitindo uma estrutura de ensino coerente e adequada à sua própria expansão, sendo então instaladas as Faculdades Integradas da Católica de Brasília (FICB).

Os cursos na área de Educação, de capacitação dos docentes da Secretaria de Educação do DF e a Graduação na área de Ciência e Tecnologia foram priorizados, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, reunindo os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, mostrava a expansão gradativa e segura da Católica. Em março de 1985, o *campus*, posteriormente denominado *campus* I, em Taguatinga, foi inaugurado com o primeiro prédio, hoje denominado São João Batista de La Salle. Em 1987, a Instituição oferecia cursos de Graduação tais como o de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Filosofia, Física, Letras, Matemática e Química, com opções em licenciatura e bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação.

O desenvolvimento das FICB confirmava as possibilidades dos trabalhos acadêmicos consolidando os objetivos, as diretrizes de ação e as metas na elaboração do projeto para o reconhecimento das FICB como Universidade. Uma das ações

necessárias para isso foi a implantação do Curso de Mestrado em Educação, cujas atividades começaram em 1994.

De acordo com a Portaria nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994, a Católica foi reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto como Universidade Católica de Brasília (UCB) e, no dia 23 de março de 1995, foi oficialmente instalada em seu *campus* I, em Taguatinga. Na ocasião, o Chanceler, Irmão Gentil Paganotto, teve a atribuição de nomear o Reitor, Padre Décio Batista Teixeira e entregar a Universidade à comunidade. Durante a gestão do Padre Décio, a UCB contava com 377 professores, 6.990 estudantes e 488 funcionários administrativos. Esse considerável corpo acadêmico ajudou o Reitor a superar as inúmeras dificuldades no processo de organização da Universidade.

Esse momento marca o início das edificações que hoje totalizam 112.460 m² de área construída nos *campi* da UCB, com prédios modernos e funcionais. De março de 1995 até 1998 existiam na UCB 20 cursos de Graduação e 24 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (destes, 04 cursos na modalidade a distância), além de 03 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Acompanhando esta linha de planejamentos bem estruturados, consolidou-se a Pós-Graduação *stricto sensu*, acompanhada da implantação de outros cursos de mestrado, como: Economia (1998), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (1998), Psicologia (1999), Educação Física (1999), Planejamento e Gestão Ambiental (2000), Ciências Genômicas e Biotecnologia (2000), Direito (2003), Gerontologia (2005). A expansão do *stricto sensu* se fortaleceu com a criação dos cursos de doutorado em Educação, Psicologia, Educação Física, Gerontologia, Ciências Genômicas e Biotecnologia.

Missão

A Universidade Católica de Brasília tem como missão promover educação integral e compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade.

Princípios institucionais

A Universidade Católica de Brasília faz parte da rede brasileira e mundial de Instituições de Educação Católica e traz em si a marca do compromisso em promover processos educativos que contribuam para a construção da dignidade da vida. Nesse sentido, professa e se compromete, diante da comunidade humana, a seguir os seguintes princípios fundantes:

- o sentido cristão da existência humana, a valorização da vida em todas as suas formas, o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal, a busca da verdade e do transcendente e o relacionamento da pessoa humana consigo mesma, com os outros, com o mundo e com Deus;
- o confronto, no diálogo entre a fé e a cultura, de critérios e itinerários culturais e religiosos diferentes;
- a competência no Ensino, em todos os seus níveis e modalidades;

- a construção da comunidade, pelo testemunho solidário do convívio fraterno e da corresponsabilidade;
- a formação da consciência e do agir cristãos no âmbito social, para a consolidação da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna;
- a busca constante da eficiência e da eficácia na gestão acadêmica, administrativa e financeira, de acordo com o modelo de Governança Corporativa, assumido pela UBEC;
- a formação da consciência em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.
- Gestão pautada na transparência, equidade e conformidade;
- Unidade de patrimônio e de administração;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para a utilização máxima dos meios disponíveis, vedada a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- Corresponsabilidade de todos os envolvidos na busca da realização dos objetivos da universidade;
- Flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão;
- Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico- profissionais.

São princípios que acompanham todo o fazer educativo da UCB, a saber:

⇒ Pastoralidade

A UCB é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, conforme a natureza de uma Universidade, mas é também uma comunidade educativa confessional. Assim, tem sua referência numa experiência de fé, por meio da qual busca ser fermento evangélico no mundo social. Daí a importância de compreender a pastoralidade como o primeiro princípio estruturante da instituição.

⇒ Extensionalidade

O princípio da extensionalidade, sob essa ótica, é valor epistemológico, ético e político buscado pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, visando oferecer condições

para a geração de competências científicas, profissionais e humanas no mundo do trabalho e em todos os espaços onde a vida pode acontecer.

⇒ Sustentabilidade

Entre os diversos segmentos que compõem a sociedade estão as instituições de educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade. A sustentabilidade pode tornar-se um princípio da instituição à medida que pautar o seu processo de ensino e de aprendizagem, considerando, dentre outros, o aspecto ecológico, econômico, ecumênico, educacional e ético.

⇒ Indissociabilidade

As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a Universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, acima de tudo, um princípio pedagógico e político que permeia todas as ações que são realizadas na Universidade. Assim, em cada ação realizada, devem estar presentes: o princípio do ensino como processo de autonomia na aprendizagem; o princípio da pesquisa como processo de autonomia da investigação científica; o princípio da extensão como autonomia na ética e na relevância social do conhecimento.

3.1 Valores Institucionais

Os valores e os princípios norteadores da existência da UCB estão em consonância com a proposta da sua fundação, com os pilares básicos ideológicos defendidos por sua Mantenedora e com o papel social de uma Universidade.

Valores:

- ✓ Humanismo solidário
- ✓ Espiritualidade
- ✓ Ecologia integral
- ✓ Gestão compartilhada
- ✓ Ética
- ✓ Inovação com percepção

Para o cumprimento dos valores institucionais a UCB empenha suas forças com foco em valores indispensáveis e necessários à sociedade, alinhados à visibilidade pública da Igreja Católica, quais sejam:

- Ser testemunho da Igreja na sociedade.
- Ser espaço dinâmico de encontro e tensão entre experiência de fé e saber científico, em contínua busca de sentido.
- Cumprir sua responsabilidade sociopolítica conforme as orientações da Igreja.
- Pronunciar-se com competência sobre questões político-econômico-sociais, tendo presentes princípios ético-religiosos.
- Prestar serviços à Igreja e à Sociedade.
- Como comunidade educativa católica:
 - atender a todos os estudantes, sejam quais forem suas convicções;
 - ser, para todos, lugar de experiência religiosa; de estímulo à busca do transcendente; de apresentação da proposta cristã sem proselitismo;
 - proporcionar aos estudantes um ambiente favorável para o cultivo de sua identidade e a formação de lideranças cristãs, sendo um lugar de síntese entre fé e razão, sempre em espírito ecumênico, no sentido mais amplo do termo.
- Como Universidade:
 - testemunhar e construir comunhão e fraternidade na comunidade acadêmica e estendê-las à comunidade local;
 - ter presentes, em suas opções, as necessidades das classes populares;
 - respeitar a diferença e propiciar o crescimento dos integrantes da comunidade acadêmica;
 - oferecer, à sociedade e à Igreja, profissionais com fundamentada formação ética, cultural, tecnológica e científica.

Coordenação de Pastoralidade

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

Visão de Futuro

Universidade Católica de Brasília será uma instituição de referência na excelência acadêmica e na geração do desenvolvimento sustentável. A visão institucional é ter até 2027, crescimento sustentável alinhado a uma experiência inovadora de formação integral e à excelência em gestão.

Para a consecução dessa visão de futuro a UCB desenhou objetivos estratégicos com base nas perspectivas de crescimento e na consolidação desta Universidade como referencial de qualidade no Ensino Superior, dentro do cenário local, regional e nacional, bem como pelas diretrizes de sua mantenedora.

A UCB estabeleceu também alguns projetos como balizadores e prioritários para o seu desenvolvimento, bem como a sua correlação entre futuras metas e ações. Esse processo contará com uma avaliação permanente e ajustável, em função de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados.

Os projetos têm por finalidade apresentar os principais elementos que compõem o processo de revitalização do modelo de gestão da Universidade Católica de Brasília e estabelecer os pilares do planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do Projeto de Universidade.

4. Contexto do curso

II. O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia contempla as Diretrizes Curriculares conforme Resolução CNE/CES 01, de 02 de fevereiro de 2006. O Bacharel em Agronomia formado pela UCB deverá ser um profissional capaz de executar as atividades que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.194 de 24 de dezembro de 1996, do sistema CONFEA/CREA, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências. Este profissional terá capacidade de realizar análise científica, identificar e resolver problemas atualizar-se em conhecimentos e tomar decisões com a finalidade de gerenciar, operar, modificar e criar sistemas agropecuários e agroindustriais, sem nunca esquecer os aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e de sustentabilidade, dentro de um princípio ético e humanista. O profissional terá ainda capacidade de unir a teoria e a prática para a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como para a inovação, detecção e resolução de problemas relacionados à Agropecuária.

O perfil do curso de Agronomia da UCB almeja a formação de um profissional habilitado e competente a:

- a) Conhecer e compreender os fatores de produção e combiná-los com eficiência técnica e econômica;
- b) Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos;
- c) Projetar e conduzir pesquisas, interpretar e difundir os resultados;
- d) Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- e) Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços;
- f) Identificar problemas e propor soluções;
- g) Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- h) Gerenciar, operar e manter sistemas e processos;
- i) Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- j) Atuar em equipes multidisciplinares;
- k) Atuar eticamente;
- l) Avaliar o impacto das atividades profissionais no contexto social, ambiental e econômico;
- m) Conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial;
- n) Compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário;
- o) Atuar com espírito empreendedor;
- p) Atuar em atividades docentes no ensino superior;
- q) Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5. Políticas institucionais no âmbito do curso

A UCB, atenta ao Art. 207 da Constituição (1988), atua com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A organização didático-pedagógica do curso de Agronomia UCB é estabelecida e atualizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2023-2027), levando em consideração os aspectos

regulatórios, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais, no caso do curso, a Resolução nº 1 de 2006. A implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão tem foco na promoção do desenvolvimento integral da pessoa, da competência para o exercício profissional comprometido com a ética e com a aprendizagem contínua e do exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos e cristãos, visando à transformação da sociedade. As estratégias adotadas pela universidade trazem a inovação como característica principal, sendo oferecida à comunidade acadêmica opções estratégicas do modelo acadêmico-pedagógico, a saber:

- a adoção da educação híbrida como forma de estímulo à autonomia intelectual, ao protagonismo, à autoria, ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais;
- a atenção ao desenvolvimento de conhecimentos de forma inter, multi e transdisciplinar.
- a inserção de 03 unidades curriculares relacionadas ao Programa Propósito de Vida (PPV) possibilitando, dentre outros aspectos, a reflexão necessária acerca do projeto de vida individual e de seu impacto pessoal, profissional e social;
- o cuidado com formação integral e humanística, revelado nos componentes curriculares do PPV, em componentes curriculares específicos, e em atividades e eventos acadêmicos diversos, realizados pela universidade;
- o destaque às atividades de inserção social a partir de unidades curriculares dedicadas à realização e atuação em projetos de extensão;
- a diversificação curricular promovida pela carga horária destinada às atividades complementares, nas disciplinas optativas e, ainda, pela possibilidade de cursar unidades curriculares de forma eletiva;
- a atenção e o zelo pela formação profissional qualificada que podem ser observados no alinhamento das unidades curriculares específicas às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, às macrotendências e demandas sociais e ao perfil de egresso definido;
- o compromisso com a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que marca todas as práticas educativas promovidas na e pela universidade.

Em destaque, a opção institucional pela inovação se dá pelo uso de tecnologias e metodologias de aprendizagem ativas que possibilitam o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo, da autonomia e da experiência colaborativa, revelando nas práticas educativas a centralidade do estudante e de sua aprendizagem, visando a formação integral que privilegia o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, comprometido com o respeito ao meio ambiente e com o transcendente.

A organização didático-pedagógica do curso de Agronomia da UCB contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso está explícito nos componentes curriculares escolhidos para compor a grade curricular do curso, e implícito nos Planos de Ensino desses componentes curriculares. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, atualmente em vigor na UCB, estão implementadas no curso de Medicina.

A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares, além de possibilitarem de maneira excelente o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com os objetivos do curso, e com as necessidades sociais. Os estudantes têm acesso de maneira transversal, em grande número de disciplinas, a conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais.

Considerando que a universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global sobre o ser humano, combinando os conhecimentos específicos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento dos componentes curriculares permite um arranjo em espiral e de complexidade crescente dos raciocínios utilizados para trabalhar os diversos componentes que compõem a matriz curricular. Assim, a reflexão advinda preliminarmente serve de base à consolidação da matriz, constituindo uma totalidade de inteligibilidade, estruturalmente harmônica, formando uma unidade aos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Englobando tudo isso, este PPC contribui com a missão da instituição, de promover a educação integral e o compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade. As grandes funções da universidade são permanentemente enriquecidas e complementadas por uma vasta ação educativa, que envolve os diversos seguimentos da Instituição, propiciando, ao lado do desenvolvimento profissional, o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões: social, ética, cultural, afetiva e humanitária. Baseando-se em princípios que assumem eixos transversais, sendo eles: pastoralidade, extensionalidade, sustentabilidade e indissociabilidade. Tais princípios estão instituídos no projeto pedagógico por meio das unidades curriculares, projetos de extensão, horas complementares, atividades práticas supervisionadas obrigatórias, entre outros.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é fundamentada no fazer acadêmico e conduz a mudanças no processo pedagógico por posicionar estudantes e professores como sujeitos ao ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social.

Neste sentido, os elementos que formam a base do projeto pedagógico do curso estão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UCB.

5.1 Políticas de ensino

Da maneira como descrito no PDI 2023-2027, a concepção de ensino adotada pela UCB define este um processo de mediação entre o conhecimento científico elaborado e o contexto social, desenvolvido entre docentes e discentes. Levando em consideração a Resolução nº 1 de 2006, o curso de Agronomia, orienta as diferentes estratégias adotadas para o ensino focadas na formação integral do discente, tanto no aspecto intelectual (técnico e profissional) quanto moral e ético, respeitando-se a liberdade do ser humano.

A fim de atender as Diretrizes Pedagógicas da Mantenedora, bem como aos aspectos legais e reguladores pertinentes ao curso, os seguintes elementos são considerados fundamentais: a abordagem curricular por competências, a partir de currículos construídos em torno de uma perspectiva integradora; a flexibilidade curricular, possibilitando a escolha do estudante na composição da sua própria formação; a inovação, elemento de expansão estratégia integrando ensino e pesquisas de ponta desenvolvidas no âmbito da universidade; a acessibilidade integral, garantindo para docentes, discentes e tutores o máximo de aproveitamento educacional de todas as estratégias adotadas, além dos demais pontos trazidos pela defesa de uma educação emancipatória.

A aprendizagem híbrida também é adotada no curso de Agronomia, como uma modalidade de aprendizagem baseada na utilização de tecnologias para complementar o modelo presencial, pois utiliza-se de recursos online e digitais para apresentar diferentes formas de aprendizado ao aluno, engajando-o nos temas, exercícios e problemas apresentados.

Além disso, cabe destacar aqui a estrutura diferenciada da biblioteca virtual da instituição. A “Minha Biblioteca” da UCB é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, estudantes e professores têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, que atendem à bibliografia básica e complementar do curso.

A concepção pedagógica do curso de Agronomia fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

5.2 Políticas de extensão

A extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

As atividades extensionistas na UCB possuem diferentes modalidades:

1. **Projetos:** conjunto de ações de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado. O prazo é definido de acordo com o tempo necessário para alcançar os objetivos da proposta. Tem característica multidisciplinar, ajustados às linhas de pesquisa institucionais. O Programa Ser+ reúne os projetos institucionais e coordena as ações junto às comunidades, organizações e entidades parceiras.
2. **Prestação de serviços:** está relacionada à realização das práticas obrigatórias dos cursos ou programas. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico e científico, sendo encarada como um trabalho social. Configura-se como tarefa profissional fundamentada em habilidades e competências inerentes a cada profissão, tais como: atendimento jurídico, à saúde humana, ao público nas áreas de educação, ciências e tecnologia ou

ainda para exames e laudos técnicos, além de prestação de serviços eventuais como assessorias, consultorias e curadoria.

3. Eventos: ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária de 4 a 180 horas. São organizadas na forma de apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimento. Tais atividades podem ocorrer com a participação dos cursos. Podem ser: palestras, cursos, workshops, seminários, congressos, exposições, espetáculos, festivais, dentre outros.
4. Ligas acadêmicas: associações civis e científicas livres, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visam complementar a formação acadêmica em uma área específica da saúde, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas atividades extraclasses com ações voltadas para a promoção da saúde, da educação e da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico e o aprimoramento do futuro profissional.
5. Unidades Curriculares extensionistas: componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do curso, envolvendo a prática e a vivência comunitária discente.

As atividades extensionistas estão sustentadas nas seguintes linhas de atuação:

- Sustentabilidade ambiental: consiste em ações que objetivam a manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem factíveis, capazes de se autorreproduzir e adaptarem-se às alterações, mantendo assim a variedade biológica.
- Sustentabilidade econômica: ações que pretendem realizar práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam ao desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.
- Justiça social e direitos humanos: ações que visam à manutenção do direito à vida, privacidade, igualdade, liberdade, além de outros conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Seu foco está na construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva.
- Humanização da saúde: ações integradas que visavam mudar substancialmente o padrão de assistência à saúde, com o objetivo de provocar mudanças progressivas, sólidas e permanentes na cultura de atendimento à saúde, em benefício tanto dos usuários-clientes quanto dos profissionais.

- Educação e tecnologia: ações que visam causar mudanças no processo de ensino e aprendizagem, buscando novas soluções para tornar o aprendizado mais significativo, prático, fácil, interativo e até mesmo divertido para as pessoas.

5.3 Políticas de pesquisa e/ou iniciação científica

A Universidade considera a iniciação científica como fundamento da formação do estudante desde o início da Graduação. Essa preocupação se concretiza na oferta de componentes curriculares que o estudante tem contato com as principais questões referentes à fundamentação conceitual da ciência e da prática de pesquisa científica. Contribui ainda para a elaboração de trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salientando a relevância da pesquisa científica para a formação acadêmica e profissional.

É importante ressaltar que estreitar o contato do estudante da Graduação com a pesquisa passa pelo hábito da leitura, por meio da qual aprofunda os conhecimentos adquiridos, familiarizando-se com o vocabulário técnico das obras especializadas. O contato com os textos científicos contribui ainda para o desenvolvimento das competências comunicativas e para o princípio do compartilhamento de conhecimentos. Para tanto, a UCB realiza diferentes ações para orientar os estudantes sobre a pesquisa acadêmica, promovendo diferentes atividades na Trilha de Pesquisa do PPV.

Para além das atividades de iniciação à pesquisa integradas às atividades de ensino, realizadas a partir de pesquisas exploratórias, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de campo e bibliográficas, a UCB também apoia o surgimento de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio de programas de iniciação científica. O fomento à pesquisa se dá por meio de editais internos; editais externos e apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos na Graduação e Pós-Graduação.

Dentre os objetivos institucionais para a oferta dessas atividades está o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, incentivando a participação discente ativa em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

Na Graduação, a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e inovação se faz por meio de atividades voluntárias e, também, de bolsas de Iniciação Científica (IC), bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) e por meio da vinculação dos projetos de conclusão de curso aos projetos de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica concede bolsas em três modalidades:

1. Programa Interno (PIC/UCB): utiliza recursos financeiros próprios e engloba estudantes voluntários. Nesse caso, as bolsas são distribuídas em forma de cotas e seguem critérios estabelecidos em editais específicos.
2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UCB): com fomento do Governo Federal, as bolsas institucionais do PIBIC são distribuídas anualmente sob a forma de cotas, a partir dos critérios estabelecidos em editais anuais, que consideram os méritos técnicos e científicos da proposta.
3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UCB): voltado à formação e ao engajamento de estudantes de Graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A UCB tem em seu corpo docente pesquisadores aptos a atender a editais externos de financiamento à Ciência e Tecnologia, com reconhecimento local, regional, nacional e internacional. A instituição viabiliza as pesquisas por meio de sua infraestrutura laboratorial, alocação de horas para as atividades, bem como recursos para custeio e investimento. O apoio é oferecido tanto para projetos aprovados por agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, organismos internacionais e outros) como para atividades inovadoras ou projetos desenvolvidos em conjunto com empresas privadas. Possui também um programa próprio de apoio à participação de seus pesquisadores em eventos científicos que contribuam para a divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

A UCB participa da organização e da realização dos Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal disponibilizando logística, infraestrutura e o apoio técnico de seu núcleo de eventos, em um esforço conjunto com as outras instituições do DF que possuem Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Durante estes eventos, pesquisadores de instituições externas ao DF avaliam os trabalhos dos estudantes como parte do processo de avaliação do Programa PIBIC. Desde 2009, os melhores trabalhos de cada sessão são premiados com a concessão de certificados aos estudantes e seus orientadores. Além dos Congressos anuais de IC do DF, cuja participação é obrigatória, os trabalhos desenvolvidos por estudantes da UCB são encaminhados e aceitos para apresentação em congressos locais, nacionais e internacionais.

A UCB conta com diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferecem oportunidades de pesquisa para os estudantes.

5.4. Responsabilidade Social na formação

A temática Responsabilidade Social (RS) na Universidade Católica de Brasília encontra-se fundamentada e descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um de seus princípios norteadores. Ciente de seu papel na formação integral de

cidadãos competentes para atuação como agentes de transformação social, na defesa do meio ambiente e com o empreendedorismo social.

A missão da UCB deve se refletir em todos os eixos que perpassam o trabalho da Universidade, devendo, portanto, estar evidenciada também nas atividades de extensão. E para que a extensão cumpra seu papel, necessita desenvolver ações com o objetivo de atender a sociedade nos aspectos culturais, científicos, tecnológicos e na prestação de serviços, como resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Concebida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa entre si, e da Universidade com a comunidade em que atua, a extensão cumpre papel relevante como instrumento de emancipação.

A Universidade atribui à extensão um escopo amplo e diversificado, que se desdobra em ações voltadas às comunidades interna e externa da Instituição e à comunidade relacionada aos campi da Universidade.

Além disso, a extensão precisa estar alinhada aos objetivos de responsabilidade social da Universidade, neste sentido, a UCB oferece serviços que têm como objetivo servir à comunidade. São clínicas (de odontologia, fisioterapia, nutrição, veterinária, farmácia, psicologia, entre outras). Estrutura para prática esportiva, atendimento jurídico e outros que estreitam os laços da população interna da universidade e externa a ela, e propiciam uma formação não só técnica, mas também embasada em valores humanos.

Assim, visa-se à promoção de um desenvolvimento sustentável para a região e à produção e à disseminação de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, a articulação entre o Curso de Graduação e a Política de RS fundamenta-se nos propósitos da UCB, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, trazendo para as ações pedagógicas a perspectiva tríade referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a inter-relação entre teoria e prática. Ainda, garante-se atenção especial aos princípios e diretrizes para o ensino, destacando o compromisso com a missão, os valores, os princípios e os objetivos da UCB, a formação integral, a autonomia intelectual, a flexibilidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, a pluralidade, a atualização e a excelência acadêmica.

A Política de Responsabilidade Social, que está presente desde a concepção inicial do Curso, integra, conseqüentemente, os percursos formativos dos estudantes, mobilizando a comunidade acadêmica e geral ao permitir que os sujeitos envolvidos possam construir conhecimentos, procedimentos, comportamentos e atitudes, materializando as questões epistemológicas que permeiam o propósito institucional e que conferem valor às três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental. Dessa maneira, componentes e atividades do currículo buscam contribuir com a formação dos estudantes, sendo previstas habilidades e competências voltadas à temática da RS. Dito isso, entende-se a RS

como dimensão transversal, encontrada de diferentes maneiras, em diferentes tempos e espaços do Curso, perspectivada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, à RS se atribui valor formativo, pois ela permite criar oportunidades de estudo, de ensino e de aprendizagem, promovendo diálogos com as necessidades sociais das comunidades do entorno da Universidade Católica de Brasília, levando os estudantes à proposição de alternativas para as demandas das sociedades contemporâneas, tornando-os agentes de mudanças, de transformação e de consciência cidadã.

Por fim, a concretização da Política de RS apresenta-se e organiza-se de formas múltiplas, desde a integração de objetos de conhecimento específicos nos componentes curriculares da matriz do Curso, que estabelecem relações com este campo, até a execução de trabalhos, ações, atividades e programas que efetivam conexões dialógicas entre estudantes, professores e comunidades. Em relação a este conjunto, as parcerias públicas e privadas de interesse e de impacto coletivo, colaboram com a inclusão, a justiça social, o desenvolvimento econômico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura local e a inovação social.

6. Coerência entre PPC e diretrizes curriculares do curso

As concepções educacionais do curso de Agronomia da UCB seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais e estão embasadas em uma perspectiva integradora, pluralista e da pastoralidade, agregando em seus meios, diferentes valores humanos, cristãos e éticos, geradores de atitudes enriquecedoras.

O curso visa formar profissionais competentes, éticos e conscientes da importância de seu papel na sociedade, capazes de refletir de forma crítica sobre o contexto social no qual estão inseridos, assumindo de forma respeitosa e consciente o papel de transformadores sociais em um mercado de trabalho emergente, visando sempre a diversidade política, econômica, social e cultural.

O perfil do Engenheiro Agrônomo formado na UCB tem o objetivo da formação do profissional capaz de desenvolver ações de atenção à sociedade, de tomar decisões inerentes à sua profissão, garantindo a qualidade do serviço prestado, com habilidade de comunicação, liderança no trabalho em equipe, administração e gerenciamento das suas atividades profissionais, conforme instituído pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES 1, de 02 de fevereiro de 2006), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Agronomia.

O profissional Engenheiro Agrônomo egresso do UCB possui dentre suas competências:

- Formação generalista, ética, humanista, cristã, crítica e reflexiva; apto a compreender e atuar em atividades inerentes ao exercício profissional e participar no processo de transformação social e desenvolvimento sustentável.
- Competências e Habilidades de atuar nos mais variados campos do exercício profissional como: fitotecnia, conservação e manejo de solos, controle fitossanitário,

nutrição e adubação, processamento e armazenamento de grãos e sementes, melhoramento genético, paisagismo e floricultura, topografia e produção pecuária (manejo, reprodução e melhoramento animal, formação de pastagens, conservação de forragens e construção de currais, estábulos e silos); além de projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas controle de qualidade; realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora, promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente.

O egresso poderá atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais; produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários; participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio; exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão; enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade e do mercado de trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

O curso de Agronomia oferece ações que facilitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com os problemas regionais e nacionais, planejadas em atividades integradoras, inovadoras, inclusivas, críticas e que respeitem a ética, manejo ambiental e o bem-estar animal, de tal forma, cooperando para a formação de profissionais com consciência crítica, prontos a aplicar a cidadania e suas competências e habilidades profissionais desenvolvidas em atividades que visam a resolução de problemas.

Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Agronomia devem levar em conta a formação generalista do profissional, devendo contemplar:

I - Ciências Biológicas – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, imunológicos, genética molecular e bioinformática em todo desenvolvimento do processo saúde-doença vegetal, inerentes à Agronomia.

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo.

III - Ciências da Agronomia – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com a produção vegetal, animal e ambiente, com ênfase nas áreas de Ciências dos solos e sua conservação, Grandes culturas, Irrigação, Zootecnia, Produção Animal, Tecnologia de Produtos vegetais, Agronegócio, Produção sustentável.

Os componentes curriculares estão relacionados na Matriz Curricular por meio dos seguintes eixos temáticos: (1) conteúdo de formação básica, (2) conteúdo de formação profissional e (3) conteúdo de formação teórico-prática, cumprindo com o estabelecido pelas DCNs, em que temos:

- Nos conteúdos de Formação básica constam estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo...

- Os conteúdos de formação profissional englobam estudos específicos...

- Os conteúdos de formação teórico-práticas incluem estágio supervisionado, atividades complementares, aulas práticas, atividades de extensão e desenvolvimento de projetos.

7. Objetivos gerais e específicos

Geral

Formar Engenheiros Agrônomos profissionais voltados às atividades agronômicas que contribuam no desenvolvimento e crescimento do agronegócio e agricultura familiar, segmento fundamental do setor primário brasileiro, e nos princípios ecológicos de produção agropecuária, usando de um modo seguro e ético os múltiplos instrumentos disponíveis do ensino, da pesquisa e da extensão, sem se afastar, no entanto, da capacidade analítica e da visão crítica de realidade, em sintonia com o mundo atual, seus desafios e tecnologias.

Almeja-se possibilitar aos egressos, sólida formação técnico-científica, para que possam analisar criticamente a realidade das atividades agropecuárias, seja no âmbito da propriedade rural, seja em caráter local, regional e nacional, e propor alternativas técnicas, de manejo e de gestão que objetivem a eficiência produtiva e a melhoria na qualidade de trabalho e de vida dos produtores. Além disso, estarão aptos a aplicarem os princípios do desenvolvimento rural, sempre tendo por alicerce a busca pela conservação do meio ambiente e pelo bem-estar da sociedade.

Específicos

- Oferecer formação técnico-científica a fim de capacitar o profissional a atuar de forma ética na busca de soluções para os problemas da agricultura;
- Permitir a busca pelo conhecimento pela abordagem sistêmica, de modo que o profissional entenda as relações sociais, econômicas e ambientais no meio rural;
- Capacitar o profissional e despertar habilidades para atividades, com as bases da pesquisa e da extensão, para que, saiba buscar soluções de forma criativa e participativa aos problemas encontrados em sua vida profissional;
- Formar Engenheiros Agrônomos capazes de, a partir de um conhecimento e reconhecimento da realidade diversa e complexa da agricultura e dos agricultores, planejar, executar, orientar, e supervisionar ações, relativas: À ciência do solo, desde a gênese, a classificação dos solos, as propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, bem como suas interações para um uso e manejo com vistas na sustentabilidade do solo; À engenharia rural, relacionadas com máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, instalações agrícolas, construção de reservatórios de água, canais de irrigação e sistemas de irrigação e drenagem; À utilização dos recursos vegetais de forma sustentável, conhecendo as peculiaridades dos diferentes grupos de plantas, entendendo os processos fisiológicos dos vegetais e as muitas interações das plantas com os microrganismos,

macrorganismos e clima, que influenciam no rendimento dos sistemas produtivos; Ao manejo integrado de insetos-pragas, fitopatologias e plantas espontâneas que afetam as plantações, de forma a preservar sempre a qualidade dos recursos naturais; À utilização adequada dos recursos pecuários, entendendo as peculiaridades de cada espécie animal envolvida na produção, e as ferramentas de melhoramento e ao manejo da nutrição, fisiologia e patologia; À produção e conservação de alimentos de origem vegetal e animal, desde as matérias primas, o processamento, e os produtos finais, de forma a garantir segurança alimentar aos consumidores; Ao desenvolvimento da pesquisa científica, aproximando está cada vez mais da realidade dos sistemas agrários; À busca do desenvolvimento rural sustentável, pelo total entendimento do contexto social, ambiental e econômico do meio rural, usando ferramentas como a comunicação e a extensão rural; A desenvolver sistemas diversificados de produção em base ecológica; À gestão da produção agropecuária pela abordagem sistêmica; Ao entendimento do funcionamento e da complexidade dos agroecossistemas e suas interações.

8. Perfil profissional do egresso

Como perfil do egresso, a UCB empenha-se em formar profissionais que sejam:

- I. Éticos e comprometidos com as questões sociais, culturais e ambientais.
- II. Humanistas e críticos, apoiados em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam o ambiente próprio de sua formação.
- III. Protagonistas do saber, com visão do mundo em sua diversidade para práticas de letramento, voltadas para o exercício pleno de cidadania.
- IV. Proativos, solidários, autônomos e conscientes na tomada de decisões pautadas pela análise contextualizada das evidências disponíveis.
- V. Colaborativos e propositivos no trabalho em equipes, grupos e redes, atuando com respeito, cooperação, iniciativa e responsabilidade social.

No decorrer do curso o egresso adquire competência em mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, utilizando os recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional em diferentes contextos do trabalho, capaz de atuar nas áreas agrárias.

O curso de Agronomia da Universidade Católica de Brasília, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional da IES, procura formar um profissional generalista, apto a pensar criticamente, revelando abertura e flexibilidade para o diálogo; habilitado a transitar nas diferentes áreas do conhecimento; com facilidade para o manuseio internacional do conhecimento; disposto a atuar em equipe, demonstrando espírito de cooperação; comprometido com a resolução de problemas, demonstrando ser capaz de assumir desafios e riscos; disposto a propor e desenvolver projetos de interesse e relevância social; competente e ético, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida, de sua família e da sociedade; empreendedor, contribuindo para a geração de empregos e para o desenvolvimento do país; com habilidade para cuidar da própria formação, como tarefa que dura para toda a vida.

O presente currículo deve dar condições a seus egressos para adquirirem competências e habilidades a fim de atuar nos mais variados campos do exercício profissional como: fitotecnia, conservação e manejo de solos, controle fitossanitário, nutrição e adubação, processamento e armazenamento de grãos e sementes, melhoramento genético, topografia e produção pecuária (manejo, reprodução e melhoramento animal, formação de pastagens, conservação de forragens e construção de currais, estábulos e silos); além de projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar,

supervisionar e especificar projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas controle de qualidade; realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora, promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente.

O egresso poderá atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais; produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários; participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio; exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão; enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade e do mercado de trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

8.2 Monitoramento do perfil profissional do egresso

No Curso de Agronomia da UCB tem mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional e da percepção da coordenação.

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e que seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária; que respondam às demandas do contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo da Agronomia
- As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovam oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discente;

O Colegiado de Curso, pelo PDI, define o perfil do egresso e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução.

O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil, visando que o profissional médico, egresso da UCB tenha um perfil, o mais atualizado possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso para os devidos encaminhamentos e alinhamento. Ele deverá acompanhar o desempenho dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

9. Competências e habilidades

O percurso formativo do estudante de Agronomia da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Brasília.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os Cursos de Graduação do Grupo UBEC têm como perspectiva:

- Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;

- Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
- Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
- Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

A formação do Engenheiro Agrônomo tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos para desenvolver ações e resultados voltados à área de Ciências Agrárias no que se refere à Produção Vegetal e Animal, Produção de Alimentos, e Proteção Ambiental, além das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) Planejamento técnico, desenvolvimento e estudo de projetos agropecuários;
- b) Gerência, supervisão e coordenação técnica de equipes de campo;
- c) Elaboração, coordenação e execução de projetos de pesquisa agropecuária;
- d) Planejamento e execução de atividades de extensão;
- e) Coordenação de equipes de extensão;
- f) Análise e regulação de orçamento, estudos de viabilidade econômica;
- g) Execução de atividades de laboratório;
- h) Coordenação de ensaios regionais de campo, execução de testes de variedades e cultivares;
- i) Planejamento e projetos de agricultura de base ecológica, agricultura urbana, extrativismo e outras modalidades adequadas à realidade da agricultura familiar;
- j) Avaliação de cultivos, recomendações de técnicas;
- k) Atividades de ensino;
- l) Atuação em equipes multidisciplinares;
- m) Metodologias participativas, em especial a pesquisa-ação com agricultores e o reconhecimento do etnoconhecimento presente;
- n) Gestão de projetos que envolvam a produção orgânica e/ou acesso à biodiversidade, na forma legal (Lei dos Orgânicos e Lei do Acesso à biodiversidade e conhecimento associado). Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias de ciências agrárias, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para eles. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.
- o) Comunicação: envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

p) Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais agrários devem estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

q) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, o devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais de comunicação, interação, colaboratividade e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

10. Estrutura curricular e conteúdos curriculares

O currículo do curso de Agronomia leva em consideração a Resolução nº 1 de 2006 e foi concebido em uma abordagem curricular que privilegia o desenvolvimento de competências, estratégia inovadora adotada para implementação das disposições do PDI UCB 2023-2027. Para a consecução dos princípios e das perspectivas que orientam o modelo acadêmico-pedagógico adotado pela UCB, a estrutura curricular da matriz é organizada considerando os seguintes componentes:

- atividades de extensão universitária a partir da inserção em Projetos de Extensão e atividades de atendimento à comunidade;
- atividades complementares, visando propiciar ao estudante experiências diversificadas, inerentes e indispensáveis à formação do estudante enquanto cidadão e profissional;
- estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- trabalho de conclusão de curso, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- unidades curriculares optativas;
- unidades curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística do Grupo UBEC, comuns a todos os cursos e Unidades de Missão, com o objetivo de promover a prática pedagógica interdisciplinar, com vistas à superação da estrutura fragmentada do conhecimento e à promoção de conectividade, integração, diálogo, reciprocidade, integralização de saberes para a significação das aprendizagens e, de modo especial, para o desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante;

- unidades curriculares do Núcleo Comum das Áreas de Conhecimento dos cursos;
- unidades curriculares de formação específica de cada curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

11. Programa Propósito de Vida - PPV

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

Programa Propósito de Vida

Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado

por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. (Papa Francisco, 2018, p. 25)

O Programa Propósito de Vida (PPV) objetiva o protagonismo de cada estudante e de cada educador com vistas à formação acadêmica-profissional inspirado em valores fundantes distintos daqueles sustentados pela lógica mercantilista. Tais valores devem considerar as múltiplas maneiras a partir das quais e com as quais as relações do eu-com-o-outro e com-o-mundo se efetivam com vistas a possibilitar amplos e diversos significados da vida universitária. Esses significados devem ultrapassar os meros modelos fixos de compreensão já tão propalados e sustentados por uma concepção de educação mecanicista, objetivista e instrumental.

No limiar das duas primeiras décadas do Século XXI já temos mostras do esgotamento desse modelo, pois ele não abre espaço para o protagonismo estudantil e muito menos promove uma formação humanizante e inspiradora que considere as múltiplas e infinitas maneiras de atuar ética e solidariamente visando um mundo mais justo e fraternal.

Nesse sentido, o PPV objetiva contribuir para a formação gradativa/processual do estudante promovendo, ao longo da sua jornada acadêmica, experiências significativas que ampliem seus horizontes de modo a aprimorar o ser ético, o ser histórico e o ser solidário. Todas estas três dimensões se sustentam no agir solidário porque são pautadas na busca de sentidos que revelem originalidade e autenticidade das suas ações. Assim, todo o processo educativo deve se direcionar para a busca da felicidade, pois essa contribuirá para a consolidação de novos sentidos da formação profissional sempre atrelada a princípios humanísticos. Trata-se assim de favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões.

Em se tratando da busca por uma formação humanística com vistas a ampliar os sentidos do que significa ser graduado pela Universidade Católica de Brasília, o PPV tem como finalidade favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões. A oferta das três unidades curriculares que compõem o Núcleo de Formação Geral e Humanística deve promover um complemento valioso à formação técnica, científica e profissional.

O ser ético

Trata-se de considerar então o ser ético que se instaura no mundo e procura realizações significativas a partir de si mesmo. Será ele capaz de perceber que pode e deve agir solidariamente e para isso reconhecerá o outro como dimensão fundamental para a realização dos seus projetos existenciais.

A dimensão ética a ser fomentada não se constitui numa mera questão de discussão acadêmica ou de caráter formal. Busca-se acentuar a ética atrelada à própria condição humana, ou seja, refere-se ao ser de possibilidades porque revela o seu inacabamento, sua indeterminação e sua pluralidade. O estudante deve, portanto,

construir e desconstruir seu próprio ser, pois sua condição primeira e fundamental é a de seguir fazendo-se pessoa a partir das experiências reveladoras de si mesmo.

Considerando que as exigências e os desafios para a formação profissional têm se tornado cada vez mais complexos, torna-se imperioso o agir ético de modo a proporcionar uma convivência respeitosa e feliz porque pautada em princípios humanísticos.

O ser histórico

A outra dimensão relevante que o PPV busca promover na formação do estudante é a sua condição de ser histórico. Tal condição deve ser fomentada nas experiências plurais a serem realizadas ao longo da sua vida acadêmica. Cabe salientar então que os fundamentos autenticamente históricos do ser se revelam a partir do momento em que este se faz como protagonista da história e da sua própria história. Dada a sua natureza inacabada, o estudante deve rearticular constantemente os sentidos do arcabouço teórico-conceitual da sua área com as vivências significativas a serem adquiridas ao longo de todo o processo formativo. Assim, perceberá a relevância de pautar suas ações em valores humanísticos, favorecendo a ampliação dos significados da sua própria história de vida.

A proposta das unidades curriculares do PPV é contribuir para que o estudante perceba os sentidos de pertencimento. Esses se efetivam não só porque o ser está num determinado tempo histórico, mas antes de tudo, porque ele se faz como ser histórico a partir daquilo que realiza no mundo com o outro. Assim, ele pertence à história porque dela é protagonista cada vez mais engajado, pois visa a construção permanente do seu ser.

Desse modo, a proposta do PPV procura promover no estudante a compreensão de que o ser não é temporal por estar na história, mas existe historicamente por ser temporal. Fundada na temporalidade, a historicidade do ser enquanto capacidade de construir uma história é um modo que ele tem de assumir o seu próprio futuro.

O ser solidário

Uma terceira dimensão promovida pela proposta do PPV é a da pastoralidade como valor agregador de toda e qualquer área de formação e atuação profissional. A condição concreta da existência humana exige que olhemos o outro como resposta ao apelo fundamental à solidariedade.

Num mundo em que a dinâmica social é marcadamente definida por interesses materiais e individualistas, onde as mudanças ocorrem de maneira acelerada e essas por sua vez resultam numa situação de constantes crises sociais, emocionais, culturais e identitárias, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de sentidos sobre a formação acadêmica e profissional.

Trata-se então de redefinir constantemente os papéis do educador e do educando, pois fazem-se necessárias ações que promovam a solidariedade e o olhar constante para o outro assim como o bom pastor olha para suas ovelhas. Constitui-se tarefa inadiável o compromisso por uma educação superior que promova mudanças radicais de paradigma e a proposta do PPV se dispõe a ser contribuição significativa para isso.

Neste sentido, cabe destacar que os objetivos do PPV serão consolidados por meio de diferentes estratégias e abordagens acadêmicas. A primeira delas é caracterizada pela oferta das três unidades curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística. São elas:

1. Relação: Princípios e Valores;
2. Profissão: Competências e Habilidades;
3. Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades.

Além da oferta das unidades curriculares acima destacadas, com o intuito de abarcar as diversas áreas de formação que compõem os cursos de graduação, o PPV contempla também a realização de 6 (seis) trilhas de desenvolvimento relacionadas à consecução das atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos. São elas: (1) Liderança, (2) Pesquisa, (3) Esporte, (4) Cultura, (5) Espiritualidade e (6) Empreendedorismo. As trilhas apresentam, ainda, estreita relação com a atuação discente nos projetos de extensão, em especial os que atuam no atendimento às comunidades e instituições parceiras por meio do Programa Ser+.

O Programa Propósito de Vida objetiva, desta forma, uma ressignificação dos sentidos da formação acadêmica em consonância com os princípios norteadores do Grupo UBEC. Sua finalidade maior se exprime na identificação dos interesses dos estudantes pela busca de projetos significativos e inspiradores que possam nortear sua vida pessoal, acadêmica e profissional e seus projetos futuros. Nesse sentido, o PPV espera contribuir para que, ao longo da formação acadêmica, se efetivem vivências pautadas em princípios éticos e solidários que marcam a identidade do Grupo UBEC. Trata-se, portanto, de manter e reforçar o espírito fundante e a razão de ser de uma educação solidária, ética, evangelizadora e, por isso, promotora de espírito humanizador.

12. Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental e ecologia integral

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 devem orientar as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

E é pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.”. Reafirma ainda que tal educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios norteadores da educação preconizada pela UCB, assumidos em sua missão. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação desta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, como “Relação: princípios e valores”, “Profissão: competências e habilidades”, “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação da UCB em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

Da mesma forma que a Universidade aborda as questões da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação em Direitos Humanos, as questões e conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal e nos componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística, citados anteriormente. Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, em especial seu aspecto de sustentabilidade, é contemplada na missão da UCB, orientando a gestão da Universidade e sua atuação por meio dos programas e projetos de pesquisa e extensão, considerando de forma especial a perspectiva da ecologia integral, preconizada pelo Papa Francisco na carta encíclica Laudado Si’. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, quanto em unidades curriculares específicas, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e na realização das Trilhas formativas do PPV. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

a) Flexibilidade curricular

Flexibilidade curricular dos cursos de graduação se constitui a adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas, que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo

do trabalho e da cultura, desde o início do curso. Assim, se faz necessário que se articule, no processo de formação do aluno, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é uma prática que estimula a mobilidade do aluno na educação superior e favorece sua formação interdisciplinar.

Nesse sentido, a UCB busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do aluno e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica rever as disciplinas, buscando aspectos integradores e organizações curriculares que favoreçam a interdisciplinaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece que as Instituições de Ensino superior deverão buscar a flexibilização de seus currículos, ofertando, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em programas de extensão.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, na UCB a Flexibilização curricular é identificada:

- na busca de articulação entre teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso;
- nas Atividades Complementares, que integram obrigatoriamente o currículo desse curso. Com base no princípio de que o aluno é o agente da aprendizagem, ele é estimulado a aprender a aprender e a ter responsabilidade e compromisso com sua educação, sendo estas atividades um dos mecanismos que proporcionarão a participação do aluno na construção do saber com experiências inovadoras. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento;
- na implantação de disciplinas optativas no Curso que são decorrentes das escolhas do sujeito que constrói o próprio conhecimento e percurso formador;
- nas metodologias ativas e problematizadoras, que possibilita ao aluno vivenciar a práxis educativa, construindo e fundamentando as decisões para a solução de problemas, o que favorece a interdisciplinaridade e a percepção da realidade.

- na extensão, cumprindo o que preconiza a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer CNE/CES Nº 498/20202.
- na pesquisa, que trazem diferencial à formação, e, se concretiza quando se transforma em trajetórias autônomas e particulares, nos currículos de cada discente, enriquecidos de conhecimentos diversificados.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre alunos de diferentes áreas do saber por meio de Unidades Curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou Unidades Curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de alunos em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o aluno frequentar aulas de determinadas disciplinas da pós-graduação, conforme cada curso reger.

b) Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como à organização que a instituição propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no aluno e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina a disciplina, que entende profundamente as hierarquias conceituais nela presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras das áreas do conhecimento e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos alunos cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da UCB garantam a possibilidade de o aluno movimentar-se entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem-sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCN colocam na redução do tempo que o aluno passa dentro de uma sala de aula.

Consequentemente, as atividades complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do aluno e da IES, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também oportunidades tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do aluno possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem renunciar à fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Oferecer sentido ao trabalho acadêmico é o grande desafio da educação. A visão interdisciplinar dos problemas ligados ao fazer profissional não apenas oferece sentido como multiplica as possibilidades de solução de problemas. Ao oferecer a perspectiva de busca de solução de problemas - não de respostas a perguntas - muda inteiramente a perspectiva do ensino profissional, tornando-o útil, real e efetivo.

Para se atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, pesquisa e extensão, a UCB declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- Atitudes com ênfase nos princípios e valores

As Diretrizes Curriculares apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e aprendizagem e os esquemas de avaliação. Diante do exposto a UCB entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do aluno. Professor, conteúdo e aluno desempenham papéis fundamentais e complementares.

Diante do exposto, é possível definir que a coerência entre as atividades de ensino dos níveis da graduação e pós-graduação acontece quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da IES estão articuladas com a proposta pedagógica e aplicadas nesses dois níveis, mantendo um correto alinhamento entre políticas, objetivos e metas.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da

formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

c) Articulação da Teoria Com a Prática

No Curso da Universidade Católica de Brasília, a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas contribuem com esta articulação, ao estimular no curso a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

d) Conteúdo para os Cursos de Graduação: competências e habilidades

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para atuar como médicos. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCN e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

As estratégias de ensino foram escolhidas a partir do tipo de conteúdo, para garantir a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação de perfil profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Consequentemente a UCB orienta os professores para que desenvolvam

um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
- Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

e) Seleção de Conteúdos para o curso: competências e habilidades

O princípio estabelecido no PPI da UCB de que “[...] para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos [...]”, será respeitado no âmbito do Curso de Agronomia, mas, com suas especificidades. Cada semestre corresponde a 1 (um) bloco de 20 (vinte) semanas, constituído por 5 (cinco) Unidades Curriculares

. Cada Unidade Curricular (UC) corresponde a um conjunto de conteúdos integrados reunindo conhecimentos básicos e clínicos. A unidade curricular integra várias áreas do conhecimento, articulando-as, indo muito além da justaposição de conteúdo.

f) Matriz curricular

O currículo do Curso Agronomia da UCB propicia formação dos alunos para atuarem com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana.

Cabe enfatizar que o desenho desta proposta inovadora intra e interdisciplinar e transversal propicia uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de conhecimento técnico, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

O currículo do Curso Agronomia da UCB está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os futuros profissionais aliados para o desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das disciplinas e das atividades acadêmicas previstas para o curso.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso conta com atividades complementares que corresponde a 70 horas e disciplinas optativas com 80 horas. Aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A matriz curricular dá visibilidade ao percurso que o aluno deve fazer para integralização curricular, indicando, para cada período as disciplinas e atividades complementares sugeridas, assim como as respectivas cargas horárias teóricas e práticas.

13. Ementário e referências bibliográficas



Universidade
Católica de Brasília

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA - UCB
QS 07 LOTE, Nº01, AGUAS CLARAS
BRASÍLIA - DF - BRASIL CEP 71920-540

MATRIZ CURRICULAR

CURSO:GPA18 - AGRONOMIA

CURRÍCULO:GPA18B02T - AGRONOMIA 02 1/2023 M/N SERIADO - GPTA

HABILITAÇÃO:BACHARELADO

REGIME:SERIADO

TURNO:
MATUTINO/NOTU
RNO

STATUS:ATIVA

Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
1	1º	GPNGHEC01T	EXTENSÃO - CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	120
2	1º	GPA02HB04T	MATEMÁTICA E FÍSICA APLICADA	80
3	1º	GPA18HB02T	PRÁTICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	80
4	1º	GPNCETHB03T	ESTATÍSTICA	80
5	1º	GPA18HB01T	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA, GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO	80
TOTAIS				440

Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
6	2º	GPA18HB04T	METEOROLOGIA AGRÍCOLA	80
7	2º	GPNCSEB06T	QUÍMICA ANALÍTICA QUANTITATIVA E QUALITATIVA	80
8	2º	GPNGGHB04T	RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES	80
9	2º	GPA18HB03T	FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA	80
10	2º	GPA18HB05T	PEDOLOGIA E CIÊNCIA DO SOLO	80
TOTAIS				400

Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
11	3º	GPNCABHB3T	MORFO-ANATOMIA E SISTEMÁTICA DE FANERÓGAMAS	80
12	3º	GPNCSEB03T	BIOLOGIA MOLECULAR E BIOTECNOLOGIA	80
13	3º	GPA18HB07T	FUNDAMENTOS DE QUÍMICA INORGÂNICA E ORGÂNICA	80
14	3º	GPA18HB06T	FITOPATOLOGIA	80
15	3º	GPA18HB08T	MICROBIOLOGIA, FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS	80
TOTAIS				400

				TOTAIS	400
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total	
16	4º	GPNCABHB1T	BIOQUÍMICA GERAL	80	
17	4º	GPNCAHB09T	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E DESENHO UNIVERSAL	80	
18	4º	GPA02HB13T	FISIOLOGIA VEGETAL	80	
19	4º	GPNCAHB11T	TOPOGRAFIA, CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO	80	
20	4º	GPNCABHB2T	GENÉTICA BÁSICA E DE POPULAÇÕES	80	
				TOTAIS	400
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total	
21	5º	GPA18HB11T	ZOOTECNIA GERAL	80	
22	5º	GPA18HB10T	ENTOMOLOGIA	80	
23	5º	GPNFGHHB03T	PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	80	
24	5º	GPA18HB09T	CONTROLE DE PLANTAS INVASORAS E MIP (MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS)	80	
				TOTAIS	320
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total	
26	6º	GPA18HB12T	CULTIVO INDOORS	80	
27	6º	GPA18HB14T	MECANIZAÇÃO E ROBOTIZAÇÃO AGRÍCOLA	80	
28	6º	GPA18HB13T	HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO	80	
29	6º	GPA18HB15T	OLERICULTURA	80	
30	6º	GPA18HB16T	PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES	80	



**Universidade
Católica de Brasília**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA - UCB

QS 07 LOTE, Nº01, AGUAS CLARAS
BRASÍLIA - DF - BRASIL CEP 71920-540

MATRIZ CURRICULAR

Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
				TOTAIS
				400
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
31	7º	GPS11HB18T	MANEJO DE PASTAGENS E FORRAGICULTURA	80
32	7º	GPS11HB26T	ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL	80
33	7º	GPA18HB19T	GRANDES CULTURAS 1 - ARROZ, FEIJÃO, MILHO E TRIGO	80
34	7º	GPA18HB18T	FRUTICULTURA E SILVICULTURA	80
35	7º	GPA18ES17T	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AGRONOMIA	120
				TOTAIS
				440
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
36	8º	GPA18HB21T	GRANDES CULTURAS 2 - SOJA, ALGODÃO, CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR	80
37	8º	GPNFGHEC12T	EXTENSÃO - COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES	120
38	8º	GPA18EC20T	EXTENSÃO RURAL, GESTÃO DA QUALIDADE E MEIO AMBIENTE - AGRO	120
				TOTAIS
				320
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Obrigatórias	CH Total
40	9º	GPA18TF22T	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	160
				TOTAIS
				160
Nº	Período	Cód. Disciplina	Disciplinas Optativas	
41		GPA02HB24T	FISIOLOGIA ANIMAL COMPARADA	
42		GPA19HB13T	CULTIVO CELULAR DE MICRORGANISMOS, VEGETAL E ANIMAL	
43		GPE03HB03T	FUNDAMENTOS DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA	
44		GPNDIOIP1T	DESIGN THINKING E A BUSCA DA INOVAÇÃO	
45		GPNDIOIP2T	INGLÊS INSTRUMENTAL	
46		GPNDIOIP3T	LIDERANÇA, NEGOCIAÇÃO E GRANDES NEGÓCIOS	
47		GPNDIOIP4T	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
48		GPNDIOIP5T	MARKETING DE MÍDIAS SOCIAIS E DIGITAIS	
49		GPNDIOIP6T	ORATÓRIA	
50		GPNDIOIP7T	QUALIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL	
51		GPS11HB11T	BROMATOLOGIA E NUTRIÇÃO ANIMAL	
52		GPS11HB22T	PRODUÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO DE MONOGÁSTRICOS E RUMINANTES	

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	
SEMESTRE: 1º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas
EMENTA Ciência e fundamentos do conhecimento científico. Método científico. Investigação científica baseada em evidências. Etapas de elaboração da pesquisa científica. Estudo das práticas de Comunicação, narrativas e oralidade. Aprendizagem baseada em experimentação e os conceitos de aprendizagem criativa. Cultura Maker e Design Thinking. Extensão Universitária e Intervenção Sociocultural a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRITO, Maria Eduarda et al. Desenvolvendo competências comportamentais no meio acadêmico. ANALECTA-Centro Universitário Academia, v. 5, n. 5, 2020. NUNES, Suzana Gilioli; MORAES, Nelson Russo de; SOUZA, Fernando da Cruz. As mídias digitais e a nova sociedade: um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 2020. SÍVERES, Luiz. A extensão como princípio de aprendizagem. 2008. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266 . Acesso em: 24 fev. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos avançados, v. 31, p. 75-87, 2017. GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. - (Série Trilhas) PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. 2011. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079 . Acesso em: 04 ago. 2021.	

UNIDADE CURRICULAR: MATEMÁTICA E FÍSICA APLICADA	
SEMESTRE: 1º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Razão. Proporção. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais. Números reais. Regra de três. Funções: construções e análises gráficas. Função exponencial. Função logarítmica. Trigonometria. Noções de Cálculo Diferencial e Integral. Movimento, biomecânica, dinâmica, trabalho, energia e potência mecânica abordados e aplicados à luz da Biologia. Sustentação. Vôo. Ondas mecânicas e ondas eletromagnéticas. Quantificação de biomoléculas com espectrofotometria. Lei de Lambert-Beer. Fluidos em sistemas biológicos. Lei de Nerst-Planck. Transporte de íons. Termodinâmica: Primeira e Segunda Leis; energia livre de Gibbs. Potencial de ação. Dobramento de peptídeos e proteínas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DURÁN, J. E. R. Biofísica: conceitos e aplicações. 2a Ed. São Paulo: PEARSON BRASIL, 2011. MOURAO JUNIOR, C. A.; ABRAMOV, D. M. Biofísica Essencial. 1a Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2012. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para Ciências biológicas e Biomédicas. São Paulo: Harbra, 1986.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. 7 Ed. Editora LTC. 2014. CARMO, Manfredo Perdigão do. Trigonometria, Números Complexos. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1992. DEMANA, Franklin D. et al. Pré-Cálculo. São Paulo: Addison Wesley, 2009. FLEMMIN, G. D. M.; GONÇALVES, M. B., Cálculo a: Funções, Limite, Derivação e Integração. 6 ed. Editora Pearson, 2014. KESTEN, P.; T. D. Física na universidade para as ciências físicas e da vida - Vol. 1 ao 4 Rio de Janeiro: LTC, 2015. GARCIA, E. A. C. Biofísica. São Paulo: Sarvier. 2a Edição. 2005. 388 p. HENEINE, I. F. Biofísica básica. São Paulo, SP: Atheneu, 2000. 384 p.	

IEZZI, G. MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar 1. 7. Ed. São Paulo: Atual, 1993.

JAMES, S. Cálculo. Vol. 1, 7 Ed, São Paulo. Cengage Learning, 2015.

MORRIS, J. G. S. Fisico-química para biólogos. Ed. Polígono, 1972.

OLIVEIRA, J. R.; WÄl; CHTER, P. H.; AZAMBUJA, A. A. Biofísica para ciências biomédicas. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2002.

UNIDADE CURRICULAR: PRÁTICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
SEMESTRE: 1º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA A formação do engenheiro agrônomo. Áreas de atuação e mercado de trabalho. Legislações que balizam a sua atuação como profissional formado em Agronomia. Órgãos e entidades de classe. Consciência crítica a respeito da escolha profissional e institucional, da formação acadêmica e dos compromissos com a sociedade. Ética e perfil profissional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. SANTANA, A. C. ; SANTANA, A. L. 500 anos de agricultura no Brasil: Movendo idéias. Belém: v. 5, n. 7, p.12-19, jun. 2000. SILVA, O. Manual de engenharia agrônômica. Goiânia: Editora Kelps, 2011. 460 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAÚJO, N. B. e PINAZZA, L. A. Complexo agro-industrial: O agribusiness brasileiro. São Paulo: Agrocere, 1990. 238p. BATALHA, M. O. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial. atlas, 1997. v. 1. HOFFMANN, et al. Administração da Empresa Agrícola. 2ª. Ed. São Paulo: Pioneira, 1979. 325p. MACEDO, E. F. Manual profissional: introdução à teoria e prática das profissões do sistema. CONFEA/CREA. Florianópolis: Recorde, 1999.	

NORONHA, J. F. Projetos Agropecuários: Orçamentos Administração Financeira e Viabilidade Econômica. São Paulo: Atlas, 1987. 269p.

UNIDADE CURRICULAR: ESTATÍSTICA

SEMESTRE: 1º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Coleta de dados. Técnica de Amostragem. Distribuição de Frequência. Gráficos. Tabelas. Medidas de posição e dispersão, medidas de assimetria e curtose. Probabilidade condicional. Teorema de Bayes. Distribuições amostrais: funções de probabilidade, distribuição de média, distribuições discretas (Bernoulli, Binomial, Poisson e Geométrica). Intervalo de Confiança. Teste de Hipótese. Regressão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SPIEGEL, Murray R. Estatística. 4. Porto Alegre Bookman, 2009.

MONTGOMERY, Douglas C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros. 7. Rio de Janeiro LTC, 2021.

LEVINE, David M. Estatística teoria e aplicações usando MS Excel em português. 7. Rio de Janeiro LTC, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SICSÚ, Abraham Laredo. Estatística aplicada análise exploratória de dados. São Paulo Saraiva, 2012.

BECKER, João Luiz. Estatística básica transformando dados em informação. Porto Alegre Bookman 2015 SILVA, ERMES MEDEIROS et al., Estatística 1, Atlas, São Paulo, 1996.

SPIEGEL, MURRAY R.. Theorie Et Applications De La Statistique. New York: Mac Graw-hill, 1974.

GUPTA, C. Bhisham. Estatística e probabilidade com aplicações para engenheiros e cientistas. Rio de Janeiro LTC, 2016.

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE ECONOMIA, GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO	
SEMESTRE: 1º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Fundamentos de Ciências Econômicas. Escassez. Formação de preços e diferentes formas de concorrência. Falhas de Mercado. Economia Política: Liberalismo vs. Intervencionismo. Medidas de atividade econômica e bem-estar social. Moeda e Juros. Inflação e Desemprego. Crises Econômicas. Desenvolvimento econômico. Noções de Geopolítica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ACCARINI, J.H. Economia Rural e Desenvolvimento. Reflexões sobre o Caso Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224p. MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2014. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Núcleo de Formação Básica da Escola. Introdução à Economia. Brasília-DF. UCB, 2014.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBERGONI, Leide. Introdução à Economia: aplicações no cotidiano. São Paulo, SP: Atlas, 2015. GREMAUD, Amauri Patrick; MOTOYA DIAS, Maria Dolores; AZEVEDO, Paulo Furquim; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. Introdução a Economia. São Paulo: Editora Atlas, 2007. MANSFIELD, E. e Yoke G. Microeconomia. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006. NEVES, Silvério das. Introdução à economia - 11ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2012. STIGLITZ, J & WALSH, C. Introdução à Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.	

UNIDADE CURRICULAR: METEOROLOGIA AGRÍCOLA	
SEMESTRE: 2º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Princípios básicos de meteorologia agrícola. Estudo dos elementos meteorológicos e de suas relações com os processos biofísicos das plantas e a incidência de pragas e doenças. Evapotranspiração de ecossistemas agrícolas e naturais. Balanço hídrico. Instrumentação de medição de variáveis agrometeorológicas e micrometeorológicas. Ambiente agrometeorológico dos cultivos. Aplicação de técnicas agrometeorológicas para melhorias do sistema de produção. Proteção das plantas contra os efeitos adversos do tempo; Zoneamento Agroclimático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREL, J.P.M. Agrometeorologia: aplicação da meteorologia para maximizar a produção agrícola. Editora Agrobook, 2018. 360p.

BERGAMASCHI, H.; BERGONCI, J.I. As plantas e o clima: princípios e aplicações. Porto Alegre: Agrolivros, 2017. 352 p.

VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações. Editora UFV. 1991. 449p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JONES, H. G. Plants and microclimate. Cambridge: University Press Cambridge, 1992. 428 p.

MAVI, H.S.; TUPPER, G.J. Agrometeorology: principles and applications of climate studies agriculture. Haworth Press, 2004. 364p.

MONTEIRO, J. E. B. A. Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola. – Brasília, DF: INMET, 2009. 530p.

PEREIRA, A.R.; ANGELOCCI, L.R.; SENTELHAS, P.C. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002. 478 p.

TUBELIS, A. Conhecimentos práticos sobre clima e irrigação. – Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2001. 215p.

PERIÓDICOS

Agricultural and Forest Meteorology; Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental; Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira; Agricultural Water Management; Agriculture, Ecosystems and Environment; Phytopathology; Advances in Plant Pathology; Crop Science; Field Crops Research; Agronomy Journal; entre outros.

SITES RELACIONADOS: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAper, Sistema de Monitoramento Agrometeorológico – Agritempo, Centro

Integrado de Informações Agrometeorológicas – CIIAGRO-IAC, Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – CEPAGRI UNICAMP, Laboratório de Meteorologia de Pernambuco – LAMEPE e Setor de Agrometeorologia da Embrapa Semiárido.

UNIDADE CURRICULAR: QUÍMICA ANALÍTICA QUANTITATIVA E QUALITATIVA	
SEMESTRE: 2º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Reações químicas e estequiometria. Soluções, equilíbrio químico, equilíbrio ácido-base, de solubilidade, de complexos e de oxi-redução. Métodos gravimétricos e volumétricos de análise. Aplicação prática da química analítica quantitativa e qualitativa na área farmacêutica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HARRIS, D. C. ANÁLISE QUÍMICA QUANTITATIVA. 9 ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 2017. (LIVRO ELETRÔNICO) SKOOG, D. A.; WEST, D.M.; HOLLER, F.J.; CROUCH, S.R. FUNDAMENTOS DE QUÍMICA ANALÍTICA. 9 ED. SÃO PAULO: PIONEIRA THOMSON LEARNING, 2015. (LIVRO ELETRÔNICO) GADELHA, Antonio José Ferreira. Princípios de química analítica: abordagem teórica qualitativa e quantitativa. São Paulo: Blucher, 2022. (LIVRO ELETRÔNICO)	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALEXEYEV, V. QUANTITATIVE ANALYSIS: A TEXTBOOK. HONOLULU: UNIVERSITY PRESS OF THE PACIFIC HONOLULU, 2000. BACCAN, N. QUÍMICA ANALÍTICA QUANTITATIVA ELEMENTAR. 3 ED. SÃO PAULO: EDGARD BLÜCHER, 2001. HAGE, D. S; CARR, J. D. QUÍMICA ANALÍTICA E ANÁLISE QUANTITATIVA. SÃO PAULO: PEARSON EDUCATION DO BRASIL, 2012. VOGEL, A.I. QUÍMICA ANALÍTICA QUALITATIVA. 5 ED SÃO PAULO: MESTRE JOU, 1981. VOGEL, A. I. ANÁLISE QUÍMICA QUANTITATIVA. 6 ED. RIO DE JANEIRO: LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS, EDITORA SA, 2002. (LIVRO ELETRÔNICO)	

UNIDADE CURRICULAR: RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES	
SEMESTRE: 2º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOFF, L. Espiritualidade: um caminho de transformação. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2001 recurso online. BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J.A.; GUIMARÃES, S.E.R. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, recurso online. DWIGHT, F. Ética. Porto Alegre: Artmed, 2017 recurso online. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2018 recurso online. PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 recurso online.	

UNIDADE CURRICULAR: FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA	
SEMESTRE: 2º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Caracterização e Propriedades físicas do solo e suas relações com fatores de crescimento das plantas: textura e estrutura do solo, densidade de partícula, densidade do solo e resistência mecânica à penetração, relações massa volume; estrutura e agregação do solo; compactação do solo; potencial da água no solo Água no solo: Umidade, retenção, armazenamento e movimento. Temperatura do solo. Erodibilidade; Degradação do solo química física, biológica e recuperação; Modelos de predição da erosão; Práticas conservacionistas; Planejamento conservacionista; Degradação do solo por poluição e remediação; Qualidade do solo e segurança alimentar; Erosão do solo e aspectos econômicos, sociais e ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. Ceres, Piracicaba BETTIOL, W.; CAMARGO, O. A. Lodo de esgoto: impactos ambientais na agricultura: Embrapa Meio Ambiente, 2006 348 p.

LEPSCH, I. F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Campinas, SBCS, 1991.

QUIRIJIN, de J. V. L. Física do Solo. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS) 298p. 2010. KLEIN, V.A Física do Solo. UPF Editora. 2ª edição. 240p. 2012. EMBRAPA. Manual de Métodos de Análise de Solo. 2.ed. ver. Atual. Rio de Janeiro: EMBRAPACNP, 1997. 212p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAESSEN, M.E.C. (Org). Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNP, 1997. xii,212p.

BRADY, N.C.; WEIL, R.R. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xiv, [9], 685 p.

KIEHL, E. J. Manual de Edafologia. Agronômica Ceres, São Paulo, 1979. 262p.

REICHARDT, K. & TOMM, L.C. Solo, Planta e Atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole, 2004. 478p.

UNIDADE CURRICULAR: PEDOLOGIA E CIÊNCIA DO SOLO**SEMESTRE: 2º****CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas**

EMENTA

Fatores e processos de formação dos solos. Rochas. Intemperismo e sua relação com a Gênese de Solos. Minerais da fração argila: identificação formação e estabilidade sob condições tropicais. Minerais da fração argila e sua relação com atributos químicos e físicos. Componentes do solo. Importância da MOS e biota na formação e evolução de solos. Morfologia como base para inferências sobre a Gênese do Solo. A Pedogênese como base para conceituação de atributos, horizontes diagnósticos e classes de solos. Morfologia do solo. Sistemas de classificação de solos. Soil Taxonomy. Word Reference Base. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos “SiBCS”. Ordens de solos: primeiro ao quarto nível categórico. Chave para classificação e diferenciação de solos. Relação solo-paisagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUOL, S.W.; SOUTHARD, R.J.; GRAHAM, R.C.; McDANIEL, P.A. Soil Genesis and Classification. 6th.ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011. 560p.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 3.ed. Brasília: Embrapa, 2018. 353p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico de pedologia. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 430p. (IBGE. Manuais Técnicos em Geociências, n. 4)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, S.S.; COOPER, M. Fundamentos de micromorfologia de solos. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2019. 240 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico de pedologia: guia prático de campo. 1.ed. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2015. 134p.

OLIVEIRA, J. B. Pedologia Aplicada. 4ed. Piracicaba: Fealq, 2011. 592p.

OLIVEIRA, J. B., JACOMINE, P. K. & CAMARGO, M. N. Classes gerais de solos do Brasil: guia auxiliar para seu reconhecimento. Jaboticabal, FUNEP/UNESP, 1992.

SANTOS, R. D.; LEMOS, R. C. SANTOS, H. G.; KER, J. C. & ANJOS, L. H. C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: MORFO-ANATOMIA E SISTEMÁTICA DE FANERÓGAMAS	
SEMESTRE: 3º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Sistemática, taxonomia e evolução das Espermatófitas: gimnospermas e angiospermas. Suas novidades evolutivas, estratégias adaptativas e padrões biogeográficos. Caracterização morfo-anatômica e identificação de seus principais clados, classes e famílias botânicas, num contexto filogenético. Relação das espermatófitas com o ambiente e com o homem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JUDD, W.S., CAMPBELL, C.S., KELLOGG, E.A., STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M.J. 2009. Sistemática Vegetal: Um enfoque filogenético. Ed. 3. Artmed. Porto Alegre. RAVEN, P. H., EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal. 8a edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 856p. SOUZA, V.C.; LORENZI, H. 2012. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de angiospermas da flora brasileira, baseado em APGIII. Ed. 3. Instituto Plantarum de Estudos da Flora, Nova Odessa, SP.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR NIKLAS, K. The evolutionary biology of plants. University of Chicago Press. 1997. GONÇALVES, E.G.; LORENZI, H. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora. 2007. ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Edgard Blücher, 2007. GIFFORD, E.M.; FOSTER, A. S. 1989. Morphology and evolution of vascular plants. W. H. Freeman. New York. SOLTIS, D.E., SOLTIS, P.S., ENDRESS, P.K.; CHASE, M.W. 2005. Phylogeny and evolution of Angiosperms. Sinauer Associates, Sunderland.	

UNIDADE CURRICULAR: BIOLOGIA MOLECULAR E BIOTECNOLOGIA	
SEMESTRE: 3º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Introdução às macromoléculas biológicas (proteínas, carboidratos, lipídeos, ácidos nucleicos): estrutura e funções. Biogênese e metabolismo das macromoléculas biológicas. Importância de biomoléculas inorgânicas (água, sais). Estrutura e função de enzimas e mecanismos de inibição. Vias de sinalização. Mecanismos moleculares de morte celular. Estrutura do citoesqueleto celular. Replicação de genomas, transcrição e tradução de genes. Macromoléculas biológicas como marcadores de saúde e doença. Isolamento e análise de ácidos nucleicos, e proteínas. Clonagem de DNA para expressão heteróloga. Edição gênômica. Conceito de biologia sintética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUNQUEIRA, L.C. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Fundamentos de genética. 7. ed. 2020

LEHNINGER, Albert Lester; NELSON, David L.; COX, Michael M.; HOSKINS, Aaron A. Princípios de bioquímica de Lehninger. 8. ed. 2022

DE ROBERTIS, Eduardo D. P.; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2015.

ULRICH, Henning; TRUJILLO, Cleber Augusto (Coord.). Bases moleculares da biotecnologia. São Paulo, SP: Roca, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUSSBAUM R.L; McINNES R. R.; WILLARD H. F. Thompson & Thompson genética médica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PASTERNAK, Jack J. Uma introdução à genética molecular humana: mecanismos das doenças hereditárias. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. xviii, 434 p. ISBN 9788527712866

GLICK, Bernard R.; PASTERNAK, Jack J. Molecular biotechnology: principles and applications of recombinant DNA. 3rd ed Washington, DC: ASM Press, c2003. 760 p.

DEVLIN, T. M. (Coord.). Manual de bioquímica com correlações clínicas. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2011.

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE QUÍMICA INORGÂNICA E ORGÂNICA**SEMESTRE: 3º****CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas**

EMENTA

Estrutura atômica e molecular. Propriedades periódicas dos elementos. Ligações químicas e geometria molecular. Funções inorgânicas. Hibridização em átomo de carbono. Ligações covalentes entre átomos de carbono. Estruturas de Lewis e estruturas de ressonância de moléculas orgânicas. Polaridade e forças intermoleculares. Funções orgânicas e reatividade. Nucleofilicidade, eletrofilicidade e espécies reativas de carbono. Síntese orgânica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul; WEAVER, Gabriela C. Química geral e reações químicas. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

RUSSELL, John Blair. Química geral. 2. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MCMURRY, John. Química Orgânica. 7. ed. São Paulo: Thomson, 2011.

BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. Química geral. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

UNIDADE CURRICULAR: FITOPATOLOGIA**SEMESTRE: 3º****CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas****EMENTA**

Histórico e importância da Fitopatologia. Agentes causais de doenças bióticas e abióticas. Sintomatologia e diagnose de plantas. Postulado de Koch. Ciclo das relações patógeno-hospedeiro. Características gerais de agentes etiológicos causadores de doenças em plantas: fungos, bactérias, vírus, viróides, nematóides, fitoplasma e protozoários. Fisiologia do parasitismo. Epidemiologia. Manejo e controle das principais doenças em: Grandes culturas, olericultura, fruticultura, plantas medicinais e ornamentais. Patologia na pós-colheita (frutos e hortaliças). Patologia de sementes. Legislação Fitossanitária. Toxicidade, segurança e tecnologia no uso de agrotóxicos. Receituário agrônomo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 3.ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995. 919p. v.1.

KIMATI, H. et al. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2005. 663p. v.2.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1990. 137 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, L. A. S. Fungicidas protetores: fundamentos para o uso racional. São Paulo, 2003. 320p

VALE, F. R. et al. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Editora Pefil, 2004, 531p.

ROMEIRO, R. S. Métodos em bacteriologia de plantas. Viçosa/MG:UFV, 2001, 279p

ZERBINI JÚNIOR, F. M. et al. Introdução à virologia vegetal. Viçosa/MG:UFV, 2002. 145p.

CAMPANHOLA, C.; BETTIOL, W.(eds.). Métodos alternativos de controle fitossanitário. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003. 279p.

PERIÓDICOS

Revista de Fitopatologia Brasileira – Tropical Plant Pathology; Summa Phytopathologica. The Official Journal of São Paulo State Plant Pathology Association; Acta Scientiarum; Bragantia; Ciência Rural; Pesquisa Agropecuária Brasileira; Scientia Agricola; entre outros.

SITES RELACIONADOS: AGROFIT – Banco de informações sobre os produtos agroquímicos e afins registrados no Ministério da Agricultura; Sociedade Brasileira de Fitopatologia; American Phytopathological Society; Instituto Agronômico de Campinas - IAC; Instituto Biológico de São Paulo.

UNIDADE CURRICULAR: MICROBIOLOGIA, FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS

SEMESTRE: 3º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Introdução à Fertilidade do Solo; Leis gerais da fertilidade com ênfase na agroecologia; Matéria Orgânica do solo; Acidez do solo e calagem em sistemas Agroecológico; Nitrogênio no solo; Fósforo no solo; Potássio no solo; Enxofre e micronutrientes; Diagnose foliar e Sintomas de deficiência nutricional; Práticas agroecológicas ligadas à fertilidade do solo. Características gerais de bactérias, fungos e vírus. Influências dos fatores ambientais, físicos e químicos no desenvolvimento da população microbiana do solo. Ciclos biológicos. Mineralização da matéria orgânica. Fixadores de nitrogênio. Micorrizas. Técnicas microbiológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638p.

MOREIRA, F. M. S., HUISING, E. J., BIGNELL, D. E. Manual de Biologia dos Solos Tropicais. UFLA. 2012. 376p.

TROEH, F.R.; THOMPSON, L.M. Solos e Fertilidade do Solo. São Paulo: Andrei. 2007. 718p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PELCZAR Jr, J. R. et al. Microbiologia: conceitos e aplicações. São Paulo: MAKRON Book, 1996. v. 1 e 2.

FERNANDES, M.S. (Ed.) Nutrição mineral de plantas. Viçosa: SBCS, 2006. 432p.

GUAGGIO, J.A. Acidez e calagem em solos tropicais. Campinas: Instituto Agronômico, 2000.111p.

RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V, V.H. Recomendação para uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. 5a aproximação. Viçosa: CFSMG, 1999.

VARGAS, M. A. T., HUNGRIA, M. Biologia dos solos dos cerrados. EMBRAPA – Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados. MAA. 1997. 516p.

PERIÓDICOS

Revista Brasileira de Ciência do Solo. Revista Ciência Agronômica. Bragantia. Ciência Rural. Pesquisa Agropecuária Brasileira. Pesquisa Agropecuária Tropical. Revista de Microbiologia. Scientia Agricola.

SITES RELACIONADOS: Embrapa Solos. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Instituto Agronômico de Campinas. Embrapa Agrobiologia. Laboratório de Ecologia Microbiana do Solo da Universidade de São Paulo (LES-USP). Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF).

--

UNIDADE CURRICULAR: BIOQUÍMICA GERAL	
SEMESTRE: 4º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Estrutura e função dos carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas: estrutura e regulação; cinética enzimática; tipos de reações catalisadas pelas enzimas. Processos de obtenção de energia. Introdução ao metabolismo, conceitos, principais vias metabólicas (Glicólise, Gliconeogenese, síntese e degradação de glicogênio e via das pentoses). Ciclo de Krebs, cadeia transportadora de elétrons e fosforilação oxidativa. Respiração celular. Estrutura das vias metabólicas, visão geral de regulação metabólica. Biofísica aplicada para detecção de biomoléculas. Lei de Lambert-Beer. Estudos estruturais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA NELSON, D.L; COX, M. M. Lehninger: Princípios de bioquímica. 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014. STRYER, L.; BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L. Bioquímica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010. DEVLIN, T.M. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARZZOCO. A.; TORRES, B.B. Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. QUIRINO, B.F. (Org.). Técnicas Laboratoriais em Bioquímica. 2. ed. Brasília: Universa, 2006. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica Celular e Biologia Molecular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1999. - VOET, D.; VOET, J.G. Bioquímica. São Paulo: Artmed, 2004.	

UNIDADE CURRICULAR: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E DESENHO UNIVERSAL

SEMESTRE: 4º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Estudo da linguagem e das técnicas do desenho e da representação arquitetônica. Normas, convenções, técnicas e instrumentos para desenvolvimento da expressão gráfica para o desenho arquitetônico. Desenho Universal e acessibilidade. Introdução aos programas computacionais de representação gráfica 2D.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERREIRA, Patricia. Desenho de arquitetura. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. São Paulo: Blücher, 2001. YEE, Rendow. Desenho arquitetônico: um compêndio visual de tipos e métodos. Rio de Janeiro: LTC, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DOCZI, György. O poder dos limites: harmonias e proporções da natureza, arte e arquitetura. São Paulo: Mercuryo, 1990. REID, Grant W. Landscape Graphics, Plan, Section, and Perspective Drawing of Landscape Spaces. Revised Edition. New York: Watson-Guptyll, 22. YANES, Magali Delgado; DOMINGUEZ, Ernest Redondo. Desenho livre para arquitetos. Barcelona, Espanha: Editorial Estampa, 2004. NEUFERT, Ernst e Peter. Arte de projetar em arquitetura. Ed. Gustavo Gili, 2012. Barcelona: Promopress, 2008. SAMARA, Timothy. Grid: construção e desconstrução. São Paulo: Cosac Naify, 2007.	

UNIDADE CURRICULAR: FISILOGIA VEGETAL	
SEMESTRE: 4º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Relações hídricas em plantas: propriedades da água, absorção e transporte nas células e no xilema. Mecanismo estomático, transporte de gases e transpiração. Absorção, transporte de solutos e nutrição mineral. Fotossíntese: fases fotoquímica e bioquímica. Transporte no floema, carregamento e descarregamento. Metabolismo	

do nitrogênio e secundário. Hormônios vegetais, tropismos e fatores ambientais. Desenvolvimento vegetal. Morfogênese, embriogênese e germinação. Floração. Frutificação. Senescência e abscisão. Interação planta-ambiente e respostas fisiológicas das plantas às condições limitantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERBAUY, G. Fisiologia Vegetal. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p.

SCHWAMBACH, Cornélio. Fisiologia vegetal introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza. São Paulo Erica 2014.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3a ed. Porto Alegre: Artmed. 2008. 719p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KERBAUY, G. Fisiologia Vegetal. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p.

SCHWAMBACH, Cornélio. Fisiologia vegetal introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza. São Paulo Erica 2014.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3a ed. Porto Alegre: Artmed. 2008. 719p.

UNIDADE CURRICULAR: TOPOGRAFIA, CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO

SEMESTRE: 4º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Topografia: definição, objetivos, divisões da topografia, campo topográfico, aparelhos e levantamentos topográficos. Métodos de levantamento planimétricos. Altimetria: levantamento altimétrico, levantamentos planialtimétrico, poligonais, topologia. Conceitos, cálculos e aplicação de curvas de nível. Taqueometria. Conceituação de cartografia sistemática e temática. Definição de mapas e cartas. Escalas e aplicações. Sistema de referência e projeções cartográficas. Interpretação de cartas topográficas. Cartografia digital. Cartografia para geoprocessamento. Fotogrametria aplicada. Fotointerpretação e seus elementos. Exercícios de análise aplicada ao espaço urbano utilizando as ferramentas de Geoprocessamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. Topografia geral. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUSA, J. J. Topografia: conceitos e aplicações. 3. ed.. Lisboa: Lidel, 2012.

BORGES, A.C. Topografia. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1992.

ALMEIDA, C. M.; C MARA, G.; MONTEIRO, A. M. V.; Geoinformação em urbanismo: cidade real× cidade virtual. Oficina de Textos, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, A.C. Topografia aplicada a engenharia civil. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 1992.

CARVALHO, M.S.; PINA, M.F.; SANTOS, S.M.(Org). Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde. Brasília: Ed. Opas, 2000.

CONCEIÇÃO, C.L.; SOUZA, J.L.S. Noções Básicas de Coordenadas Geográficas e Cartografia. Porto Alegre: Ed. Metrópole Indústria Gráfica, 2000.

COMASTRI, J.A.; TULER, J.C. Topografia – Altimetria. Editora UFV, 3. ed., Viçosa, 2005.

BURROUGH, P.A.. Principles of Geographical Information Systems for Land Ressources Assessment. Oxford: Ed. Clarendon, 1986.

DAVIS, Clodoveu; C MARA, Gilberto. Arquitetura de sistemas de informação geográfica. Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001.

OLIVEIRA, C. Curso de Cartografia Moderna. Brasília: Ed. IBGE. Manuais do IDRISI versão 3.2, 1993.MCCORMAC, Jack. Topografia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

UNIDADE CURRICULAR: GENÉTICA BÁSICA E DE POPULAÇÕES**SEMESTRE: 4º****CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas****EMENTA**

Variabilidade fenotípica normal e patológica. Genomas na determinação fenotípica. Variabilidade normal e patológica dos genomas. Aplicações da variabilidade. Mapas genéticos. Transmissão mendeliana de fenótipos. Exceções à transmissão mendeliana. Fenótipos poligênicos. Herança epigenética. Variações cromossômicas numéricas. Variações cromossômicas estruturais. Equilíbrio de Hardy-Weinberg.

Cálculo de risco em aconselhamento genético. Discussão de conceitos de biotecnologia moderna, inclusive sequenciamento de DNA e edição de genomas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUSSBAUM R. L., McINNES R. R., WILLARD H. F., Thompson & Thompson. Genética Médica 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SNUSTAD, D. P., SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.

PASTERNAK, J. J. Uma Introdução à Genética Molecular Humana. Mecanismos das Doenças Hereditárias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. Fundamentos de genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à genética. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

BORGES-OSÓRIO, M. R. L.; ROBINSON, W. M. Genética Humana 3. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2013.

GRIFFITHS, A. J. F. Genética Moderna. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

KLUG, W. S et al. Conceitos de Genética. 9 ed. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2010.

STRACHAN, T; READ, A. Genética Molecular Humana.

UNIDADE CURRICULAR: ZOOTECNIA GERAL

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Origem e classificação de animais de interesse zootécnico; Taxonomia dos animais domésticos; sistemas de criação; noções básicas em melhoramento animal; alimentos; conceitos em nutrição animal; Conceitos e nomenclaturas usuais na Zootecnia; Domesticação das principais espécies Zootécnica; Importância da Produção Animal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, W. M.; BARBOSA, S. B. P. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões. Recife: UFRPE, 2006. 83 p.

KINGHORN, B.; VAN DER WERF, J. ; RYAN, M. Melhoramento Animal: Uso de novas tecnologias. 1ª ed. FEALQ. 2006.

SILVA JUNIOR, A.; LEITE, R. A. S.; MOREIRA, T. S. Manejo de leitões na maternidade e creche. Viçosa, MG : Universidade Federal de Viçosa, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Divisão de Extensão, 2020. 1 livro eletrônico (pdf, 337 KB). -- (Boletim de Extensão, ISSN 1415- 692X ; n. 62).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da; MOURA, L.; HIRSCH, A.; GUIMARAES, D. P. Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural n

LANA, R.P. Nutrição e Alimentação Animal (mitos e realidades), Viçosa: UFV, 344p, 2005.

LANA, G. R. Q. Avicultura. Recife: Ed. Rural, 2000, 168p.

MENDES, A. A; NAAS, I. A.; MACARI, M. Produção de Frangos de Corte. Campinas: FACTA, 2004. 356 p.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Nutrient Requirements of Beef Cattle., 7. Ed. Washington, DC, USA: National Academy Press, 1996. 242 p.

SANDOVAL JÚNIOR, P.; VIDAL OLIVEIRA. R.; ARAGÃO, I. M.; MATOS, R. S. V.; SALLUM, W. B. A. Manual de criação de caprinos e ovinos. Brasília : Codevasf, 2011. 142 p.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Bovinocultura: manejo e alimentação de bovinos de corte em confinamento / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. – Brasília: Senar, 2018. 56 p; il. 21 cm (Coleção Senar, 232).

UNIDADE CURRICULAR: ENTOLOMOLOGIA

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Introdução à entomologia econômica: conceitos gerais. Características e biologia das principais pragas (artrópodes) das seguintes culturas: algodão, cacau, café, feijão, milho e soja; hortaliças e fruteiras tropicais. Pragas gerais e de grãos armazenados. Métodos de amostragem, NC, NDE. Principais métodos e táticas de controle de pragas: legislativo, cultural (manipulação do ambiente), físico, biológico, por

comportamento, interação inseto-planta e resistência de plantas a insetos, químico e manejo integrado. O receituário agronômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALLO, D. et al. Entomologia Agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920 p.p.

GULLAN, P. J. CRANSTON, P. S. Os insetos: um resumo de entomologia. 4ed São Paulo: Roca, 2012, 480p.

PARRA, J.R.P.; BOTELHO, P.S.M. CORÊA-FERREIRA, B.S.Ç BENTO, J.M.S. Controle biológico no Brasil: Parasitóides e predadores. São Paulo, Editora Manole, 2002, 609p.FORNASIERI

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARANHÃO, Z.C. Entomologia Geral. 3. ed., São Paulo: Nobel, 1978. 514 p.

MORAES, G. J. de; FLECHTMANN, C.H.W. Manual de Acarologia: acarologia básica e ácaros de plantas cultivadas no Brasil. Ribeirão Preto: Holos, 2008. 308 p. VENZON, M.; PAULA JUNIOR, T.J.

PALLINI, A. Controle alternativo de pragas e doenças. Viçosa: EPAMIG/ CTZM: UFV, 2006. 360 p.

VENZON, M.; PAULA JUNIOR, T.J.; PALLINI, A. Tecnologias alternativas para o controle de pragas e doenças. Viçosa: EPAMIG, 2006. 378 p.

UNIDADE CURRICULAR: PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. Hard and Soft Skills. Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRUM TORRES, J. C. (org.) Manual de ética - questões de ética teórica e prática. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto L. (Coord.). Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 303 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁ, A. L. Ética profissional [recurso eletrônico]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TUCHERMAN, Sonia Eva. Autoestima. São Paulo Blucher 2019 1 recurso online.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Competência a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online.

CODA, Roberto. Competências comportamentais. Rio de Janeiro: Atlas. 2016. recurso online.

UNIDADE CURRICULAR: CONTROLE DE PLANTAS INVASORAS E MIP (MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS)

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Importância econômica do controle de ervas daninhas. Principais ervas daninhas: descrição sumária. Métodos de controle de ervas. Herbicidas: classificação e uso, comportamento no solo e na planta. Dessecantes e fitorreguladores. Aplicação de herbicidas: instrumentos, calibração, cuidados. Recomendações de herbicidas. Controle biológico e manejo integrado de pragas. Principais grupos de agentes de controle biológico: predadores, parasitóides e patógenos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEUBER, R. Ciência das Plantas Daninhas: fundamentos. Jaboticabal: FUNEP, 1992, v.1, 431p.

LORENZI, H. Manual de Identificação de Plantas Daninhas: Plantio Direto e Convencional. 4.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 1994, 300p.

BATISTA, G. C. De. Fundamentos de Química e Toxicologia dos Inseticidas. Piracicaba: ESALQ/USP. 1974. 257p.

LARA, F. M. Princípios de resistência de plantas a insetos. 2a ed., São Paulo: Ed. Livroceres, 1991. 336p.

BUZZI, Z.J. Entomologia didática. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2002. 348 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PARRA, J. R. P. Técnicas de criação de insetos para programas de controle biológico. Piracicaba: FEALQ, 2000. 138p.

GRAZIANO NETTO, F. (Coord.). Uso de Agrotóxicos e Recitúrios Agrônômico. São Paulo: Agroedições, 1982, 194p.

GUEDES, J. C.; COSTA, I. D.; CASTIGLIONI, E. (Ed.) Bases e técnicas do manejo de insetos. Santa Maria: UFSM/CCR/DFS, 2000. 248p.

GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. 3º ed. Piracicaba: FEALQ, 2002, 920p.

PARRA, J. R. P.; BOTELHO, P. S.; CORREA-FERREIRA, B. S.; BENTO, J. M. eds. Controle biológico no Brasil. Parasitóides e predadores., São Paulo: Manole, 2002, 609p.

UNIDADE CURRICULAR: CULTIVO INDOORS

SEMESTRE: 6º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Tipos de estruturas. Uso do plástico na produção de hortaliças, vantagens e desvantagens. Aspectos gerais do cultivo protegido abrangendo influência dos fatores ambientais. Preparo de solo, irrigação. Fertirrigação. Hidroponia e alguns exemplos de tecnologia de cultivo de plantas propícias para cultivo protegido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, R.L.; DAREZZO, R.J.; ROZANE, D.E.; AGUILERA, G.A.H.; SILVA, D. J. H. (Org.). Cultivo em ambiente protegido histórico, tecnologia e perspectivas. Visconde do Rio Branco: Suprema Gráfica e Editora Ltda, 2004. v.1. 332 p.

CASTILLA, N. Invernaderos de plástico: tecnologia y manejo. 2ª edición. Madrid: Mundi-Prensa, 2007. 462p.

FONTES, P.C.R. Olericultura - Teoria e Prática. Viçosa: Suprema, 2005. 486 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EMBRAPA. Sistemas de Produção EMBRAPA: berinjela, cenoura, cebola, tomate, melão e melancia. <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>.

FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura. Viçosa, MG: UFV, 2000. 402p. PALLINI, A. Controle alternativo de pragas e doenças. Viçosa: EPAMIG/ CTZM: UFV, 2006. 360 p.

MARTINS, G. Cultivo em ambiente protegido - o desafio da plasticultura. In: FILGUEIRA, F.A.R. Manual de Olericultura. Viçosa: UFV. 2000. p.135 - 148.

OLIVEIRA, C.R. Cultivo em ambiente protegido. Campinas: CATI, 1997. 31p. (Boletim Téc. 232).

UNIDADE CURRICULAR: MECANIZAÇÃO E ROBOTIZAÇÃO AGRÍCOLA	
SEMESTRE: 6º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Introdução às máquinas agrícolas. Segurança na utilização de máquinas agrícolas. Combustíveis e lubrificantes. Motores de uso agrícola. Tratores agrícolas. Máquinas para preparo do solo. Máquinas para semeadura e adubação. Máquinas para tratamentos culturais. Máquinas para colheita. Sensores e atuadores. Protocolos de comunicação e transferência de dados. Sistemas analógicos e digitais para aquisição de dados. Eletrônica embarcada. Sistemas de controle e monitoramento de operações agrícolas. Tecnologia de informação e gerenciamento.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda., 1974. 301p. BALASTREIRE, L. A Máquinas Agrícolas. São Paulo: Manole, 1990. 310 p. QUEIROZ, D. M. Agricultura digital. São Paulo: Oficina de Textos. 2021. 222 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MACHADO, A. L. T. et al. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. 2. ed. Pelotas: Universitária UFPEL, 2005. 253 p. RIPOLI, T. C. C. et al. Máquinas agrícolas: noções básicas. Piracicaba: Degaspari. 2010. 201p. MOLIN, J. P.; AMARAL, L. R.; COLACO, A. F. Agricultura de precisão. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 238p. ARAÚJO, C. et al. Automação e Controle Discreto. 9. Ed. Érica/Saraiva, 1998. 229p.	

SILVA, R. C. Máquinas e implementos agrícolas. Érica/Saraiva, 2014. 120p.

UNIDADE CURRICULAR: HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO

SEMESTRE: 6º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Princípios básicos. Propriedades dos fluidos. Escoamento em condutos forçados. Bombas hidráulicas: ponto de funcionamento, potência de um sistema de bombeamento. Associação de bombas hidráulicas. Golpe de aríete. Escoamento da água em condutos livres: canais. Irrigação por aspersão. Irrigação localizada. Irrigação por superfície. Sistemas de drenagem do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO NETTO, J. M., FERNANDEZ, M., ARAÚJO, R.; ITO, A.E. Manual de Hidráulica, 9a ed., 2015. 3ª reimpressão 2019. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda.

PERES, JOSÉ GEANINI. Hidráulica Agrícola. EdUFSCar, 2015.

MANTOVANI, EVERARDO CHARTUNI; BERNARDO, SALASSIER; PALARETTI, LUÍZ FABIANO. Irrigação Princípios e Métodos. 3ª edição. Editora UFV. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALASSIER BERNARDO; EVERARDO CHARTUNI MANTOVANI; DEMETRIUS DAVID DA SILVA E ANTÔNIO ALVES SOARES. Manual de Irrigação. 9ª Edição. Editora UFV. 2019.

PORTO, R. M., Hidráulica Básica. 2a ed. – São Carlos: Ed. EESC – USP Projeto Reenge, 1999.

FORTUNA, A O. Técnicas computacionais para dinâmica dos fluídos: conceitos básicos e aplicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FOX, R. W.; McDONALD, A. T. Introdução à mecânica dos fluídos. 5a ed., Rio de Janeiro: Ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2001.

PONCE, V. M. Engineering hydrology: Principles and practices. New Jersey: Ed. Prentice Hall, 1989.

UNIDADE CURRICULAR: OLERICULTURA	
SEMESTRE: 6º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Conceitos básicos de olericultura. Métodos e técnicas para implantação e manejo dos cultivos, principais doenças e pragas olerícolas e seu controle. Culturas de interesse sócio-econômico. Colheita, classificação e embalagem de produtos hortícolas. Aspectos econômico, alimentar, social, botânico das olerícolas. Uso de software para produção escalonada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3.ed. rev. ampl. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2008. 418 p. ISBN 8572693134 (broch.). GLIESSMAN, Stephen R. Agroecosystem sustainability: developing practical strategies. Boca Raton, FL: CRC Press, c2001. 210 p.: ISBN 0-8493-0894-1 (enc.). PRODUCAO de sementes de hortaliças. Jaboticabal: Funep, 1990. 261p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEZERRA, Fred Carvalho. Produção de mudas de hortaliças em ambiente protegido. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2003. 22 p. (Embrapa Agroindustria Tropical.Documentos72). BORNE, H.R. Produção de Mudas de Hortaliças. Guaíba: Agropecuária, 1999. 189p. BURG, I.C. & MAYER, P.H. Alternativas Ecológicas para Prevenção e Controle de Pragas e Doenças: caldas, biofertilizantes, fitoterapia animal, formicidas, defensivos naturais e sal mineral. 16º edição. Francisco Beltrão, PR. Grafitec. 2002. 153p. CHOUDHURY, Mohammad Menhazuddin; COSTA, Tatiana Silva da. Mercado e produção de hortifrutícolas orgânicos. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2003. 30 p. (Embrapa Semi-Arido. Documentos). LANA, M.M.; NASCIMENTO, E.F.; MELO, M.F.de. Manipulação e Comercialização de Hortaliças. Brasília: Embrapa/SPI, Embrapa/CNPQ, 1998.	

UNIDADE CURRICULAR: PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES
--

SEMESTRE: 6º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Programa de sementes; inovações tecnológicas; Legislação e normas para a produção de sementes; mercado de sementes; estabelecimento de campos de produção de sementes e peculiaridades relacionadas às culturas da soja, milho, trigo e arroz; aspectos relacionados à reprodução, embriogênese, formação, desenvolvimento e maturidade e colheita; recepção e amostragem; secagem e secadores, beneficiamento, equipamentos, armazenamento, estruturas de armazenamento e teorias de deterioração; planejamento de UBS (unidade de beneficiamento de sementes); práticas de controle interno na UBS (Pós-colheita), metodologias empregadas na avaliação e no controle de qualidade; laboratório, estratégias e equipamentos empregados na avaliação e no controle de qualidade (ISO 17025).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARVALHO, Nelson Moreira de; NAKAGAWA, João. Sementes: ciência, tecnologia e produção. 5. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP/UNESP, 2012. 590 p. ISBN 9878578050900 (broch). MARCOS FILHO, Júlio. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba, SP: FEALQ, 2005. 495 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz ; 12) ISBN 85-7133-038-7 (broch). PESKE, S.T.; VILLELA, F.A.; MENEGHELLO, G.E. (orgs.). Sementes: Fundamentos científicos e Tecnológicos. 3a edição. Editora e Gráfica Universitária. 2012. 573 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Agricultura. Manual de análise sanitária de sementes. Brasília: Mapa, 2009. 200 p. KRZYZANOWSKI, F. C.; VIEIRA, R. D.; FRANÇA NETO, J. B. Vigor de sementes: conceitos e testes. Londrina: Abrates, 1999. 218p. NASCIMENTO, Warley Marcos (Ed.). Hortaliças: tecnologia de produção de sementes. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2011. 316p. OLIVEIRA, C.R. Cultivo em ambiente protegido. Campinas: CATI, 1997. 31p. (Boletim Téc. 232).	

UNIDADE CURRICULAR: MANEJO DE PASTAGENS E FORRAGICULTURA

SEMESTRE: 7º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Morfofisiologia e taxonomia das plantas forrageiras. Sucessão vegetal e ecologia dinâmica. Características agronômicas das principais espécies forrageiras. Pastagens nativas. Implantação de pastagens. Melhoramento das pastagens naturais. Manejo das pastagens. Flutuação estacional das pastagens. Conservação de forragem. Integração lavoura pecuária. Métodos de avaliação da produção e composição botânica das pastagens. O solo pastoril e suas relações com as plantas e com os animais, sob o comando humano. A biocenose. Princípios de fisiologia vegetal aplicadas ao manejo racional dos pastos. O crescimento do pasto e a qualidade da forragem produzida. Ingestão	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Ed. UFV. 2010. MACHADO, L. A. Z. Manejo de pastagem nativa. Guaíba: Agropecuária, 1999. MELADO, J. Manejo de pastagem ecológica: um conceito para o terceiro milênio. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. VILELA, H. Pastagem: seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação. Editora Aprenda Fácil, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERREIRA, M. F., ALONÇO A. S., MACHADO, A. L. T. Máquinas para silagem. Pelotas: UFPEL, 2003. FUNDAMENTOS DO PASTEJO ROTACIONADO, ANAIS DO 14º SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM. Editores: Aristeu Mendes Peixoto, José Carlos de Moura, Vidal Pedrosos de Faria. FEALQ, 2005. KLUTHCOUSKI, J.; STONE L. F.; AIDAI, H. Integração lavoura-pecuária. Santo Antônio de Goiás; EMBRAPA Arroz e Feijão. 2003. SIMPÓSIO SOBRE CALAGEM E ADUBAÇÃO DE PASTAGENS, 1. 1985, Nova Odessa, SP. Calagem e adubação de pastagens. Piracicaba: Associação Brasileira para a Pesquisa do Potássio e do Fósforo, 1986. SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 15., 1998. Piracicaba, SP. Manejo de pastagens de tifton, coastcross e estrela. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1998.	

UNIDADE CURRICULAR: ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL	
SEMESTRE: 7º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Compreender as implicações da implantação de políticas e práticas da análise organizacional e de processos como ferramenta estratégica para as empresas. Introdução à gestão de processos, fluxogramas, organogramas, indicadores de desempenho e monitoramento de resultados, compreendendo a relevância dessas ferramentas à gestão empresarial. O tema da administração pode ser considerado como um dos pilares da sociedade moderna. Independente de sistema econômico e político, o conhecimento da evolução dos conceitos, processos e funções administrativas é hoje um importante elemento para o incremento da eficiência de todas as atividades humanas, desde a gestão pessoal e familiar, até grandes economias nacionais, passando por empreendimentos públicos e/ou privados, com ou sem finalidade lucrativa. Para o profissional de Ciências Agrárias (Veterinária, Zootecnia e Agronomia), a disciplina fornece conhecimentos sobre as diferentes funções e processos administrativos nas organizações, sobretudo agrícolas, agropecuários e agroindustriais, qualificando-o a entender a gestão nas suas diferentes áreas e níveis estratégicos e operacionais	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BATALHA, Mário. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais / Coordenador. São Paulo: Atlas, Vol 1 e 2, 1997. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 205 p. CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Mc Graw-Hill, Ltda., 1987. (pg 125 - 176).	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRUNSTEIN, Israel. Economia de empresas: gestão econômica de negócios . São Paulo: Atlas, 2011. 182 p. HOFFMANN, R; SERRANO, O; NEVES, E. M.; THAME, A. C. M.; ENGLER, J. J. C. Administração da Universidade Católica de Brasília Campus I – QS 07 – Lote 01 – EPCT – Águas Claras – Brasília – DF CEP: 71966-700 Campus Avançado Asa Norte – SGAN 916 Módulo B Avenida W5 – CEP: 70790-160 – Brasília/DF – Telefone: (61) 3448-7134 Campus Avançado Asa Sul – SHIGS 702 Conjunto 02 Bloco A – CEP: 70330-710 – Brasília/DF – Telefone: (61) 3226-8210 3 empresa agrícola. 7. ed. São Paulo : Pioneira, 1992. KAWASNICKA, E. L. Introdução a Administração. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007. 335 p.	

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo Atlas 2006

LEVI, David Simchi. Cadeia de suprimentos projeto e gestão. 3. Porto Alegre Bookman 2010.

UNIDADE CURRICULAR: GRANDES CULTURAS 1 - ARROZ, FEIJÃO, MILHO E TRIGO

SEMESTRE: 7º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Conhecimento da importância sócio-econômica, origem, descrição botânica, crescimento e desenvolvimento da planta, mecanismos de tolerância às condições dos Cerrados, domínio das técnicas envolvidas desde o preparo do solo até a colheita, beneficiamento e comercialização dos produtos obtidos das seguintes culturas comerciais: Arroz, Feijão, Milho e Trigo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, J. E.; JÚNIOR, T. P.; BORÉM, A. Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: Editora UFV, 2014, 384p.

GALVÃO, J. C. C.; BORÉM, A.; PIMENTEL, M. A. Milho: do plantio à colheita. 2 ed. Viçosa: Editora UFV, 2017, 382p.

FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do trigo. Funep, 2008, 338p.

BORÉM, A.; RANGEL, P. H. N. Arroz: do plantio à colheita. Viçosa: Editora UFV, 2015, 242p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIEIRA, E. H. N.; RAVA, C. A. Sementes de feijão: produção e tecnologia. Editora EMBRAPA, 2000, 270p.

SANTOS, A. B. dos; STONE, L. F.; VIEIRA, N. R. de A. A Cultura do Arroz no Brasil. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2006. 1000 p.

GALVÃO, J. C., MIRANDA, G. V. Tecnologias de produção do milho. Viçosa, UFV. 2004.

BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. 2ª edição. Viçosa: UFV, 2005. 969p.

COMISSÃO DE FERTILIDADE DO SOLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendação para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais: 5ª aproximação. Viçosa – MG, 1999, 359 p.

UNIDADE CURRICULAR: FRUTICULTURA E SILVICULTURA

SEMESTRE: 7º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Aspectos socioeconômicos da fruticultura. Classificação, características e exigências edafoclimáticas das plantas frutíferas. Avanços técnicos em fruticultura. Ecossistemas florestais naturais. Implantação e manutenção de florestas de conservação e de produção. Práticas silviculturais. Manejo da brotação e reforma de povoamentos florestais. Sistemas agroflorestais. Dendrometria e Inventário Florestal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, PAULO ERNANI RAMALHO. Espécies Arbóreas Brasileiras. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, Colombo, PR. EMBRAPA FLORESTAS, 2010. vol IV. 644p. DANIEL, O. Silvicultura sustentável: métodos e práticas. FCA/UFGD, 2010. 180p.

GUERRA, A. G.; MENDONÇA, V. Manual de fruticultura tropical. 2011. Natal, EMPARN, 75p.

MANICA, I.; CUMA, I. M.; JUNQUEIRA, N. T. V.; SALVADOR, J. O.; MOREIRA, A.; MALAVOLTA, E. Fruticultura tropical: 6. Goiaba. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2000. 374 p.

SALIM SIMÃO. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: ESALQ/FEALQ, 1998. 760 p. GOMES, PIMENTEL. Fruticultura brasileira. 13 ed. São Paulo. Nobel, 2007. 446 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FACHINELLO, J.C., HOFFMANN, A., NACHTIGAL, J.C. Propagação de plantas frutíferas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 221 p.

FIGUEIREDO FILHO, A. Dendrometria. 2. ed. Guarapuava: UNICENTRO, 2006. 316p.

LORENZI, HARRI. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas, vol III. 1.ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009. 384p.

MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. Editora Aprenda Fácil, 2ª ed.rev. e ampl. Viçosa, MG: CPT, 2007. 255p.

NEVES, L.C. (Org.). Manual Pós-Colheita da fruticultura brasileira. Londrina: EDUEL, 2009. 494 p.

ZAMBOLIM, L. Manejo integrado – Produção integrada frutíferas tropicais, UFV, 2003.

UNIDADE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AGRONOMIA	
SEMESTRE: 7º	CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas
EMENTA Conjunto de atividades programadas para ampliar a formação, assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso com a realidade da profissão. É um componente curricular obrigatório do curso onde o estudante desenvolve atividades relacionadas às competências de sua formação supervisionado na própria instituição. O relatório de estágio deve conter as atividades desenvolvidas, seguir as normas estabelecidas no regulamento próprio e ser apresentado ao supervisor de estágio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA NASCIMENTO, D. M. Metodologia do trabalho científico: Teoria e prática. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciencias sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2ed. Atlas. São Paulo, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR TACHIZAWA, T.; MENDES, G. Como fazer monografia na pratica. 4. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 1999. FARIA, A. C. Manual pratico para elaboracao de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 4. ed. Petropolis, Rj: Vozes, 2010. FIGUEIREDO, A. M. Como elaborar projetos, monografias, dissertacoes e teses: da redação científica à apresentação do texto oficial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.	

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIDADE CURRICULAR: GRANDES CULTURAS 2 - SOJA, ALGODÃO, CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR

SEMESTRE: 8º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Conhecimento da importância sócio-econômica, origem, descrição botânica, crescimento e desenvolvimento da planta, mecanismos de tolerância às condições dos Cerrados, domínio das técnicas envolvidas desde o preparo do solo até a colheita, beneficiamento e comercialização dos produtos obtidos das seguintes culturas comerciais: Soja, Algodão, Café e Cana-de-açúcar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, F.; BORÉM, A. Cana-de-açúcar: do plantio à colheita. Viçosa: Editora UFV, 2016, 290p.

SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. Soja: do plantio à colheita. Viçosa: Editora UFV, 2015, 333p.

FONSECA, A.; SAKIYAMA, N. S.; BORÉM, A. Café Conilon: do Plantio à Colheita. 1ª Edição. Viçosa: Editora UFV, 2015. 257p.

BORÉM, A.; FREIRE, E. C. Algodão: do Plantio à Colheita. 1ª Edição. Viçosa: Editora UFV, 2014. 312p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Tecnologias de produção de soja – Região Central do Brasil 2009-2010. Londrina: EMBRAPA Soja/ EMBRAPA Cerrados/ EMBRAPA Agropecuária Oeste. 2008. 262p. (Versão eletrônica).

FERRÃO, R. G. et al. (Editores) Café Conilon. Vitória: Incaper, 2007, 701p.

CIA, E.; FREIRE, E. C.; SANTOS, W. J. Cultura do algodoeiro. Piracicaba: Potafós, 1999. 286p.

JULIATTI, F.C.; POLIZEL, A.C.; JULIATTI, F.C. Manejo integrado de doenças na cultura da soja. Uberlândia, 2004, 327p.

ARANTES, N. E.; SOUZA, P. I. M. Cultura da soja nos cerrados. Piracicaba: Potafós, 1993. 535p.

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO - COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES

SEMESTRE: 8º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas

EMENTA

Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania. Atuação profissional comunitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOYOS GUEVARA, A. J. et al. Educação para a era da sustentabilidade: Abrindo caminhos, promovendo valores, por um mundo melhor. São Paulo: Saint Paul, 2011.

SUNG, J. M.; SILVA, J. C. Conversando sobre ética e sociedade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JONAS, H. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, M. B. A questão da dimensão ética em ser e tempo [recurso eletrônico]. 2. São Paulo: Blücher, 2017.

UNIDADE CURRICULAR: EXTENSÃO RURAL, GESTÃO DA QUALIDADE E MEIO AMBIENTE - AGRO

SEMESTRE: 8º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 120 horas

EMENTA

Desenvolvimento rural brasileiro. Modernização da agricultura e questão agrária. Metodologia em extensão rural. Planejamento extensão rural. Planejamento e Gestão

da Qualidade. Produção de produtos e serviços. Ecossistema. Sistemas agrícolas, aquáticos e terrestres. Ecologia Aplicada. Ecologia e transformação do ambiente. Recursos naturais. Conservação dos equilíbrios naturais. Meio Ambiente: desenvolvimento sustentável, gestão, educação, legislação e licenciamento ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURSZTYN, M. A. A. Gestão Ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

BRITO, Francisco & CÂMARA, João. Democratização e Gestão Ambiental. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular nº 3, 1985, 192 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1994.

CAIRNCROSS, F. Meio ambiente: Custos e Benefícios. São Paulo: Nobel, 1992.

TRENNEPOHL, C. Licenciamento ambiental. Niterói, 2011.

PALHARES, J.C.; GEBLER, L. Gestão ambiental na agropecuária. Brasília: EMBRAPA, 2014.

HAMMES, V.S. Julgar, percepção do impacto ambiental. São Paulo: Globo, 2004.

UNIDADE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SEMESTRE: 9º

CARGA HORÁRIA TOTAL: 160 horas

EMENTA

Conceitos básicos do método científico, ciência e técnicas de pesquisa. Amostragem, observação, elaboração, análise e interpretação de dados, trabalhos e publicações científicas. Pesquisa em Bases de Dados, Normas de formatação, citação e referências bibliográficas da ABNT, da UCB e de revistas indexadas. Apreciação ética de projetos de pesquisa pelos respectivos Comitês Institucionais. Sistematização do conhecimento como resultado do processo investigativo. Apresentação dos resultados em produções acadêmico-científicas dentro do rigor científico com aprovação por banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Maria Carmen Romcy (coord.). Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 16. ed. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2023. Disponível em: https://pergamum.ucb.br/pergamumweb_ucb/vinculos/000071/0000718b.pdf.

Acesso em: 31 maio 2023.

FURTADO, Adriana Cardoso (coord.). Normas para elaboração e apresentação do trabalho de conclusão dos cursos de graduação da Universidade Católica de Brasília - UCB. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

BERNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em economia. São Paulo: Saraiva, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010.

Bases de dados do Sistema de Bibliotecas da UCB.

UNIDADE CURRICULAR: PRODUÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO DE MONOGÁSTRICOS E RUMINANTES**SEMESTRE:** Op**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

Importância econômica dos animais domésticos; principais tipos e raças de animais domésticos; formação de raça, herança e meio, seleção, heterose, cruzamentos, parentesco, consangüinidade, noções de melhoramento genético animal. Sistemas de criação; Instalações, equipamentos e profilaxia ligados a espécies de interesse zootécnico; bioclimatologia na produção animal. Sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACARI, M., FURLAN, R. L., GONZÁLES, E. (ed.). Fisiologia Aviária Aplicada a Frangos de Corte. Funep/Unesp, Jaboticabal, SP, 2002.

MACARI M. e MENDES A. A. Manejo de Matrizes de Corte, Facta, Campinas/SP, 2005, 421 p.

UPNMOOR, I. Produção de suínos - 1. Da concepção ao desmame; 2. Período de creche; 3. Crescimento, terminação e abate; 4. Amatriz. Guaíba-RS:Agropecuária (Coleção de quatro livros). 2000.

TORRES, A. P. Manual de Zootecnia. 2º Ed. 1982. Editora Ceres. 302p DOMINGUES, O. Elementos de zootecnia tropical. 6.ed. São Paulo: Nobel, 1984. 143p.

DOMINGUES, O. Introdução à zootecnia. S. T. A. MA-RJ, 1986. FARIA, E. V. Zootecnia geral. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSTAGNO, H.S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos, 2005, UFV.

SOBESTIANSK, J, BARCELLOS, D., MORES, N., CARVALHO, L.F., OLIVEIRA, S. de, Clínica e Patologia Suína. Goiânia: Art3, 2001. 464p.

SOBESTIANSK, J., WENTZ, I., SILVEIRA, P.R.S., SESTI, L.A. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: Embrapa-SPI; Concórdia: Embrapa-CNPSA, 1998. 388p.

McDOWELL, R. E. Bases biológicas de la producción animal en zonas tropicales. Acribia, Zaragoza, 1975. 692 p.

UNIDADE CURRICULAR: CULTIVO CELULAR DE MICRORGANISMOS, VEGETAL E ANIMAL

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Introdução ao cultivo celular. Histórico e técnicas de cultivo de células. Infraestrutura e segurança em laboratório de cultura celular. Contaminações neste tipo de ambiente. Manutenção, criopreservação e caracterização de linhagens celulares. Métodos de cultivo de microrganismos, células vegetais e células animais. Aplicações do cultivo de microrganismos, células vegetais e células animais. Transformação/transfecção de plasmídeos. Conceitos de expressão heteróloga. Biossegurança e técnica asséptica. Prática laboratorial no cultivo celular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLACK, Jacquelyn G. Microbiologia fundamentos e perspectivas. 10. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2021 1 recurso online ISBN 9788527737326.

BIOTECNOLOGIA industrial, v. 1 fundamentos. 2. São Paulo Blucher 2020 1 recurso online (Bioteconologia industrial). ISBN 9788521218975.

SILVA, Rui Corrêa da. Produção vegetal processos, técnicas e formas de cultivo. São Paulo Erica 2019 1 recurso online (Eixos). ISBN 9788536531113.

R. Ian Freshney. Culture of animal cells. A manual of basic technique. 5 ed - 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MICROBIOLOGIA médica de Jawetz, Melnick & Adelberg. 28. Porto Alegre ArtMed 2022 1 recurso online ISBN 9786558040170.

FADER, Robert C. Burton Microbiologia para as ciências da saúde. 11. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2021 1 recurso online ISBN 9788527737302.

Young et al., Detection of Mycoplasma in cell cultures. Nature Protocols, Volume 5, Issue 5, p.929, 2010.

UNIDADE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DA PUBLICIDADE E PROPAGANDA**SEMESTRE:** Op**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

História da Publicidade e Propaganda. Conceitos, princípios e funções da publicidade e da propaganda. O desenvolvimento das agências e sua estrutura, processos e procedimentos. A publicidade fora das agências. As relações entre o mercado, o consumidor, os anunciantes, os produtos, os serviços, leis e normas. Direitos, deveres e responsabilidade social dos publicitários e organizações. Autorregulamentação Publicitária e Normas-Padrão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONA, Nivea Canalli. Publicidade e Propaganda: da agência à campanha. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CASAQUI, Vander; LIMA, Manolita, Correia; RIEGEL, Viviane. Trabalho em publicidade e propaganda. São Paulo: Atlas, 2011. (livro on-line).

LUPETTI, Marcélia. Administração em Publicidade: A verdadeira alma do negócio. SP, Pioneira Thomson, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, André Iribure. As origens da MPM Propaganda. Em Questão, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-318, jul./dez. 2004.

BARRETO, Roberto Menna. Agência de propaganda e as engrenagens da história. São Paulo: Summus, 2006.

CASTELO BRANCO, Renato. História da propaganda no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

KELLER, Kátia Raquel Bonilha; SATLER, Lara Lima (Coord.). Século XXI: a publicidade sem fronteiras? Goiânia, GO: PUC - GO, [2011]. 208 p.

SANTOS, Gilmar. Princípios da Publicidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: DESIGN THINKING E A BUSCA DA INOVAÇÃO

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

A abordagem design thinking; espaços de aplicação; etapas de produção na abordagem do design; Ideação, identificação do problema; de que forma ela interfere na resolução do problema e quais os estímulos que se pode utilizar; Imersão, pesquisa de campo aplicada, mapa da empatia; criação da persona; prototipação, metodologia de projeto e intervenção a partir do design.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. Revista de Administração de Empresas, v. 35, p. 6-11, 1995. <https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVYFnKWh7QN/?format=pdf&lang=pt>.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Metodologia de projetos: aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa. Coleção Agrinho, p. 95-116, 2014. https://www.academia.edu/download/53290513/2_04_Metodologia-de-projetos.pdf.

DA SILVA, Carlos Eduardo Leme; GASPERINI, Ricardo. Design thinking: contribuições na gestão de projetos do produto. Tekhne e Logos, v. 4, n. 3, p. 141-153, 2013. <http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/223>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE MATOS, Marilyn A. Errobidarte. A metodologia de projetos, a aprendizagem significativa e a educação ambiental na escola. Ensino, saúde e ambiente, v. 2, n. 1, 2009.

<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21036/12511>.

DE OLIVEIRA, Aline Cristina Antoneli. A contribuição do Design Thinking na educação. Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838, p. 105-121, 2014. <https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/454>.

MACEDO, Mayara Atherino; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; CASAROTTO FILHO, Nelson. A caracterização do design thinking como um modelo de inovação. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 12, n. 3, p. 157-182, 2015. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809203916300961>.

PESSOA, Luísa Martins. INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E DESIGN THINKING: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS. Universidade de Lisboa, 2018. https://www.academia.edu/download/59205491/Inovacao_Criatividdade_DesignThinking_IntroducaoAosConceitos20190510-111542-l5nuik.pdf.

SUGAI, Mari et al. Design Thinking: uma nova forma de pensar. QUIPUS-ISSN 2237-8987, v. 2, n. 2, p. 31-40, 2013. <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/441>.

UNIDADE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Estratégias de leitura. Estudo das estruturas básicas da língua inglesa: tempos verbais; verbos de modalização; referência pronominal; voz passiva; estrutura nominal. Processo de formação de palavras. Leitura e interpretação de textos acadêmicos de diversas áreas em inglês. Estudos sobre as formas de desenvolvimento do parágrafo e das diferentes organizações textuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 1. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.

MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Grammar in use intermediate: self-study reference and practice for students of English: with answers. 2. ed. New York, NY: Cambridge Press, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Inglês Instrumental 2. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACMILLAN ELT. MacMillan English Dictionary for Advanced Learners with CD-Rom. MacMillan ELT, 2002.

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura. Módulos I e II. São Paulo, SP: Texto novo, 2001.

OLIVEIRA, Sara Rejiane de F. Estratégias de Leitura para Inglês Instrumental. Ed. UnB, 1994.

SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford University Press, England, 2005.

UNIDADE CURRICULAR: LIDERANÇA, NEGOCIAÇÃO E GRANDES NEGÓCIOS

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Liderança e habilidades. Estilos e eficácia da liderança. Valores e ética profissional. Motivação e comprometimento. Estratégias participativas. Comunicação empática. Comunicação empresarial. Negociação. Fases de uma negociação eficaz. Mapeamento de espaços de negociação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TAJRA, Sanmya Feitosa. Comunicação e negociação conceitos e práticas organizacionais. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536511054.

WEBER, Antônio Celso Mendes. Afinal, onde estão os líderes? Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577805914.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta . São Paulo: Atlas, 1995. 143 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.

UNIDADE CURRICULAR: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS**SEMESTRE:** Op**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 80 horas**EMENTA**

A história da educação dos surdos. Aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da Língua Brasileira de Sinais. A relação entre Libras e a Língua Portuguesa. Processos de significação e subjetivação. O ensino- aprendizagem em Libras. A linguagem visogestual e suas implicações em produções escritas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus. 2007. LIMA-SALLES, H. M. L. (Org.) Bilinguismo dos Surdos: Questões

Linguísticas e Educacionais. Brasília: Cânone Editorial, 2007.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas, Porto Alegre, 1997

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADER-NASCIMENTO, F.A.A. et al. Descobrimos a surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

GESSER A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2002.

UNIDADE CURRICULAR: MARKETING DE MÍDIAS SOCIAIS E DIGITAIS	
SEMESTRE: Op	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA A importância do planejamento; Frameworks para o plano de marketing; Alocação de recursos e pessoas; Ferramentas para a gestão colaborativa de projetos; Estimativa de ROI; Elementos de tráfego em mídias próprias, pagas e espontâneas; Mecanismos de busca; Google Page Rank e atualizações do Google; Elementos de força no Ranking do Google; SEO contemporâneo e melhores práticas; Google, Youtube, Amazon, Tripadvisor, Booking e outras ferramentas de busca específicas; PPC/Rede de display.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA YANAZE, Mitsuru H.; ALMEIDA, Edgar; YANAZE, Leandro Key H. Marketing digital: conceitos e práticas . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9788571441408. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441408/Acesso em: 15 fev. 2023. CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Zahart, 2003. 243 p. ISBN 9788571107403. RECUERO, Raquel. A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador. Porto Alegre, RS: Sulina, c2012. 238 p. ISBN 9788520506509.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SANTOS, Carlos Roberto Gomes dos. Campanhas de mobilização social em espaços públicos ampliados pela comunicação digital. 2018. 128 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. DOMINGUES, Diana (Coord.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo, SP: UNESP, 1997. 374 p. ISBN 85- 9788571391602. RÜDIGER, Francisco. Cibercultura e pós-humanismo: exercícios de arqueologia e criticismo. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008. 237 p. (Comunicação; 44) ISBN 9788574307244. LEMONS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010. 295 p. (Coleção Cibercultura) ISBN 9788520505779. COMUNICAÇÃO na cibercultura. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001. 215 p. ISBN 8574310735.	

UNIDADE CURRICULAR: ORATÓRIA	
SEMESTRE: Op	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Diferenças entre o ato de falar em público e a conversação. Falar em público como arte. Processo de comunicação oral. Etapas da preparação do discurso. Adaptação de mensagens para diferentes públicos. Construção do roteiro do discurso (organização e esboço). O uso de recursos tecnológicos para apresentação. Técnicas de comunicação verbal e não-verbal que possibilitam a comunicação eficaz. Apresentação de discursos temáticos, palestras, trabalhos acadêmicos, discursos para grupos pequenos. Gestão emocional para falar em público. Oratória em um mundo multicultural e democrático. Oratória e o exercício da liderança. Autopoiese e aprendizagem contínua na arte de falar em público.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LUCAS, Stephen E. A arte de falar em público. Porto Alegre: AMGH, 2014. PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010. POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 111ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASSI, Sérgio. Comunicação Verbal – Oratória: a arte da persuasão. São Paulo: Madras, 2008. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. PEREIRA, Flávio. Oratória: como falar em público com segurança. Cérebro e Comunicação: Curitiba, 2010. PEREIRA, NEY. Apresentações empresariais além da oratória. São Paulo: Elsevier, 2009. TOURAINÉ, Alain. O que é democracia? trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.	

UNIDADE CURRICULAR: QUALIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL
--

SEMESTRE: Op	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA O novo mundo do trabalho; tendências do mercado; habilidades comportamentais; ética profissional; networking e demais fatores que contribuem para o sucesso na vida pessoal e profissional. Relações sociais, multiculturalismo, diversidade e liderança nas relações de trabalho. Design thinking aplicado a gestão de projetos; inovação e criatividade no mundo corporativo; formação continuada e desenvolvimento profissional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003. FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. Fellipelli, Adriana. Autoconhecimento Para Um Mundo Melhor . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201307/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3DCDG_Autoconhecimento_Cap01%5D!/4%5BCG_Autoconhecimento_Cap01%5D/4%5B_idContainer020%5D/6%5B_idParaDest-4%5D/3:37%5Bcia%2Cl%3F%5D GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; MCKEE, Annie. O poder da inteligência emocional. Rio de Janeiro: Campus, 2002. http://cdl-static.s3.amazonaws.com/trechos/9788547000639.pdf Estrada, RJS, Flores, GT, & Schimith, CD (2011). Gestão do tempo e apoio ao planejamento estratégico pessoal. Revista de Administração da UFSM , 4 (2), 315–332. https://doi.org/10.5902/198346593349https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f22f48fc-0422-3ef8-bdd9-a76688018eac	

BUENO, José Maurício Haas; PRIMI, Ricardo. Inteligência emocional: um estudo de validade sobre a capacidade de perceber emoções. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, p. 279-291, 2003.

<https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000200008>

DRUKER, Peter. 50 casos reais de administração/Peter Ferdinand Druker: tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DRUKER, Peter F. Liderança para o século XXI/Editores Frances. Hesselbein, Marshall Goldsmith, Iain Somerville; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura.

DA COSTA, VAGNER NASCIMENTO. A HABILIDADE DE NEGOCIAÇÃO NA GESTÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES. Administração de Empresas em Revista, v. 2, n. 20, p. 26-37, 2020.

<https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:116cacd0-7068-3e29-a835-df4712998c46>

UNIDADE CURRICULAR: BROMATOLOGIA E NUTRIÇÃO ANIMAL	
SEMESTRE: Op	CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas
EMENTA Classificação e utilização dos nutrientes (carboidratos, lipídios, proteínas, minerais, vitaminas e água) para as diferentes espécies de interesse zootécnico e de animais domésticos. Classificação e valor energético dos alimentos. Análise da composição dos alimentos. Exigências nutricionais de diferentes espécies de interesse zootécnico e de animais domésticos. Formulação de dietas. Fatores que interferem no consumo voluntário. Importância da energia na nutrição animal. Cálculo de concentrados e volumosos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRIGUETTO, J. M. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal: os alimentos. V1 e V2, São Paulo: Nobel, 2002. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2 ed. Ver. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. COTTA, J. T. de B. Minerais e vitaminas para bovinos, ovinos e caprinos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. NUNES, I. J. Nutrição animal básica. 2. ed. Belo Horizonte: Fep-mvz, 1998.	

LUCCI, C. S. Nutrição e manejo de bovinos leiteiros. São Paulo: Manole, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASE, L. P. Nutrição canina e felina: manual para profissionais. Madri: Harcourt Brace, 1997.

ALCANTARA, P. B. Plantas forrageiras: gramíneas & leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999.

FURUYA, W. M. Tabelas brasileiras para a nutrição de tilápia. Toledo: Gráfica & Editora, 2010.

KUBITZA, F. Nutrição e alimentação dos peixes cultivados. 3. ed. Jundiaí: F. Kubitza, 1999.

LEWIS, L. D. Nutrição clínica e equina: alimentação e cuidados. São Paulo: Roca, 2000.

CARVALHO, F. A. N. Nutrição de bovinos a pasto. Belo Horizonte: Papelform, 2003.

UNIDADE CURRICULAR: FISIOLOGIA ANIMAL COMPARADA

SEMESTRE: Op

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA

Fundamentos de Histologia Animal. Introdução à fisiologia celular e comunicação entre neurônios. Fundamentos de fisiologia comparada de invertebrados e vertebrados: hormônios (regulação e ação); músculos e movimento do animal; circulação; trocas gasosas e equilíbrio ácido-básico; equilíbrio osmótico e iônico e excreção; ingestão de alimentos, digestão e metabolismo; utilização da energia e desafios ambientais; neurofisiologia (recepção de estímulos do meio ambiente, integração e bases do comportamento animal).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEVY, M. N.; STANTON, B. A.; KOEPPEN, B. M. (Coord.). Berne & Levy, fundamentos de fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

SCHIMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia Animal: Adaptação e Meio Ambiente. 5. ed., São Paulo: Livraria Santos, 2002, 611p.

RANDALL, D. J.; BURGGREN, W. W.; FRENCH, K.; ECKERT, R. Eckert, fisiologia animal: Mecanismos e adaptações. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEDITO, Evanilde (org.). Biologia e Ecologia de Vertebrados. Editora Roca. 2015.

HICKMAN Jr., Cleveland P.; ROBERTS, Larry S.; KEEN, Susan L.; EISENHOUR, David J.; LARSON, Allan. Princípios Integrados de Zoologia, 16ª edição. Editora Roca. 2016.

KARDONG, Kenneth V. Vertebrados - Anatomia Comparada, Função e Evolução, 7ª edição. Editora Guanabara. 2016.

14. Atividades complementares

A implementação das atividades complementares (AC) no curso tem como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância.

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais.

A partir de 2021, a AC buscou evocar os acadêmicos para as Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV) da UCB, por meio de ambiente educativo que estimule atitudes de confiança, liberdade interior, alegria e responsabilidade social, promovendo competências socioemocionais e acadêmicas relevantes para construir o futuro que almeja. Visa também integrar o desenvolvimento regional, nacional e internacional, atuando como agente transformador.

Além disto, desde 2022, foram adotados como canais de solicitações para o cômputo das horas de AC o Portal do Estudante (GOL) e/ou a central de atendimento ao estudante, o ATENDE. Além disso, foi habilitado no Sistema Acadêmico (RM) o recurso para registro e acompanhamento de eventos acadêmicos internos, sendo que estes poderão ser previamente cadastrados e validados pelos organizadores, cujo lançamento da categoria e carga horária será realizada automaticamente.

Para regulamentar a realização, o registro e a validação das AC no curso foi construído e aprovado em Conselho o regulamento para o cômputo das horas de Atividades Complementares nos cursos de graduação presencial da UCB.

Resumidamente as AC dividem-se em categorias, conforme descrição a seguir:

Atividades Internas

1. Atividades desenvolvidas pela UCB no âmbito das Trilhas de Desenvolvimento do PPV, aplicáveis aos estudantes que ingressaram a partir do ano de 2021;
2. Outras atividades acadêmicas promovidas pela UCB (iniciação científica, atuação no Projeto Ser+, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários, congressos entre outros);

Atividades Externas

1. Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, capacitação em instituições conveniadas, cursos de línguas estrangeiras, participações em intercambio, entre outros).

De modo a permitir o controle, o aproveitamento, a validação e registro das respectivas horas de AC no histórico/currículo acadêmico dos estudantes, foram estabelecidas premissas básicas e o rol com a carga horária máxima das categorias das AC para os cálculos pleiteados.

15.1 Premissas

Com vistas a otimizar o fluxo do processo, sugere-se a adoção das seguintes premissas:

- 1) A carga horária total de AC a ser cumprida pelo estudante é variável, a depender do curso de graduação no qual ele está matriculado e deve estar em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Anexo 1.
- 2) Na UCB, a realização e comprovação das AC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular, atendendo aos seguintes critérios:
 - Ao menos 60% da carga horária total do componente curricular AC deve ser cumprida em Atividades Internas, isto é, atividades promovidas pela UCB (Trilhas de Desenvolvimento do PPV ou outras atividades acadêmicas);
 - Desenvolver atividades em pelo menos 2 Trilhas ou categorias, dentre as atividades realizadas na UCB;
 - Indica-se que, para a inserção nas atividades das Trilhas, o estudante tenha cursado ou esteja cursando a primeira Unidade Curricular (UC) do Núcleo de Formação Geral e Humanística (NFGH).
 - Realizar atividades em no mínimo 02 categorias diferentes mais 01 Trilhas de Desenvolvimento do PPV.
- 3) Para a categoria de Extensão, serão validadas apenas as atividades realizadas fora do escopo da Extensão Curricularizada.

- 4) Só serão reconhecidas atividades relacionadas a área de conhecimento e/ou em áreas correlatas do curso de graduação do estudante.
- 5) Não serão aproveitadas atividades complementares realizadas em período distinto daquele em que o estudante estiver regularmente matriculado no curso.
- 6) Certificados/declarações sem discriminação de carga horária serão indeferidos para o cômputo de Atividades Complementares;
- 7) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que não obtiver aproveitamento de alguma disciplina será analisada a possibilidade de utilizar para AC, em caso positivo, será sinalizado no próprio aproveitamento de estudos.
- 8) Ao atingir a carga horária total exigida pelo curso, o sistema automaticamente fará o bloqueio de novas inserções.
- 9) As solicitações devem ser registradas via Portal do Estudante ou presencialmente no ATENDE, apresentando as devidas documentações (declarações/certificados) no último ano do curso.
- 10) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que possua certificados de eventos realizados durante a permanência na instituição de origem, poderá registrar tais certificados no último ano letivo do curso.
- 11) Os certificados das atividades complementares realizadas durante o período de integralização do curso deverão ser registrados entregues para cômputo de AC no último ano letivo do curso.
- 12) O prazo estipulado para a abertura da solicitação é de fevereiro a maio no primeiro semestre letivo do ano corrente e de julho a outubro para o segundo semestre letivo do ano vigente. O prazo para análise e lançamento das horas é de até 20 (vinte) dias úteis, após o registro dos certificados no sistema.
- 13) O lançamento da carga horária ocorrerá por áreas de conhecimento, conforme Quadro a seguir:

Área	Cursos
Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde	Agronomia; Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Educação Física - Licenciatura e Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Gerontologia e Psicologia
	Medicina
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Direito
	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Cinema e Mídias Digitais, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Design Visual, Design de Produtos, Filosofia, Fotografia, Gestão de Recursos Humanos, Jornalismo, Letras Português/Inglês, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social.
Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura e Tecnologia	Agronomia, Redes de Computadores, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência de Dados, Design de Interiores, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental

	e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software, Física, Matemática e Química.
--	---

15.2 Carga horária concedida por categoria

Apresenta-se a seguir síntese das categorias das atividades complementares e sua respectiva carga horária, para cômputo e registro.

Categorias/Trilhas	Atividades	Horas
Apoio ao Ensino	Programa de Monitoria	Carga horária total da monitoria*
	Atividades de representação discente (Ligas Acadêmicas, CAs, Atléticas, DCE, representante de turma)	Até 50 horas
Pesquisa	Programas de Iniciação Científica	60 horas
	Atividades em Grupos de Estudos	
Extensão	Projetos de Extensão	60 horas
	Trabalho Voluntário Continuado	60 horas
	Ser+	Carga Horária total do projeto
	Participação em Empresa Júnior	100 horas
	Ação Social	10 horas de atividades por evento ou as horas do certificado
	Estágios não obrigatórios (fora do componente curricular)	100 horas
	Atividades realizadas na UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
Eventos e cursos	Atividades realizadas fora da UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
	Participação em Audiências, Julgamentos	
	Eventos culturais	
	Aprovação em disciplinas eletivas, escolhidas dentre as disciplinas oferecidas nos diversos cursos	
Trilhas de Desenvolvimento do Programa	Liderança	Horas do certificado, com limite de 40 horas total
	Pesquisa	
	Esporte	
	Cultura	
	Espiritualidade	

Propósito de Vida (PPV)	Empreendedorismo	
----------------------------	------------------	--

(*) No máximo duas monitorias.

15. Estágio Supervisionado

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho. É normatizado nas instituições cedentes pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 que, em seu Art. 2º estabelece que:

Art. 2º. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais. Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no OL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira on-line, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

A formação do Engenheiro agrônomo incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime intensivo e exclusivo, no último semestre do curso. O estágio curricular obrigatório é um conjunto sistematizado de atividades práticas que visam ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, realizadas pelo aluno do curso de Agronomia em colaboração com empresas, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de caráter público ou privado, cooperativas e profissionais liberais, devidamente conveniadas com a Universidade Católica de Brasília. Complementa e melhora o

processo ensino-aprendizagem e tem como instrumento de integração a Universidade/Sociedade sob a forma de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-científico, sociocultural e de relacionamento humano. Assim, oferece subsídios à revisão de currículos e adequação de programas, permitindo à Universidade uma efetiva contribuição ao desenvolvimento regional e nacional. Tem como objetivos fundamentais:

a) À Universidade, visa oferecer subsídios à revisão de currículos, adequação de programas e atualização de metodologias de ensino, de modo a permitir, à instituição, uma postura realista quanto a sua contribuição ao desenvolvimento regional e nacional, além de melhores condições de avaliar o profissional em formação;

b) Ao acadêmico, objetiva proporcionar uma visão prática do funcionamento de uma empresa e ou instituição, familiarizando-o com o mercado e ambiente de trabalho e possibilita também condições de treinamento específico, pela aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos, indicando caminhos para a identificação de preferências para campos de atividades profissionais;

c) Para o campo de estágio, visa facilitar o recrutamento e a seleção de profissionais com os perfis adequados aos seus interesses, além de estimular a 25 criação de canais de cooperação com a Universidade, na solução de problemas de interesse mútuo, participando de forma direta e eficaz na formação de profissionais de nível superior e contribuindo para melhorar a adequação da teoria prática.

O Estágio Curricular do curso de Agronomia, disciplina obrigatória com carga horária de 120 horas, poderá ser realizado após o aluno cursar, com êxito, uma quantidade de disciplinas que perfaçam pelo menos 92,22% da Carga Horária (CH) resultante do somatório de Núcleo Comum (NC) e Núcleo Específico (NE) do Curso de Agronomia.

Para gerenciamento das atividades relacionadas ao Estágio Curricular Obrigatório há o Supervisor de Estágio, professores orientadores do Colegiado do curso de Agronomia e supervisores com curso superior na área de Ciências Agrárias ou áreas afins.

- **Supervisor de estágios**

De acordo com a Resolução CEPEC Nº 1122, cabe ao Conselho Diretor da Unidade Acadêmica a designação de, pelo menos, um coordenador de estágio por curso. O coordenador de estágio de cada curso tem as seguintes atribuições:

a) Articular a elaboração de regulamento que atenda à especificidade de cada curso para o desenvolvimento do estágio, respeitando-se o Estatuto e Regimento da UFG, resolução específica e a legislação vigente;

b) Coordenar, acompanhar e providenciar a escolha dos locais de estágio;

c) Captar locais de estágio e solicitar a assinatura de convênios;

d) Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;

e) Promover o debate e a troca de experiências no próprio curso e nos locais de estágio;

f) Manter documentos atualizados e arquivados relativos ao(s) estágio(s) no respectivo curso, por período não inferior a cinco anos; g) Manter atualizada a lista de estagiários com respectivos campos de estágio;

h) Assinar e carimbar o termo de compromisso do estudante e na sua ausência, delegar ao coordenador de curso esta atribuição.

- **Orientador de estágio**

O estágio será planejado, orientado, acompanhado e avaliado pelos professores da instituição formadora, podendo contar com apoio, para esses fins, do preceptor ou supervisor do local em que está sendo realizado o estágio. O supervisor local deverá possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento e possuir registro no conselho de classe da Agronomia (CREA). O professor orientador de estágio tem as seguintes atribuições (Resolução CEPEC Nº 1122):

a) Auxiliar o estudante na escolha dos locais de estágio em conjunto com o coordenador de estágio;

b) Planejar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades de estágio juntamente com o estagiário e o preceptor/supervisor/profissional colaborador do local do estágio.

- **Estagiário Conforme a Resolução CEPEC Nº 1122 o estagiário tem as seguintes atribuições:**

a) Participar do planejamento do estágio e do processo de avaliação de seu desempenho;

b) Seguir o regulamento estabelecido para o estágio;

c) Elaborar e entregar relatório sobre seu estágio, na forma, no prazo e nos padrões estabelecidos no regulamento de estágio;

d) Atender ao estabelecido no termo de compromisso, assinado por ocasião do início do estágio;

e) Entregar, na coordenação de estágio do curso, uma via do termo de compromisso de estágio com todas as assinaturas exigidas e respectivos carimbos.

- **Avaliação do estágio curricular obrigatório**

A avaliação será baseada na confecção de relatórios, desenvolvidos pelo aluno sob a orientação do professor orientador e consistirá em:

- Descrever todas as atividades do estágio propriamente ditas

- Posicionar-se frente ao exposto (emitir opinião frente ao exposto)

- **Discutir as técnicas relatadas**

- Embasar a discussão em literatura científica e técnica

O relatório de estágio é o instrumento destinado ao registro minucioso do desenvolvimento do mesmo e seus desdobramentos, e deverá conter a descrição das atividades realizadas, discussão e consequentes conclusões.

Na confecção do relatório, a redação, a ortografia e a apresentação são de inteira responsabilidade do aluno. Para que haja uma padronização, o relatório deverá seguir as normas a serem elaboradas pela Coordenação do Curso. Caberá ao supervisor do estágio dar ciência destas Normas, tanto para o acadêmico como ao seu orientador, onde se detalham as informações referentes ao funcionamento do estágio, elaboração do relatório com os elementos que compõem a estrutura física, as formas de apresentação gráfica, a caracterização dos elementos pré-textuais, os elementos textuais, os elementos pós-textuais, a bibliografia e os anexos.

- **- Relato e discussão em grupo das atividades realizadas no estágio.**

Esta atividade ocorrerá após o término do Estágio propriamente dito, no período determinado pelo cronograma estabelecido pela Comissão de Estágio.

- Defesa do relatório

Esta atividade se refere à apresentação do relatório do estágio perante banca composta de 2 (dois membros, constituída pelo supervisor e/ou orientador, e um professor e um profissional de nível superior ligado à área onde foram desenvolvidas as atividades de estágio)

O estagiário será questionado sobre o conteúdo e os aspectos técnicos do relatório, objetivando:

- a) avaliar o desempenho do estagiário;
- b) realimentar o currículo do curso; c) detectar problemas inerentes ao estágio;
- d) detectar problemas inerentes ao campo de estágio.

Cada avaliador terá um tempo máximo de 20 minutos para fazer sua arguição. Encerrada, a apresentação e/ou arguição, a banca examinadora, sem a presença do estagiário, deverá se reunir para atribuir os graus obtidos. A Banca examinadora deverá pautar seus critérios de avaliação conforme as fichas de avaliação.

A média final da avaliação corresponderá à média aritmética ponderada, levando-se em consideração os seguintes pesos:

- a) 5,0 (cinco), para a defesa do estágio (verificação de conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas);
- b) 2,0 (dois), para a apresentação dos relatórios;
- c) 3,0 (três), para a avaliação prática (feita pelo Supervisor).

O estagiário estará aprovado se tiver alcançado média final igual ou superior a 7,0 (cinco) na avaliação do estágio. O aluno que não lograr aprovação no estágio, nos moldes acima descritos, deverá cursar novamente a disciplina de Estágio Supervisionado.

16. Trabalho de Conclusão de Curso

A prática da pesquisa científica contribui para que os estudantes de graduação ampliem a qualidade da sua formação. Nesta perspectiva, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como momento fundamental para a construção de uma nova mentalidade quanto aos sentidos do desenvolvimento do graduando.

Em virtude de tais aspectos e da necessidade de atendimento à Portaria MEC 360/2022, que “Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital”, criou-se o Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Católica de Brasília – NTCC/UCB - para oferecer suporte às coordenações de curso para aprimoramento dos processos de forma eficaz e eficiente.

A criação do NTCC visa fomentar a interface entre Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que busca o incremento da prática da pesquisa como fator primordial. Trata-se de valorizar a pesquisa, considerando os diversos setores onde ela se realiza na UCB. Tal ação contribuirá para que sejam reforçadas as relações entre os cursos de graduação em que o TCC é obrigatório, os programas de pós-graduação stricto sensu e os projetos de pesquisa existentes na UCB.

Tem-se assim que todas as ações envolvendo a elaboração e defesa dos TCC's contribuam para a formação acadêmica e reafirmem a relevância da ciência como práxis social. Soma-se a esses motivos, o papel fundamental de uma universidade, qual seja, a de buscar respostas para problemas/necessidades sociais, oportunizando aos indivíduos viverem com mais dignidade, uma vez que será constantemente reafirmado o compromisso social ao qual a UCB deve permanecer engajada.

Todo o processo de elaboração dos TCC's, no âmbito dos cursos em que existe a obrigatoriedade de tal Unidade Curricular (UC), é regido pelo documento "Normas para Elaboração e Apresentação do Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da Universidade Católica de Brasília – UCB"

A elaboração e apresentação desse trabalho científico deve ser o resultado de um processo de construção e aplicação do conhecimento sobre uma temática da área cursada, com o objetivo de contribuir teórica e concretamente para o avanço do conhecimento na área e para melhorar a capacidade reflexiva do estudante.

No curso de Agronomia, este componente curricular é definido pela Resolução CNE/CES Nº 1/2006. As Diretrizes Curriculares para o curso de Agronomia, indicadas na Resolução Nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, consideram o trabalho de conclusão de curso como componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

No curso de Bacharelado em Agronomia, o TCC é realizado no 8º semestre, em 160 horas. A disciplina é precedida por disciplinas de Prática Profissional I e II, realizadas no 3º e 5º semestres, as quais propiciam contato com problemas reais e oportunidade de solucioná-los sob a supervisão de um professor, acerca de temas que podem servir como base para o desenvolvimento da pesquisa no TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve estar centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade síntese de integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, com a apresentação e defesa de um artigo científico. O Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado com supervisão de um orientador, que deverá ser professor do Curso, tendo como objetivos:

- a) Proporcionar ao estudante estabelecer vínculos prévios à sua integralização curricular com produção científica de qualidade, em articulação com ensino, pesquisa e extensão;
- b) Verificar a aptidão do aluno quanto à solução de problemas diagnosticados relacionados à atividade profissional do engenheiro agrônomo;
- c) Avaliar a capacidade de expressão escrita e verbal do aluno.

O TCC é uma disciplina regida por um regulamento interno aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, de forma a padronizar as informações contidas no artigo. Este é formado por duas etapas, sendo que na primeira, na qual o aluno juntamente com seu orientador elaborará o projeto da pesquisa. Aprovado nesta fase, o discente é autorizado a desenvolver a pesquisa, onde se executa aquilo que foi planejado no projeto, aplicando as técnicas de pesquisas adquiridas ao longo do curso de agronomia, finalizando com a apresentação do artigo.

A defesa do artigo é constituída de uma banca composta pelo orientador, um membro do colegiado de curso e sempre que possível um membro externo, na qual será

avaliada a versão escrita do TCC (artigo), bem como a apresentação do trabalho de acordo com as normas já pré-determinadas. Serão aceitos como TCC os artigos realizados em unidades de produção e ou de pesquisas, centrado em áreas de conhecimento teórico-prático ou de formação profissional, bem como atividades de síntese, integração e consolidação das técnicas de pesquisa que consolidem a formação do engenheiro agrônomo.

Estudantes engajados em projetos de iniciação científica poderão ter o aproveitamento do Projeto de Pesquisa em Agronomia através de exame de proficiência. Para tanto, devem solicitá-la por meio do envio de carta de recomendação de um pesquisador que caracterize e comprove a sua atuação em pesquisa por, pelo menos seis meses, na área proposta para o desenvolvimento do TCC. Além disso, deve apresentar seu projeto para o TCC, certificado pelo professor orientador. A análise será feita por uma banca, seguindo os mesmos critérios indicados para alunos regularmente matriculados.

Depois de finalizados, quando autorizados pelos autores, os TCCs são encaminhados para o Repositório Institucional da Biblioteca da UCB, onde estarão acessíveis aos usuários do Sistema de Bibliotecas da UCB. Muitos trabalhos são apresentados em congressos e encontros científicos e publicados revistas especializadas. Além de auxiliar no aprimoramento da habilidade de escrita desses pesquisadores em formação, estas publicações podem contribuir para a maior produtividade intelectual e agregar artigos publicados em seus currículos – uma vez que grande parte dos alunos da graduação prestarão concursos futuros, onde parte da avaliação é focada na produção intelectual.

Abre-se a possibilidade do estudante articular as atividades realizadas no Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, desde que o produto obtido esteja sustentado por uma prática de pesquisa efetiva, com dados originais e com qualidade acadêmica que possibilite sua publicação em revistas indexadas.

O estudante pode também optar por desenvolver seu TCC em instituições públicas ou privadas (e.g., Emater, Embrapa, Empresas, ONGs etc.). Em todos os casos, sob a orientação de um profissional, portador de título de mestre ou doutor, em Agronomia as ou áreas afins. Nesse caso, recomenda-se coorientação por um professor vinculado ao Curso para facilitar o processo de acompanhamento do calendário e atividades da disciplina.

Buscando intensificar a integração entre o ensino e a pesquisa, recomenda-se que o TCC esteja inserido em projetos de pesquisa cadastrados na Universidade, sendo a orientação do estudante conduzida por um membro do projeto.

Para operacionalização do TCC, os estudantes serão matriculados em turma única, que é acompanhada por um docente responsável, que tem como tarefas: organizar os grupos de aluno por professor orientador; garantir a assinatura dos termos de aceite por parte dos envolvidos e o preenchimento da ficha de acompanhamento do discente; garantir o preenchimento das atas de banca; garantir a entrega dos trabalhos em versão definitiva para arquivamento; lançar, ao final do período, as notas finais e presenças, assinando os diários de classe.

17. Metodologias de ensino e aprendizagem

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa e do uso de tecnologias educacionais com intencionalidade pedagógica são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, e no olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo protagonismo discente, com autonomia na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço.

O estudante é estimulado a estabelecer relações entre suas experiências e os novos conceitos, com o objetivo de construir novos significados e novas relações. Estimular a autoaprendizagem reaviva a atenção do estudante, valorizando o que faz sentido real em sua vida profissional, inter-relacionando-a a diversos aspectos, como intelectual e social, por exemplo. Neste sentido, o professor atua como facilitador do processo, objetivando a aprendizagem do estudante.

Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A concepção pedagógica fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, assim, oportunizar ao estudante a compreensão da sua responsabilidade pela aprendizagem no processo de ensino organizado pelo professor. Parte importante da estratégia metodológica é a adoção da concepção de aprendizagem híbrida.

A aprendizagem híbrida, ou blended learning, associa metodologias de aprendizagem ativa ao uso de tecnologias e estratégias da educação a distância, alternando encontros presenciais e trabalho/estudo discente desenvolvido de forma autônoma. Um aspecto importante a se destacar é a utilização de metodologias e atividades que promovam o trabalho coletivo e colaborativo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos qualificam o processo de ensino e ampliam o potencial de aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de importantes competências

socioemocionais (trabalho em equipe, resolução de problemas, colaboração, comunicação interpessoal, mediação de conflitos, resiliência, liderança, entre outras).

Na UCB, consideramos componentes curriculares híbridos todos aqueles cuja carga horária total seja realizada em encontros semanais de 3h/a (ou 2h/a, no caso das UC de extensão). Isto implica dizer que, para além da carga horária desenvolvida em sala de aula com o docente, o estudante deve dedicar horas de estudo e desenvolver atividades orientadas pelo docente no Plano de Ensino (nos itens pré e pós aula), a fim de cumprir a carga horária total prevista para o componente curricular. Assim, cabe ao docente a orientação para o desenvolvimento das atividades de estudo autônomo, e ao estudante a sua realização. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma autônoma, por sua vez, devem ser retomadas pelo docente nas aulas presenciais, de forma a demonstrar sua integração e importância para a aprendizagem dos estudantes na disciplina.

O acompanhamento e a validação da proposta para as horas de trabalho efetivo, bem como seu registro no Plano de Ensino e no diário de classe, serão realizados no âmbito da gestão acadêmica institucional, garantindo a comprovação da integralização da carga horária da unidade curricular.

Em cada unidade curricular o docente deve, no processo de planejamento do componente curricular, o realizar a curadoria de materiais e objetos de aprendizagens disponíveis que sejam significativos para a aprendizagem discente (artigos, textos diversos, podcasts, vídeos, dentre outros recursos), e disponibilizá-los no ambiente virtual de aprendizagem. Importante considerar que estes conteúdos e atividades são complementares ao trabalho docente, e não esgotam os objetivos de aprendizagem previstos para o componente curricular.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes são o foco do trabalho docente. O professor deve ter atenção especial no planejamento e na realização das práticas pedagógicas previstas a fim de que estas possam promover a aprendizagem ativa e ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de estudo autônomo. As tecnologias educativas, o protagonismo estudantil, a aprendizagem “mão na massa”, a autoria, o engajamento, a colaboração, a criticidade e a autonomia são elementos chave do processo.

Essa iniciativa traz inúmeras vantagens. Dentre elas, possibilita:

- 1) o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula;
- 2) a proposição de atividades práticas e reflexivas que conduzem à melhoria na formação dos estudantes, favorecendo a aplicação de metodologias ativas;
- 3) a construção de um portfólio de atividades realizadas no semestre e organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando a ampliação do uso das TIC.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante, em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades.

Dentre as Metodologias Ativas e estratégias de ensino utilizadas na Universidade destacam-se:

- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL - Team Based Learning): método de aprendizagem ativo centrado no aluno, conduzido por instrutor especialista na área, utilizado para grandes classes que são divididas em grupos menores referidos como equipes. O primeiro pilar da metodologia é a formação das equipes que objetivam a maior diversidade possível e relativa uniformidade entre as equipes. As formações serão mantidas durante cada conteúdo disciplinar.

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - Problem Based Learning): utilizada como elemento motivador para o estudo e momento de integração dos diferentes conteúdos curriculares. As áreas temáticas dos eixos apresentam abordagem interdisciplinar cujo conteúdo é organizado em situações problemas significantes, contextualizadas e do mundo real e fornecedora de fontes, guias e instruções para os aprendizes.

- Gamificação: tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo. A gamificação abrange a utilização de mecanismos de jogos para a resolução de problemas e para motivação, explorando os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. A gamificação traz os feedbacks constantes, recompensas e a evolução relacionados aos níveis. Entre os benefícios estão o estímulo ao protagonismo, maior absorção de conteúdo e melhoria de desempenho

- Curricularização da extensão (Service Learning): metodologia ativa que coloca ensino e aprendizagem à serviço da comunidade, a fim de proporcionar experiências de aprendizado pragmáticas e progressivas, ao mesmo tempo que atende às necessidades da sociedade. Esta metodologia integra a vivência do ensino com atividades de extensão através da elaboração de projetos pelos alunos, promovendo o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da aplicação prática dos conhecimentos.

Estratégias educacionais complementares podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem AutoDirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos componentes curriculares ocorrem propostas de atividades pelos docentes aos estudantes no formato de supervisão. Ou seja, atividades práticas pelos estudantes sob a supervisão dos professores com registro obrigatório pelo professor no Plano de

Ensino (atividades, critérios de avaliação e prazos de entrega) e pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades. Dentre as atividades que podem ser realizadas, citam-se: fóruns, wikis, produção de textos (resumos, resenhas, relatórios, entre outros), vídeos, experimentos em laboratórios, visitas técnicas, observação guiada, pesquisas, organização e participação de eventos, além de produtos específicos de cada uma das áreas de conhecimento dos cursos. Essas atividades privilegiam a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade uma vez que os conceitos trabalhados extrapolam os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, fazem interconexões entre eles. O estudante aprende de forma sistêmica e não compartimentalizada.

Programa de Monitoria

Outra significativa estratégia de apoio aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação é a consecução do Programa de Monitoria, instituído pela Portaria nº127/99, em conformidade com o proposto na LDBEN, Lei nº 9394/96 em que se prevê:

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados nas tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos (LDB, 1996).

As atividades de monitoria foram estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nas Normas e Procedimentos Acadêmicos, para os Cursos de Graduação, e consubstanciadas na Resolução 65/2007, regulamentando, norteando e assegurando as bases de execução do Programa de Monitoria, reafirmando ainda sua relevância como espaço efetivo de ensino e de aprendizagem.

O referido programa é gerido pela Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial da UCB, onde semestralmente são publicados editais de seleção dos monitores, bem como a Portaria Institucional formalizando tal atividade.

18. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

As Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, representam um conjunto de recursos tecnológicos auxiliares aos processos educacionais, aos informacionais e aos comunicativos visando maior qualidade do ensino, do planejamento e da gestão. Neste

contexto, o ambiente tecnológico se torna um espaço privilegiado de pesquisa, de interação e de compartilhamento, abrindo ricas possibilidades de produção de conhecimento estimulando uma postura diferenciada de professores e estudantes acarretando mudanças significativas nos processos educacionais.

Para usufruir destes benefícios professores e a estudantes devem adquirir novas habilidades, que se convergem no cotidiano das salas de aula, visando o avanço e a compreensão da importância da participação de ambos no processo de aula-pesquisa-intervenção e na utilização das tecnologias como suporte à aprendizagem.

Aos professores é necessário demonstrar aos estudantes a relevância de aprender a aprender, incentivando-os a gerenciar o volume de informações disponíveis, principalmente avaliando sua qualidade; a trabalhar em equipe; a gerenciar o tempo e; a compreender e interpretar mensagens diversas. As aulas se transformam em processos contínuos de pesquisa e de comunicação, nos quais se dá a construção do conhecimento em um equilíbrio dinâmico entre o individual e o grupal, entre o professor-mediador e estudantes-participantes-ativos. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de facilitador do processo de aprendizagem. Cabe a ele adotar abordagens diferenciadas que não se limitem à exposição teórica e que permitam aos estudantes migrarem do status de consumidores de conhecimento para produtores de conhecimento.

Vislumbramos uma educação cada vez mais voltada para a pesquisa, para processos abertos de gerenciamento e soluções de problemas educacionais, no qual o grupo cooperativo cumpre um papel central, para que a autonomia e a autoria dos estudantes sejam a principal meta na aprendizagem.

Como estratégia de suporte, registro e consolidação das aprendizagens, a União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) migrou de uma plataforma AVA gratuita para o D2L *Brightspace*, um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS, na sigla em inglês) de uma multinacional canadense presente no Brasil desde 1999. A plataforma proporciona maior previsibilidade em relação à tecnologia, maior escalabilidade e estabilidade, além da possibilidade de oferecer melhor experiência para alunos e professores com uma plataforma responsiva.

Por meio do AVA o aluno pode acessar materiais interativos, como web aulas e livros digitais, interagir com professores e demais estudantes por meio recursos de interação, que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do estudante, além de realizar avaliativas e colaborativas. Tem à disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e, principalmente, o plano de ensino da disciplina. Além disso, o aplicativo Brightspace Pulse permite o acesso em outros dispositivos, como smartphones e tablets.

Também é disponibilizado recursos de contas Microsoft para todos os docentes e estudantes. Esta estratégia viabiliza a continuidade, a qualificação e a validação das aprendizagens que ocorrem na Universidade e fora dela, explorando diferentes recursos para o desenvolvimento e o engajamento do corpo discente.

Outro importante recurso disponível para os estudantes é o acesso à Minha Biblioteca, uma base de livros eletrônicos em português que oferece acesso a milhares de livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade das principais editoras acadêmicas do país. Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso. Destacamos o Portal do Aluno, por meio do software EduConnect e a Plataforma de Trabalhabilidade e Carreiras, a Workalove.

Em vistas a gerir as ferramentas tecnológicas e a mantê-las sempre alinhadas a eficientes preceitos metodológicos, a UBEC criou o Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional - NITE, para garantir à oferta de um modelo acadêmico isento de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade tecnológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades.

O NITE trata-se de um ambiente voltado a criação e manutenção de tecnologias a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas e docentes, tendo como principais atribuições: incentivar e colaborar com a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico; promover ações de formação continuada de professores e estudantes para uso dos recursos de forma autônoma e independente; acompanhar e avaliar os processos relacionados à inserção e inclusão das TICs; dentre outras ações.

Dessa forma, promovemos a todos as ferramentas, mas também formas de as utilizar com eficiência, garantindo um ambiente confortável e inspirador para crescimento contínuo do uso das TICs.

19. Sistemática de avaliação de aprendizagem

O processo educativo promovido pela UCB considera que, do ponto de vista pedagógico, cada estudante traz consigo conhecimentos prévios, concepções e percepções que devem ser consideradas no processo de aprendizagem, a qual não pode ser vista como um produto, mas como um processo que requer e estimula competências, como as de refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar. Nesse sentido, a avaliação deve ser aplicada como prática de retorno, de revisão de conteúdos, de visualização do erro no processo,

momento especial de retomada do aprendizado e de redirecionamento da atuação de professores e estudantes.

Ao longo do curso, os mecanismos de avaliação, em coerência com as metodologias ativas utilizadas ao longo dos componentes curriculares, são dispostos na forma de avaliações teóricas e práticas, estudos de casos clínicos interdisciplinares, seminários, relatórios, outras modalidades de avaliação. A participação do estudante nas atividades também é considerada no momento da construção do seu conceito final. Além da avaliação de conteúdos específicos a cada semestre, a integração entre estes também é avaliada, visando à valorização de uma visão crítica do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem do estudante se constituirá de testes, avaliações escritas individuais teóricas ou práticas, seminários, trabalhos, projetos, desenvolvimento de produtos e outros meios que possibilitem a verificação de seu progresso ao longo de cada componente curricular. Todos os resultados parciais serão comunicados aos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obedecendo ao prazo máximo de até 15 dias após sua realização para que possa acompanhar seu próprio progresso ao longo do semestre.

A nota mínima para aprovação é 7,0, associada ao requisito mínimo de 75% de frequência do estudante, resguardadas as especificidades de componentes curriculares que podem ampliar tais exigências, como TCC e Estágios Supervisionados. A avaliação é descrita em notas de 0 a 10, fracionada em múltiplos de 0,1. São realizadas, no mínimo, duas avaliações diferentes ao longo do semestre, sendo uma delas avaliação individual. O peso das avaliações individuais deve representar o mínimo de 60% da nota de cada componente curricular.

No caso de componentes curriculares com conteúdo gamificado, para valorizar o engajamento dos estudantes nas atividades no AVA, os docentes devem seguir a orientação de atribuir de 10 a 30% da nota final do estudante ao seu desempenho na plataforma.

20. Sistemática de avaliação do curso: autoavaliação institucional, do curso e avaliações externas

Os cursos da UCB são submetidos à autoavaliação desde os anos de 1996. Ao longo de todo esse tempo, a Universidade vem desenvolvendo melhorias no processo e cuidando da relação com a comunidade interna e externa, para que melhor subsidie suas decisões estratégicas.

Com a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicada em 2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) passaram a ser uma determinação e a UCB reestruturou o processo instituindo sua CPA de acordo com as determinações da regulação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA/UCB) foi criada pela Portaria/Reitor UCB nº 154/04, de 27/5/2004 e revisada pela Resolução CONSUN nº 15/2010, de 25/6/2010. Em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a comissão é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade. É integrada por profissionais e cidadãos com reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade, representando os seguintes segmentos: I - Corpo Docente, II - Corpo Discente, III - Corpo Técnico-administrativo (Comunidade Universitária UCB) e IV - Sociedade Civil Organizada, sendo composta por:

- 3 representantes do Corpo Docente;
- 2 representantes do Corpo Discente;
- 3 representantes do Corpo técnico-administrativo;
- 2 representantes da Sociedade Civil Organizada.

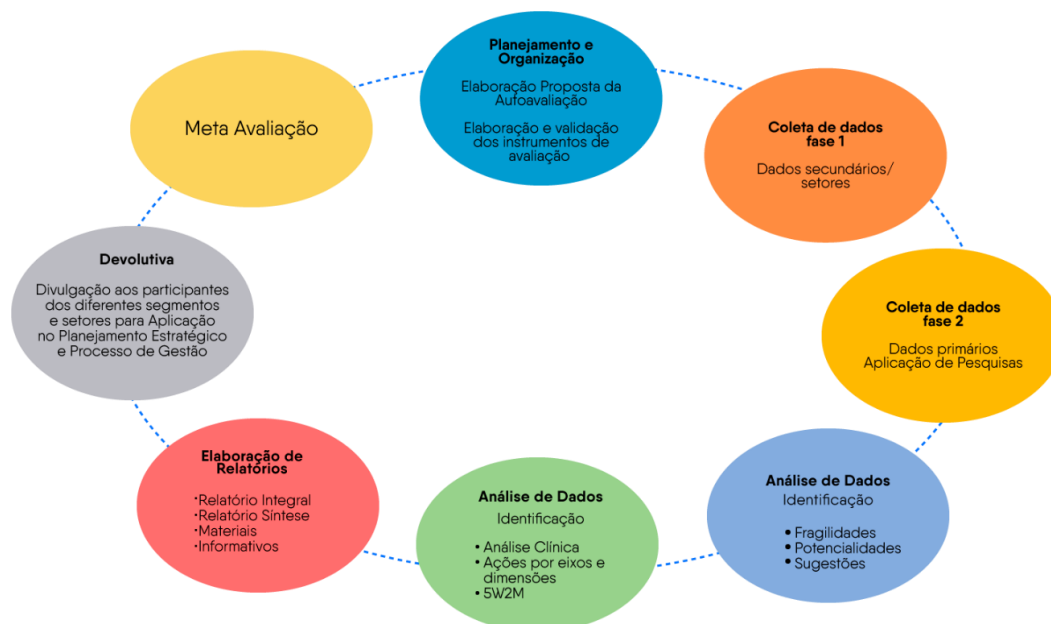
A CPA estruturou instrumentos de autoavaliação para que fossem aplicados semestralmente. Os instrumentos avaliam: os serviços terceirizados; a estrutura de apoio ao ensino (englobando infraestrutura e biblioteca) e o ensino/aprendizagem, utilizando-se de 3 modelos, um para o docente, outro para o discente e outro para técnicos administrativos. Os instrumentos vêm sendo melhorados ao longo do tempo e do desenvolvimento dos trabalhos, com reuniões da CPA e outros eventos relativos. Assim, além de atender às normas federais, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planejamento Estratégico (PE) e Instrumentos Avaliativos externos, articulando aspectos políticos, estratégicos e operacionais da evolução institucional.

A autoavaliação da UCB, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, constitui um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os sujeitos que atuam na Instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

Neste sentido, a autoavaliação se constitui como um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela Instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

A Comissão Própria de Avaliação da UCB utiliza uma metodologia processual, contínua e cíclica de Autoavaliação, que busca atender às perspectivas da Universidade, ao mesmo tempo em que se mantém focada nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal metodologia apoia-se no envolvimento de toda a comunidade, que participa fornecendo dados, recebendo a devolutiva das informações geradas pela

CPA e auxiliando na análise destas, a fim de que sejam evidenciadas as potencialidades e fragilidades de cada dimensão.



Os períodos de aplicação são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, intranet, e-mail marketing, cartazes etc., visando à participação de todos.

Após o período de aplicação, a CPA prepara o relatório e as devolutivas pelos para a comunidade interna e externa pelos mesmos canais de divulgação, além do CPA Day, momento voltado para que os setores da instituição conversem com os estudantes sobre os resultados. A CPA também se utiliza da ferramenta 5W2H, definindo as tarefas e os responsáveis por elas, de maneira seja evidenciado com clareza a necessidade, ou não, de uma mudança, e formular um plano para alcançar esse objetivo.

Outra avaliação institucional de grande importância para os cursos de Graduação é o Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante em formação nos Cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). O SIAE está ancorado na proposta geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), art. 5º da lei nº10.861 de 14/04/2004, qual seja a de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, bem como as habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (Portaria nº 211, art. 1º. de 22/06/2012).

Com o intuito de alcançar o melhor acompanhamento dos estudantes, o SIAE se fundamenta na proposta de uma avaliação interna, diagnóstica e integrada ao processo de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva projetiva. É um instrumento direcionado à avaliação do desenvolvimento das competências dos estudantes em suas

áreas específicas de formação, por meio da aplicação do exame para aqueles que já possuem 50% ou mais de carga horária concluída. Os resultados possibilitam a revisão da formação dos estudantes em um movimento permanente de melhoria do processo educativo.

Os cursos participam do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE) conforme o calendário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como regra geral, essa avaliação deve ser priorizada em relação a outras formas de avaliação realizadas por iniciativa dos cursos.

A análise da participação dos estudantes na prova SIAE gera relatórios, entregues às Coordenações de Curso, com resultados do desempenho dos estudantes. Esses resultados servem de apoio à gestão e visam à implementação de ações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Ademais, os cursos são recorrentemente avaliados externamente, conforme prevê o SINAES. O Curso de Medicina também é avaliado anualmente pela participação do Teste de Progresso da Associação Brasileira de Educação Média (ABEM) em sua regional o centro-oeste. Os resultados obtidos são, sem dúvida, balizadores para melhorias nos projetos pedagógicos dos cursos a partir das reflexões, análises e acompanhamentos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do curso

III. CORPO SOCIAL

1. Formas de ingresso do Corpo Discente

O ingresso ao Curso, conforme consta nas Normas e Procedimentos Acadêmicos e nos Editais dos processos seletivos, poderá ocorrer por diversas formas a saber:

- Processo seletivo para acesso ao Ensino Superior: vestibular ou nota do ENEM;
- Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005);
- transferência;
- transferência ex-officio;
- portador de Diploma.

Registro Acadêmico

A comunidade acadêmica, para acesso aos registros acadêmicos, está organizada em grupos/perfis, identificados por código de acesso único (RA/ID).

Os estudantes possuem acesso exclusivamente via Portal do Estudante, para informações relativas à sua Vida Acadêmica (Histórico Escolar, Declarações, Renovação

de Matrícula, Dados Cadastrais etc.). Fisicamente, a documentação do estudante está arquivada em pastas suspensas, ordenadas cronologicamente pelo “Registro Acadêmico do Estudante” (RAA) regularmente matriculado ou ainda vinculado ao Curso, além de compor o acervo digital da Secretaria Acadêmica. A Documentação dos Estudantes Formados, Desligados e ou Cancelados, estão armazenadas em envelopes numerados e caixas do tipo “Box”. O acesso a este acervo é restrito.

Os professores contam com os recursos do Portal Institucional para o relacionamento com as suas turmas durante o período letivo e realização dos registros de acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. Pelo Portal o docente registra a frequência, as atividades realizadas com as turmas, e lança os resultados finais. No AVA e por meio de outros recursos tecnológicos os professores podem entrar em contato com a turma e enviar material de apoio à aprendizagem.

Os gestores (Coordenadores) acessam o sistema e possuem permissões para consulta às informações acadêmicas do Curso para análise e validação de diferentes processos acadêmicos como o aproveitamento de disciplinas, análise de proficiência, revisão de notas, entre outros.

Funcionários administrativos lotados na Secretaria Acadêmica, no Atende ou áreas estratégicas da instituição também têm acesso às ferramentas e relatórios do Sistema, conforme perfil, para consulta de dados, orientação aos discentes e andamento de processos acadêmicos, sempre orientados pelas diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2. Apoio e atenção ao discente

A proposta institucional da Universidade Católica de Brasília visa proporcionar ao discente a atenção e o apoio necessários ao acesso a uma trajetória acadêmica de aprendizado representada numa formação profissional integral e ética. Para tanto reforça seu compromisso com práticas educacionais e assistenciais que fomentam o acolhimento, a inclusão, o cuidado e o humanismo solidário. As atividades configuradas para promoção da inclusão e atenção aos discentes visam ainda o fortalecimento de redes, pessoais e institucionais, de forma a fomentar a qualidade das relações interpessoais e coletivas para além do espaço universitário.

Para isso a UCB investe na configuração e funcionamento do Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica – NIOP, estruturado para oferecer a experiência da vivência acadêmica de forma produtiva e interativa, proporcionando a formação integral dos estudantes.

O Núcleo está estruturado para a oferta de ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes que identificam desafios de natureza psicopedagógica, proporcionando espaços coletivos e/ou individuais para atividades de orientação

pedagógica e reorientação profissional, que visam contribuir para um melhor aproveitamento acadêmico.

As atividades do Núcleo estão organizadas e direcionadas de forma a proporcionar uma rotina de avaliação, acompanhamento e enfrentamento de possíveis dificuldades que se apresentem ao processo de ensino-aprendizagem, em especial ocorrências que comprometam ou inviabilizem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a serem desenvolvidas na formação discente.

O Núcleo oferece ainda uma atenção diferenciada e proporcional aos estudantes que, em situação de deficiência e/ou vulnerabilidade necessitam de estratégias específicas de acessibilidade, seja esta de natureza comunicacional, metodológica, digital, instrumental, etc.

O Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, e visa com isso ofertar atividades e serviços de atenção e acompanhamento de discentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente suas dificuldades, em especial as de natureza acadêmica. A partir da identificação e mapeamento de situações que podem comprometer e/ou impossibilitar o processo de ensino-aprendizagem é possível traçar estratégias de intervenção e acompanhamento que possam assegurar o desenvolvimento profissional e pessoal discente, assim como qualificar as práticas docentes.

As ações executadas no contexto do NIOP podem se configurar em atividades individuais ou coletivas de apoio e orientação psicopedagógicas, assim como atividades de promoção de saúde e de fortalecimento das práticas educacionais, como a realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, intervenções psicossociais, dentre outros. Tais atividades têm por objetivo a melhoria do desempenho acadêmico, social e emocional da comunidade acadêmica em geral, podendo contar para isso com membros da comunidade acadêmica mediante articulações institucionais assim como com parcerias externas.

Considerando ainda que o apoio discente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, exige a articulação com os docentes responsáveis pelo acolhimento a tais estudantes, o NIOP tem ainda como finalidade a oferta de suporte e assessoria ao corpo docente em práticas pedagógicas inclusivas. Esse suporte pode ser ofertado por meio de orientações e sugestões de estratégias de adequações pedagógicas, com a finalidade de acompanhar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

A Universidade Católica de Brasília reforça seu compromisso com a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade ao estabelecer, conforme previsto na Lei 13.146/2015, que os projetos pedagógicos dos diversos cursos contemplem de forma institucional a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento, representado nos diferentes serviços ofertados pelo

Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica, visa organizar e proporcionar as adaptações necessárias para atendimento dos discentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional diferenciada, de forma a garantir *“o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia”* (BRASIL, 2015).

Cumpre registrar que as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Núcleo junto aos diferentes setores da Universidade são configuradas a partir do entendimento e definição da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura que *“pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”*.

Sendo assim, toda a proposta de acompanhamento e adaptações razoáveis e necessárias é configurada pela equipe do Núcleo, em parceria com os respectivos discentes, de forma a assegurar sua participação ativa em todo o processo, reforçando com isso a necessidade do fomento a sua autonomia e participação ativa. Nesse sentido, o Núcleo trabalha em prol das necessidades e recursos identificados pela equipe multidisciplinar juntamente com o discente, sendo as estratégias periodicamente reavaliadas a partir dos resultados, assim como desafios encontrados.

O objetivo inicial do Núcleo é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos em todas as atividades que compõem o seu processo de ensino aprendizagem. É imprescindível como estratégia de fomento à autonomia que a própria pessoa com deficiência, neste caso o discente, indique o que é relevante para a acessibilidade com base em sua experiência. A razoabilidade das adaptações necessárias deve estar diretamente vinculada ao atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, é importante que as ações do NIOP visem assegurar estratégias e serviços que ofereçam condições de acessibilidade considerando o princípio da acessibilidade como as ações que garantam a igualdade de direitos e a equidade de oportunidade às pessoas com deficiência. Para tanto é fundamental que as ações de acessibilidade contemplem os seguintes aspectos:

- acessibilidade instrumental: tem por objetivo assegurar o acesso aos diferentes recursos de tecnologia assistiva considerando a avaliação prévia das necessidades de cada discente acompanhado pelo Núcleo. A utilização de tais recursos assistivos, assim como das adaptações necessárias visam tão somente reduzir ao máximo as dificuldades

de acesso a ferramentas e instrumentos de estudo, trabalho e interação sociocultural para o discente no contexto da rotina acadêmica;

- acessibilidade metodológica: as intervenções e o suporte ofertados aos docentes em suas respectivas práticas pedagógicas visam garantir esse tipo de acessibilidade aos discentes, considerando a necessidade de adaptação de metodologias de ensino, práticas laborais e atividades comunitárias, de forma a assegurar a participação ativa e formativa de todos os discentes envolvidos em cada componente curricular;

- acessibilidade digital: sempre que necessário e conforme o princípio da razoabilidade, a instituição têm por responsabilidade viabilizar o acesso dos discentes aos recursos e ferramentas tecnológicas e físicas e que envolvam o uso de equipamentos, seja proporcionando as adaptações necessárias e/ou oferecendo alternativas compatíveis;

- acessibilidade atitudinal: inclui ações de fomento à diversidade e à inclusão como estratégias de enfrentamento de atitudes estereotipadas e preconceituosas que possam comprometer a qualidade das interações interpessoais e institucionais no contexto da vida acadêmica dos discentes em geral. A qualidade da vida acadêmica está diretamente relacionada a um ambiente institucional que fomente a solidariedade, a fraternidade e a comunhão entre os diferentes.

- acessibilidade comunicacional: apoio à implementação de ações que utilizem e reforcem diferentes estratégias de fomento à comunicação, com o uso de linguagens diversificadas, claras e acessíveis. Tais ações favorecem o acesso às informações compartilhadas, assim como a interação com as mesmas e a devida contribuição para a formação integral de todos os membros da comunidade acadêmica.

- acessibilidade arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.

- acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Dentre as várias ações de acessibilidade desenvolvidas no âmbito do NIOP é possível identificar: a organização e preparação da infraestrutura logística e física junto aos demais setores e serviços da Universidade, de forma a assegurar e disponibilizar o apoio necessário quando de ações específicas, bem como promover conhecimentos sobre acessibilidade.

A adequação curricular deverá ser produzida de forma individual a partir da configuração e avaliação das necessidades educacionais diferenciadas, apresentadas pelo estudante e em consonância com a avaliação da equipe técnica do NIOP, da

participação de docentes e Coordenação do respectivo Curso ao qual o estudante esteja vinculado, e dos recursos institucionais disponíveis.

Em linhas gerais, a adequação a ser proposta e organizada pelo NIOP com os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas deverá contemplar duas grandes referências, entendendo que as adequações se caracterizam como respostas educacionais de enfrentamento às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes. Podem ser caracterizadas com adequações pontuais e transitórias aplicadas a situações cotidianas do cenário universitário, ou exigir recursos diferenciados e/ou de longo alcance frente a dificuldades mais intensas e persistentes.

Em linhas gerais os objetivos da adequação curricular devem compreender um processo de “planificação pedagógica” (BRASIL, 2003) a partir da avaliação conjunta da equipe técnica com os estudantes e os respectivos docentes e coordenações de curso de forma a conjuntamente definirem claramente:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- a identificação das formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o estudante.

Os pontos de partida para essa avaliação e consequente proposição das adequações curriculares necessárias serão: o Projeto Pedagógico do respectivo curso ao qual o estudante está vinculado, assim como as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação profissional correspondente. As adequações curriculares deverão ser propostas e operacionalizadas a partir da interação entre as necessidades do estudante e os recursos e possibilidades institucionais disponíveis e indicadas pela equipe técnica do NIOP. Essa adequação pode ser progressiva e regular tendo como finalidade o favorecimento da promoção de autonomia e independência do estudante frente ao seu processo de aprendizagem e a sua formação profissional.

Cumpra-se destacar que as ações de inclusão e atenção ao discente realizadas pelo Núcleo visam contemplar os discentes durante toda a sua trajetória acadêmica. O acompanhamento deve ser feito durante todo curso, mediante a formalização do cadastro discente junto ao NIOP e a apresentação de laudo/relatório médico atualizado (com validade de 1 ano, exceto em casos de deficiências sensoriais e físicas).

A partir do cadastro formal do discente junto ao Núcleo os respectivos Coordenadores(as) e docentes que acompanham semestralmente os discentes em seus cursos e disciplinas são informados sobre as necessidades educacionais desses estudantes. O informe visa orientar e acompanhar os docentes na necessidade de adequação e adaptação de suas respectivas práticas pedagógicas de tal forma a assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de

condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

É fundamental que estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação e fomento às diferentes ações de acessibilidade citadas sejam realizadas com a regularidade necessária para garantir a qualidade nos serviços prestados, e/ou os ajustes necessários. Reforçando sempre que possível a necessidade do desenvolvimento da consciência inclusiva na Universidade e para além dela.

Além do NIOP, a UCB disponibiliza para a comunidade acadêmica outros serviços que visam acolher, e dar apoio e atenção ao discente de maneira a viabilizar uma vida acadêmica que lhe permita explorar todo seu potencial, e cujo foco seja de fato a formação integral desse estudante.

A própria concepção pedagógica dos cursos contribui para que o estudante receba toda a atenção de que necessita logo ao chegar à Universidade. Os componentes curriculares nos primeiros semestres trazem em sua gênese a proposta de que o estudante será acolhido em um contexto diferenciado de estudo, que é a Educação Superior e, dessa forma, terá uma visão do que é Universidade e condições de compreender os sentidos da formação acadêmica, ambientando no espaço da Universidade e conhecendo as melhores práticas de comunicação no meio acadêmico.

O estudante é, ainda, estimulado a participar de eventos internos e externos e de projetos de pesquisa e/ou extensão que irão compor sua formação acadêmica como componente curricular, tendo carga horária reconhecida para a integralização de seu curso. Eventos e atividades acadêmicas de relevância são divulgados pelos cursos a seus estudantes, bem como as possibilidades de intercâmbio.

No que tange ao processo de intercâmbio, os cursos contam com o apoio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem como missão estimular o processo de internacionalização da Universidade Católica de Brasília. O estudante participante de tais programas é beneficiado com a isenção de taxas escolares durante sua permanência no exterior. Outro instrumento de estímulo para a participação dos estudantes em ações de mobilidade internacional é a oferta de bolsas de estudo em parceria com instituições conveniadas à UCB.

A UCB conta também com o Projeto de Relacionamento Estudantil (PRELEST) tem por objetivo contribuir para a articulação e formação política e cidadã dos estudantes, em uma perspectiva de fortalecer o movimento estudantil na UCB, através de projetos de formação, de espaço de diálogo e reflexão sobre as questões fundamentais que envolvem a Educação Superior e a Universidade, tendo em vista uma educação de qualidade e o protagonismo juvenil. O PRELEST apoia e acompanha as ações das entidades estudantis: Centros e Diretórios Acadêmicos, Ligas Acadêmicas e Associações Atléticas. A Pró-Reitoria Acadêmica e os cursos são responsáveis pelo suporte às ações de mobilização e representação estudantil.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos tratam dos interesses; apresentam e discutem ideias; reúnem os estudantes; solucionam problemas; reivindicam direitos, realizam acolhimentos aos calouros e podem promover eventos em parceria com a coordenação dos cursos.

As Ligas Acadêmicas são constituídas por meio de grupos de estudantes com interesse acadêmico comum que se reúnem para realizar atividades práticas e teóricas sobre um Tema ou Unidade Curricular do curso de origem, sob supervisão de um ou mais docentes da UCB. As ações consistem em criar grupos de estudos; organizar e ofertar palestras, minicursos e ações solidárias, em consonância com a coordenação dos cursos.

Outra modalidade de agremiações são as Associações Esportivas, conhecidas por Atléticas, formadas por grupos de estudantes atletas, organizadas por curso ou universidade, sob a liderança da Liga Geral da UCB. A Liga Geral tem o objetivo de acompanhar, orientar e apoiar às associações atléticas da UCB nas atividades esportivas e encaminhamentos às autoridades. Já as Atléticas fomentam o esporte no âmbito dos cursos e da Universidade, promovem a participação dos estudantes em jogos universitários e selecionam equipes de diversas modalidades.

Todos os cursos de Graduação da UCB elegem representantes de semestre, buscando promover a escuta ativa dos seus estudantes. A representação de semestre é exercida, única e exclusivamente, em ambientes acadêmicos da UCB. A UCB destaca de modo específico, as seguintes contribuições da função de representante de semestre:

- I - permitir a participação do corpo discente, de maneira mais intensa, no processo acadêmico;
- II - viabilizar a representação dos alunos junto à Coordenação de Curso e aos outros setores da UCB, por delegação do coordenador;
- III - ampliar e facilitar a comunicação entre o corpo discente e os docentes, coordenação e direção.

Em relação ao acompanhamento de egressos, a Universidade Católica de Brasília segue os princípios de relacionamento continuado e de parceria pedagógica estratégica. O princípio de relacionamento continuado (PRC) refere-se ao postulado de que o acompanhamento dos egressos é apenas uma das etapas de um processo ou sistema de relacionamentos da Instituição. Esse processo ou sistema inicia-se ainda antes da entrada do estudante na UCB, na parceria entre Escolas de Educação Básica e os Cursos. A segunda etapa dá-se quando da passagem do estudante pela instituição. A terceira consiste na oferta de serviço de apoio dado especificamente aos estudantes da Graduação, atendendo às especificidades de cada um deles. Por fim, a última etapa do processo de relacionamento continuado consiste no acompanhamento dos egressos, por meio da manutenção de vínculo com a Universidade.

O princípio de Parceria Pedagógica Estratégica (PPE) é referente ao postulado de que o protagonismo do estudante (preconizado pelos fundamentos das metodologias de aprendizagem ativa) não é interrompido ou finalizado com a cerimônia de colação de grau. Na UCB, os egressos são concebidos e tratados como um rico cabedal de conhecimentos sobre a Universidade e seus cursos, sobre o mercado de trabalho e as demandas da sociedade, e sobre os diferentes setores da economia nos quais os egressos estão diretamente inseridos e atuando.

Pelas razões acima, o capital de conhecimento dos egressos é tido na UCB como insumo fundamental para retroalimentar o seu sistema de ensino e de aprendizagem e para o repensar de suas práticas didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão. Desse modo, os egressos são vistos não como “ex-estudantes”. Para muito além disso, são tidos como “parceiros” privilegiados da Instituição, a qual beneficiam e por meio da qual são beneficiados.

A operacionalização da política de acompanhamento de egressos dos cursos de Graduação da UCB se dá por meio de quatro canais ou ferramentas:

a. Encontros e participação de Egressos e Concluintes em atividades dos Cursos

Os encontros e a participação de Egressos em atividades dos cursos são estimulados institucionalmente, promovendo entre os estudantes do curso a divulgação e a troca de experiência com profissionais egressos de destaque no mercado de trabalho, por um lado, e fortalecendo o vínculo e favorecendo a formação continuada, por outro.

Outro serviço de apoio que merece destaque é a Ouvidoria, uma instância de constante diálogo com a comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando para soluções as manifestações desta. Cabe à Ouvidoria administrar com independência, imparcialidade e autonomia toda a demanda do setor, dialogando constantemente com os demais gestores, tanto da área acadêmica quanto da administrativa e outros agentes externos na busca de respostas e soluções às questões que lhe são formuladas.

3. Políticas de inclusão e de acessibilidade

Segundo a legislação brasileira, o termo acessibilidade é definido como “possibilidade e condição de alcance para utilização, como segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência” (BRASIL, 1994).

A partir dessa definição, pode-se considerar que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a seus usuários. Sabe-se que a dificuldade de acesso não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez e lactantes.

Semestralmente, são verificadas as condições de acessibilidade dos espaços de uso e passagens de áreas livres da UCB, seguindo orientações das normas de acessibilidade NBR 90/50. Isso contribui para que os setores específicos que cuidam da infraestrutura façam a manutenção adequada das rotas de passagens da pessoa com deficiência física, por exemplo, ou para a verificação e ajuste de qualquer barreira nas edificações e mobiliário.

A Universidade Católica de Brasília atende aos critérios de acessibilidade especificados na Portaria Federal Nº 3.284/2003 e do Decreto 6581/08, possibilitando ao estudante, ao colaborador e ao público com deficiência, autonomia nos espaços de aprendizagem, de atendimento ao público e nas demais áreas do espaço acadêmico.

Em atendimento a essa demanda por inclusão e permanência de seus estudantes, a UCB oferece inúmeras ações, criando as condições para que todos usufruam em plenitude de todas as oportunidades de aprendizagem e formação. Os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013, p. 36-39) apresentam um quadro síntese com o espectro de acessibilidade, sua definição e prática/exemplos relacionados às IES, o qual reproduzimos abaixo, indicando as ações realizadas institucionalmente para atender aos requisitos legais previstos no documento em epígrafe:

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	A UCB investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, e em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais. Há uma evidente preocupação institucional com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas. Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em as palestras

		abertas ao público interno e externo contam com intérpretes de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes. A UCB também atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência.
Acessibilidade arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	O espaço físico da UCB foi projetado para atender a diferentes necessidades de sua comunidade acadêmica, contando com: - rampas de acesso em vários pontos da área externa da Universidade e, na área interna dos edifícios, rampas ou elevadores, possibilitando a circulação; - vagas nos estacionamentos próximas às rampas e porta de acesso aos blocos, que permitem o embarque e desembarque de pessoas em condição de mobilidade reduzida; - adaptações dos banheiros estão de acordo com as exigências arquitetônicas de acessibilidade. Há adaptações nas bancadas (lavabos), algumas portas são de estilo sanfonadas (PVC), o que permite o acesso de cadeiras de rodas; as barras de apoio encontram-se fixadas à parede; o vaso sanitário é de modelo comum com altura adaptada; e há espaço condizente para locomoção das cadeiras de rodas; - existem bebedouros adaptados na área de circulação interna e telefones públicos em todos os blocos e uma unidade de telefone público próprio para deficientes auditivos (TDD); - há também mobiliário adaptado nas salas de aula.
Acessibilidade pedagógica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.	Os estudantes da UCB com deficiências são encaminhados atendidos e recebem a apoio e orientação inclusiva realizada por profissionais, contando com tratamento acolhedor e especializado. A eles são disponibilizados: acesso a <i>Softwares</i> que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; leitores e transcritores; entre serviços e apoios outros. Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante, criando uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem.

		O atendimento inclusivo na UCB desenvolveu materiais informativos e orientações específicas ao docente que recebe em sua turma o estudante com deficiência, além de desenvolver oficinas e atividades formativas que são realizadas nas semanas e jornadas pedagógicas realizadas semestralmente. Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente acerca do processo de adaptação curricular e do atendimento aos estudantes com deficiência e distúrbios de aprendizagem.
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).	A UCB promove processos de sensibilização como a inclusão componentes curriculares específicos institucionais para a formação dos estudantes, como: LIBRAS e outras unidades curriculares de formação geral e humanística, além de diferentes ações que tratam do respeito à diversidade, às relações étnico-raciais e de gênero, etc. Ademais, promove recorrentemente eventos de conscientização e informação sobre as temáticas da inclusão e os direitos que vão sendo paulatinamente agregados a essa população. Cuida ainda dos estudantes que chegam com dificuldades advindas da formação precária ao ofertar como mecanismos de nivelamento, e monitorias.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	A UCB conta com a presença de intérpretes e letores na sala de aula, em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade. Investe na acessibilidade às formas digitais de comunicação com a comunidade interna e externa.
Acessibilidade digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	A UCB promove todas as condições para que os recursos digitais para facilitar a aprendizagem do estudante sejam disponibilizados de forma fácil e rápida. No portal da UCB, evidenciam-se as condições de acessibilidade visual, como aumento de fonte, alteração de cor. Os estudantes também recebem suporte técnico para utilização plena dos recursos digitais no AVA, os quais são adaptados de

		acordo com a necessidade e realidade do estudante. Para os estudantes com deficiência visual, os recursos oferecidos são: <i>scanner</i> acoplado ao computador, régua de leitura, kit de escrita Braille com prancheta, reglete, punção e folhas Braille; digitalização de textos; leitor e transcritor; impressão em Braille em parceria com a Biblioteca Braille de Taguatinga – Dorina Nowill. Está ainda disponível, no Sistema de Biblioteca da UCB, o total geral de 203 exemplares em Braille (coleções de livros, periódicos e folhetos). Em audiolivros, são 144 gerais de títulos e 198 exemplares.
--	--	---

Como se pode constatar, a UCB, em conformidade com os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (2013, p. 5), contribui efetivamente para “materializar os princípios da inclusão educacional que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes”.

4. Gestão do curso

4.1 Perfil da Coordenação de curso

O delineamento atual do PPI da UCB conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas.

4.2 Processos de avaliação interna e externa do curso

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação Institucional, a avaliação do curso de Medicina da UCB é periódica e continuamente avaliado por meio dos instrumentos internos (avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Sistema Interno de Avaliação do Estudante - SIAE) e pelas avaliações externas (avaliações do MEC).

A Avaliação Institucional na UCB realiza-se mediante a articulação dos seguintes processos:

a) avaliação externa: compreende as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou outros órgãos e contempla, entre outras, a avaliação da Instituição, as avaliações de curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

b) autoavaliação: compreende os processos avaliativos realizados pela própria UCB e inclui a análise dos relatórios gerados pelas avaliações externas. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que define a metodologia, os procedimentos e os objetivos dos processos avaliativos, bem como constrói e avalia a proposta da autoavaliação.

A autoavaliação dos cursos de graduação presenciais é realizada semestralmente via processo eletrônico e aberta aos estudantes e docentes dos cursos.

O objetivo é subsidiar a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem e dos recursos e métodos didático- pedagógicos. Os instrumentos de autoavaliação são analisados e organizados pela CPA e avaliam as seguintes dimensões: o componente curricular; as estratégias de ensino; as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a atuação da coordenação de curso. Os instrumentos são elaborados de forma que o preenchimento seja facilmente realizado e possibilite resposta rápida.

Também compõem a autoavaliação dos cursos de graduação:

- os aspectos relacionados à Instituição, como a infraestrutura física, os serviços oferecidos e prestados, a comunicação institucional, entre outros. Eles são analisados permanentemente por meio do formulário da Avaliação de Serviços e Infraestrutura no site da UCB, possibilitando aos estudantes, professores e técnico-administrativos o envio de sugestões, elogios e críticas durante todo o ano, agilizando a resolução de eventuais problemas identificados;
- a Pesquisa de Satisfação, aplicada a cada dois anos e que verifica a satisfação dos estudantes;
- a Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos no curso verifica a contribuição da UCB na formação e trajetória profissional dos diplomados.

Os instrumentos de avaliação são aplicados com o apoio técnico-operacional do setor de Avaliação e Regulação, com acompanhamento da CPA. Os estudantes são estimulados a participar e são informados sobre os períodos de avaliação por meio de campanhas. A participação no processo é democrática e voluntária.

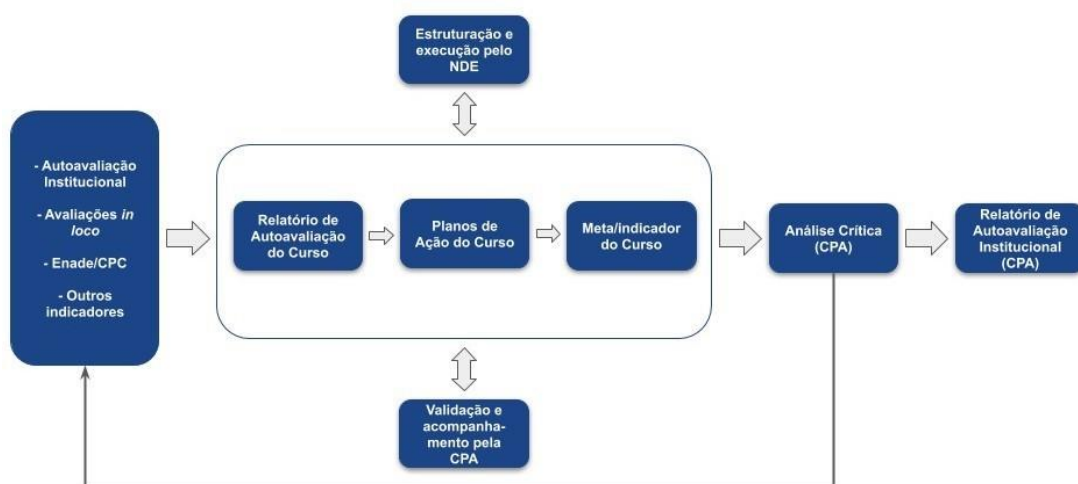
A partir do resultado dessas avaliações a coordenação do curso decide que ações promover, juntamente com o NDE, de modo a resolver todas as necessidades apontadas. Além disso, o coordenador do curso mantém abertos diversos canais que possibilitam o diálogo com os estudantes, professores e funcionários administrativos. Em cada turma são apontados dois representantes discentes que se comunicam diretamente com a coordenação do curso e o NDE. Entre os professores, é escolhido também aquele que representará duas turmas, para que faça a interlocução dos demais professores daquelas turmas com a coordenação. Em acréscimo, reuniões periódicas

com o NDE, Colegiado e Centro Acadêmico balizam a relação dialógica que a coordenação do curso tanto preza. Finalmente, há a opção de contato direto dos estudantes e professores– seja pessoalmente ou por meio virtual – com o coordenador do curso ou a assessoria pedagógica.

Como resultado dos processos de avaliação externa e da autoavaliação são elaborados planos de ação a serem implementados visando à qualificação e ao aperfeiçoamento contínuo do curso e da qualidade dos serviços prestados pela UCB. Nas reuniões do Conselho de Curso em que estão presentes representantes dos discentes é apresentado o planejamento para atendimento das sugestões ou demandas oriundas dos processos avaliativos.

Da autoavaliação dos cursos resulta o Relatório de Autoavaliação Institucional, redigido pela CPA e enviado eletronicamente ao Ministério da Educação de acordo com as regulamentações vigentes. A figura 15 demonstra o fluxo de análise dos resultados das avaliações.

FIGURA 15 – Fluxo de análise dos resultados das avaliações



A divulgação dos resultados dos processos de avaliação é realizada por meio da página da Avaliação Institucional no *site* da UCB; em notícias no *site* da UCB e nas redes sociais; em reuniões periódicas entre a Reitoria e a comunidade discente; e em reuniões semestrais da Reitoria com representantes de turma; entre outros.

5. Colegiado do Curso e Perfil do Núcleo Docente Estruturante

O Colegiado de Curso corresponde a um fórum que tem por finalidade promover a racionalização e a otimização dos procedimentos pedagógicos e administrativos, por meio da discussão e deliberação sobre assuntos referentes ao cumprimento da missão, visão de futuro e valores da UCB, bem como do cumprimento das propostas constantes no PPC.

O Colegiado do Curso é um órgão representativo de caráter consultivo cuja composição e critérios de representatividade são definidos por cada curso.

No Curso Superior de Agronomia, o Colegiado de Curso é formado por:

- docentes vinculados ao curso;
- representantes do corpo discente;
- representante do corpo técnico-administrativo.

Compete ao Colegiado de Curso assessorar a Coordenação do curso na administração dos assuntos acadêmicos, bem como encaminhar à Coordenação do curso assuntos de ordem ética e disciplinar no âmbito do curso. O Colegiado do curso se reúne, ordinariamente semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação do curso ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos seus membros.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. (Resolução CONAES n. 01/2010, art.1).

O PPC passa por avaliações do NDE, tendo como ponto de partida os relatórios anuais da Comissão Própria de Avaliação, que contempla os resultados da avaliação institucional, os relatórios do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), do último ENADE e das visitas in loco de avaliadores do INEP. Estas informações e dados subsidiam as reuniões do NDE para reavaliação do Projeto e de sua aderência com o mercado de trabalho e o marco legal vigente.

Os critérios para a constituição do NDE, seu papel, função e atuação estão descritos no Regulamento Geral da Graduação.

6. Perfil do Corpo docente

O corpo docente da UCB é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos:

- conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos;
- estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem

interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução;

- valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas;
 - manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem;
- utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania;
- dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações;
- dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O perfil docente descrito confere homogeneidade e identidade ao curso, mantendo-se coerente com o perfil do educador descrito no PPI. Homogeneidade, contudo, não implica ausência de diversidade. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes experiências profissionais e acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

7. Formação Continuada Docente

A formação continuada docente na UCB tem privilegiado a reflexão e a problematização da prática docente a partir de sua articulação com o PPI e com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), fomentando o planejamento do ensino com foco na aprendizagem ativa e no protagonismo do estudante. Assim, convidamos nossos professores a assumirem a prática docente como objeto de sua curiosidade, questionando-a e reelaborando-a permanentemente na busca de sua qualificação. Este movimento de ação-reflexão-ação, por sua vez, se dá tanto no âmbito individual, da prática de cada professor, quanto no âmbito coletivo, através da promoção de espaços de colaboração e socialização de boas práticas e de experiências exitosas.

Objetivo Geral

Realizar um processo formativo que valorize a atualização e o aprimoramento contínuo da prática docente, buscando garantir a qualidade e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela UCB.

Específicos

- a. Promover a articulação do planejamento docente com o PPI e com o PPC, compatibilizando as concepções de aprendizagem no desenvolvimento do perfil de egresso;
- b. Fomentar os professores ao desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas docentes, tendo a aprendizagem ativa como foco do planejamento das atividades de ensino;
- c. Estimular os professores ao questionamento e à elaboração do fazer docente;
- d. Incentivar o uso de tecnologias educativas como facilitadoras do processo de aprendizagem;
- e. Estimular a interação entre professores, a partir da reflexão, discussão e socialização das práticas docentes;
- f. Promover a reflexão sobre a prática docente, reconhecendo os desafios da educação superior, e a realidade como complexa e marcada pela diversidade;
- g. Favorecer a articulação entre o contexto pedagógico e a avaliação contínua do desempenho discente e docente;
- h. Estimular os professores no engajamento pela transformação da sociedade, por meio de suas práticas educativas.

O Plano de Formação Continuada Docente se organiza a partir de 03 (três) eixos:

- Reflexão sobre a prática: a partir do fazer concreto dos professores nos diferentes espaços de aprendizagem, refletir sobre como percebem a própria atuação e promover a busca por diferentes soluções para os desafios do cotidiano educativo.
- Atualização, qualificação e aperfeiçoamento: realização de estudos, discussão e vivências que promovam a adoção de novas práticas, por meio da socialização de conhecimentos e experiências positivas, inspirando novas reflexões e práticas que respondam de forma mais efetiva aos desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes espaços de aprendizagem.
- Elaboração e reelaboração das práticas docentes: adoção efetiva de novas práticas alinhadas ao perfil docente delineado no PPI, e que promovam a autoria, a autonomia e o protagonismo discente na construção da aprendizagem ativa e significativa.

Para efetivação e articulação desses eixos são desenvolvidas diferentes ações:

- a. Acolhida docente: realizada no início de cada semestre e que tem como propósito mobilizar, despertar a reflexão e inspirar novas práticas aos professores;
- b. Reuniões docentes: realizadas ao longo do semestre e que objetivam o debate e a troca de experiências entre os docentes;

- c. Oficinas e formações: realizadas principalmente no início e final de cada semestre, tem como propósito a atualização, a qualificação e o aprofundamento de conhecimentos didático-pedagógicos;
- d. Orientações e debate em espaço virtual docente, disponível permanentemente, onde podem ser acessados documentos institucionais, como o Guia de Orientação para a Docência Centrada na Aprendizagem Ativa e a utilização de ferramentas de tecnologia para a facilitação da aprendizagem.

As atividades de formação continuada são realizadas especialmente nos períodos destinados às atividades pedagógicas e de formação docentes, previstas no Calendário Acadêmico. Ao longo de todo ano ainda são organizadas e ofertadas atividades de formação continuada de acordo com as demandas e necessidades identificadas juntos aos Cursos, considerando o interesse, as necessidades e a disponibilidade dos docentes.

Resultados Esperados:

- Reflexão crítica contínua acerca da prática docente frente aos desafios da Educação Superior no Brasil;
- Percepção da prática docente como fundamento essencial do processo de construção do perfil de egresso do curso e da UCB;
- Articulação e alinhamento entre as práticas docentes, o PPI e o PPC;
- Utilização crítica e consciente de metodologias de aprendizagem ativa;
- Difusão e uso de tecnologias educativas por professores e estudantes;
- Melhoria das práticas docentes, verificadas pela avaliação institucional, e da aprendizagem discente, observada nas avaliações internas e externas.

A formação docente também participa do processo de acolhida e adaptação do docente recém-contratado. A Coordenação Acadêmica disponibiliza aos docentes um espaço de interação, troca de experiências e formação on-line no ambiente virtual de aprendizagem.

Além das Oficinas e Formações já realizadas para o público docente, com foco nas atividades de ensino, são ofertadas ainda formações específicas para docentes em funções de Gestão (Coordenadores de Curso e Assessores) e NDEs. Estas formações têm como temáticas especiais: Planejamento Estratégico, Planejamento e Acompanhamento do trabalho docente (PPC e Plano de Ensino); Acompanhamento e Avaliação de Cursos (Avaliações internas e externas), Avaliação da aprendizagem e relatórios ENADE e Tecnologias aplicadas à Gestão Acadêmica.

8. Corpo técnico-administrativo

Entende-se que o corpo técnico e administrativo da UCB é parte integrante e fundamental na consolidação dos objetivos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UCB. Assim, o perfil desse funcionário relaciona-se com:

- criação de uma responsabilidade coletiva, partilhada com todos os atores do processo de formação, por meio da colaboração;
- compromisso com o desenvolvimento profissional para o bom desempenho das suas atividades na UCB;
- compromisso com a sustentabilidade e conservação do patrimônio da UCB e dos recursos físicos sob sua responsabilidade;
- cuidado no trato e encaminhamento dos processos e trâmites documentais, fornecendo e divulgando informações pertinentes, com respeito ao sigilo e privacidade exigidos.

A UCB oferece regularmente cursos que visam à contínua formação de seus funcionários.

9. Política de atendimento ao docente e ao corpo técnico-administrativo

O cuidado, o respeito, a valorização e o acolhimento são aspectos centrais nas relações humanas, pessoais, profissionais e acadêmicas no âmbito da Universidade. A comunidade acadêmica, de forma geral, e seus educadores - docentes e técnico-administrativos, de forma especial, zelam pela construção e manutenção de um ambiente amistoso e acolhedor, onde as relações se estabeleçam de forma afetuosa. Esta perspectiva deve inspirar todos os processos, os procedimentos e as comunicações que se estabelecem e se desenvolvem na UCB.

Neste sentido, diferentes espaços de acolhimento, escuta e apoio foram instituídos na universidade e servem para a melhoria permanente do clima organizacional, bem como da promoção e qualificação dos processos educativos que se realizam na UCB. No que diz respeito ao corpo docente, a Pró-Reitoria Acadêmica é o eixo deste processo, zelando pelas políticas de atenção e valorização do corpo docente. Já o corpo técnico-administrativo encontra na Pró-Reitoria Administrativa as diretrizes e ações de promoção do cuidado e da melhoria do ambiente de trabalho e de valorização das pessoas.

São instâncias importantes neste processo: os gestores em seus diferentes níveis, a Coordenação de Pastoral, a Ouvidoria, a Comissão Disciplinar, os serviços de atendimento e apoio à comunidade acadêmica e a Coordenação de Recursos Humanos, como articuladora das políticas institucionais voltadas para os educadores (docentes e administrativos).

Em nível macro, todos os educadores da UCB são assistidos e orientados pelas políticas institucionais da Mantenedora que, amparadas nos valores cristãos e nos carismas de seus santos fundadores, apresentam à comunidade acadêmica os parâmetros que regem suas relações e seus processos. Exemplos importantes destes parâmetros podem ser encontrados na política de contratação e dispensa de colaboradores, no código de conduta ética, na política de segurança da informação e na política de incentivo à qualificação.

- Política de Contratação e Dispensa dos Colaboradores

Objetivos: Incentivar processos e soluções justos, eficientes e equitativos, de acordo com a legislação vigente para os conflitos decorrentes de relações de trabalho relacionadas com a contratação e dispensa de colaboradores; apoiar os gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para a contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa de colaboradores sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e com as convenções sindicais que regulam esse tema; definir as diretrizes para a realização de contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa sejam realizadas de forma transparente, ética, justa, segura, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

- Código de Conduta Ética

Objetivos: Fortalecer a cultura ética da Organização, elevando o nível de confiança, respeito e solidariedade em todas as suas relações internas e externas; administrar, prevenindo, reduzindo ou eliminando conflitos de interesse entre pessoas e grupos ou áreas da instituição; servir de referência na avaliação de eventuais violações das Normas do Código de Conduta Ética; preservar a imagem e a reputação da instituição ante as comunidades na quais atua.

- Política de Segurança da Informação

Objetivos: Assegurar a proteção de nossas informações e nossos sistemas de informação incluindo-se, mas não se limitando a: computadores, dispositivos móveis, equipamentos de rede, software e dados; e a mitigação de riscos associados com o roubo, perda, mau uso ou dado aos nossos sistemas; fornecer um ambiente de trabalho e sistemas de informação protegidos e seguros para colaboradores, alunos e quaisquer outros usuários autorizados; assegurar que todos os nossos usuários autorizados compreendam e cumpram esta política e quaisquer outras políticas, normas, procedimentos relacionados, e também trabalhem de acordo as melhores práticas; certificar que todos os usuários compreendam suas próprias responsabilidades para proteger a confidencialidade e a integridade dos dados que eles acessam; proteger nossa organização de uma eventual responsabilização ou de eventuais danos sobre o uso indevido de suas informações, sistemas de informação e recursos de TI; responder às demandas legais e institucionais sobre o assunto e iniciar um ciclo de melhoria contínua dos mecanismos de governança.

- Política de Incentivo à Qualificação

Objetivos: Manter elevados padrões de desempenho no trabalho; melhorar a compreensão dos fatores que afetam o desempenho no trabalho; compartilhar ideias e divulgar boas práticas; melhorar a efetividade da gestão e a implementação de mudanças efetivas; construir equipes capazes e eficazes; aumentar a motivação e a satisfação dos colaboradores para o trabalho; facilitar o desenvolvimento profissional dos colaboradores; apoiar gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para o incentivo à qualificação dos colaboradores; assegurar que cada indivíduo seja encorajado a desenvolver seu potencial pessoal e profissional; assegurar que a aprendizagem ao longo da vida seja apoiada e incentivada para todos os colaboradores; proteger a instituição de eventuais litígios, sanções, responsabilizações ou eventuais inconformidades, ilegalidades decorrentes de eventuais incentivos à qualificação de colaboradores sem a observação da legislação e das normas em vigor; definir as diretrizes para a realização de incentivo à qualificação; assegurar que os incentivos à qualificação sejam realizados de forma transparente, ética, justa, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

Todos estes documentos se fundamentam numa perspectiva qualificada e humanizadora, atenta aos aspectos individuais e coletivos na defesa dos valores cristãos e na consecução de uma gestão acadêmica justa, transparente, coerente e eficaz.

A Coordenação de Recursos Humanos, em consonância com os princípios institucionais, tem como principal objetivo oferecer atendimento e encaminhamento de cunho trabalhista aos colaboradores do corpo técnico-administrativo e corpo docente, assim bem como, no desenvolvimento profissional.

Releva notar a obtenção do selo Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar), um indicador de gestão de pessoas em uma dada organização, obtido a partir de uma pesquisa com os colaboradores, para avaliar uma série de critérios relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional e gestão de pessoas.

Em 2022 as Unidades de Missão da UBEC participaram da pesquisa, onde foram avaliadas as seguintes dimensões:

	Dimensões	Como elas atuam no ambiente de trabalho
Credibilidade		• Comunicação informativa e acessível • Competência na condução de pessoas e negócios • Integridade e consistência na condução da visão
Respeito		• Envolvimento em decisões relevantes • Reconhecimento • Apoio para desenvolvimento profissional
Imparcialidade		• Equidade e equilíbrio no reconhecimento • Ausência de favoritismo • Justiça no tratamento
Orgulho		• Orgulho do trabalho realizado individualmente • Orgulho do trabalho realizado coletivamente • Orgulho da imagem e atuação da empresa na comunidade e mercado
Camaradagem		• Espaço para ser espontâneo • Ambiente amigável e hospitaleiro • Sentimento de "família" ou "equipe"

Cada dimensão foi avaliada a partir das visões da empresa e de área. A Visão da Empresa (VE) representa a percepção dos colaboradores em relação à empresa como um todo. Já a Visão da Área (VA) corresponde à área de trabalho e ao gestor imediato.

Os resultados da pesquisa apontam que 80% (oitenta por cento) dos funcionários reconhecem o Grupo UBEC como um ótimo lugar para trabalhar.



**UNIAO BRASILEIRA
DE EDUCACAO
CATOLICA**

Atualizado em novembro de 2022.



dos funcionários dizem
que este é um ótimo
lugar para trabalhar

IV. INFRAESTRUTURA

1. Instalações gerais

A instituição reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes espaços acadêmicos e extrapola o ambiente da sala de aula tradicional. Entretanto, não há como negar que, na atualidade, a sala de aula ainda se revela um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para atender a comunidade universitária, a sala de aula dos tempos modernos precisa incorporar elementos de conforto ambiental e de modernização, a exemplo de equipamentos e ferramentas tecnológicas tais como recursos audiovisuais, internet, entre outros. Esses elementos viabilizam a utilização de novas metodologias de ensino e imprimem uma nova dinâmica às aulas, motivam estudantes e professores e elevam a qualidade do ensino.

A UCB tem 18 blocos de edifícios, 5 auditórios, 2 ginásios, 2 bibliotecas e espaços que permitem a formação integral de acordo com o perfil do egresso de seus cursos, conta com 160 laboratórios, sendo que destes, 61 são de uso comum e 99 de uso

específico e continua o seu projeto de expansão, inovação, alta tecnologia agregada ao ensino de qualidade com os novos espaços:

- **Laboratório Colaborativo de Ideias (Colabid)**, em que parte do conceito co-working para se situar como um ambiente voltado para o desenvolvimento de processos criativos;

- **Startup Católica**, uma sala que acolhe empresas selecionadas pelo programa de pré-aceleração que ajuda no amadurecimento dos projetos e na sua transformação em negócios;

- **Laboratório de Empreendedorismo**, novo espaço de conhecimento, ensino e pesquisa da Universidade em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

- **Laboratório de Nanobiotecnologia**, um dos mais importantes e completos do Brasil (em construção).

A **Seção de Laboratórios de Informática (SLAB)** oferece aos alunos e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de Informática, instalados nos Câmpus Taguatinga. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade:

- disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de monografias, trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet;
- apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais;
- oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes.

Das 04 salas públicas, uma é preparada e equipada exclusivamente para os estudantes dos cursos de Tecnologia de Informação que encontram neste espaço todas as características e *softwares* específicos do seu curso.

Os outros 17 laboratórios são destinados ao desenvolvimento das aulas, utilizados pelos mais diversos cursos, conforme descrição a seguir:

LABORATÓRIOS	ESPECÍFICO			LOCALI- ZAÇÃO	ÁREA (M²)	CAPACI- DADE
	FG/B	FP/E	PP/PSC			
Laboratório de rede de computadores		X		C103	77	30
Laboratório de Informática – Perícia Digital		x		B007	74	35
Laboratório de Informática	X	X		A013	52	27
Laboratório de Informática	X	X		B106	78	35
Laboratório de Informática	X	X		B107	78	34
Laboratório de Informática	X	X		C102	77	35
Laboratório de Informática	X	X		R01A	80	40
Laboratório de Informática	x	x		R01B	80	36
Laboratório de Informática	x	x		K033	40	21
Laboratório de Informática	x	x		K134	54	27
Laboratório de Informática	x	x		K261	54	21
Laboratório de Informática	x	x		M107	93	54
Laboratório de Informática	x	x		M108	80	44
Laboratório de Informática	x	x		M109	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M110	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M111	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M113	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M114	80	44

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, também demanda laboratórios bem equipados que respondam à pluralidade e às especificidades dos cursos oferecidos pela instituição no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, bem como a implantação de ações de inovação técnico-científica.

A Universidade, a partir de uma perspectiva de crescimento e atualização constantes, exige um contínuo redimensionamento da sua estrutura física, particularmente dos espaços de aprendizagem, de investigação e de cultura. Nesse sentido, a reorganização e a ampliação de espaços obedecem necessariamente a um projeto arquitetônico institucional, respeitando as diretrizes de mobilidade e acessibilidade, a harmonia das suas edificações, a criação de espaços acolhedores, as finalidades acadêmicas, e de conservação. Entre as inovações presentes, destacamos as salas de aula inovativas.

Recursos audiovisuais e multimídia

A Universidade dispõe de equipamentos audiovisuais tais como projetores, tela interativa, máquina fotográfica, filmadora, DVD e equipamentos de som para atender a demanda de professores e estudantes da instituição.

2. Espaços físicos utilizados para o desenvolvimento do curso

A Universidade Católica de Brasília conta com ampla estrutura física. Neste contexto, o curso dispõe de salas de aula com microcomputadores ligados à internet, recursos multimídia como data show e caixas de som, além de quadro branco.

Os estudantes também contam com auditórios nos quais são realizadas atividades das disciplinas e eventos científicos, que vão desde palestras com profissionais convidados externos à instituição a eventos científicos, amplamente incentivados pela instituição.

Além destes, o curso usufrui dos seguintes espaços:

- Sala de professores e sala de reuniões

A Universidade Católica de Brasília dispõe de quatro salas de professores, uma em cada um dos blocos: Prédio São João Batista de La Salle – Bloco Central (sala B108); Prédio São Gaspar Bertoni – Bloco M (sala M112); Prédio São Marcelino Champagnat – Bloco K (sala K241); Prédio Papa Francisco – Bloco S (sala S212). Atendem adequadamente aos requisitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade, instalações sanitárias e comodidades necessárias às atividades desenvolvidas.

- Gabinetes de trabalho para docentes

Em todas as salas de professores, existem gabinetes de trabalho para uso dos professores, com computadores e recursos de *software* e internet, além de espaços propícios a pequenas reuniões.

- Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.

O curso possui um espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e também para atender o estudante individualmente, além de computador recursos de *software*, internet e impressora.

- Salas de aula

A UCB dispõe atualmente de 129 salas de aula, equipadas com projetor, equipamento de som, computador com monitor e acesso à internet, 04 destas salas possuem projetor com tela interativa, e todas possuem mesas para os professores, cadeiras estofadas e sistema de ventilação ou ar-condicionado. A quantidade de salas atende a demanda de oferta dos componente curriculares dos cursos.

- Salas inovativas

Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza chromebooks para uso individual dos estudantes.

3. Laboratórios didáticos e ambientes de formação básica e específica do Curso de Agronomia

Os laboratórios citados a seguir foram equipados com mobiliário adequado, bem como recebem a necessária manutenção de iluminação e ventilação:

Laboratório de Química Orgânica

Bloco "M" 301

Área: 96,93 m²

Laboratório de Biologia Celular e Molecular

Bloco "M" 326

Área: 123,03 m²

Laboratórios de Microscopia

Localização: Bloco "M" salas 311 e 312

Área: 120,65 m²

Laboratório de Histologia e Embriologia

Localização: Bloco "M" sala 328

Área: 70,92 m²

Laboratório de Histopatologia

Localização: Bloco "S" salas 202 e 203

Área: 141,76 m²

Laboratório de Parasitologia

Localização: Bloco "M" sala 122

Área: 79,39 m²

Laboratório de Imunogerontologia

Localização: Bloco "M" sala 224

Área: 71,10 m²

Laboratório de Microbiologia

Localização: Bloco "M" salas 123 e 124

Área: 150,07 m²

Laboratórios para o estudo anatômico - Os laboratórios de Anatomia Humana encontram-se distribuídos em uma área de, aproximadamente, 600,00 m² e constituem-se em espaços apropriados para o ensino e para pesquisas anatômicas:

Museu de Anatomia

Localização: Bloco "M" 313

Área: 62,37 m²

Salas Teórico-Práticas de Anatomia

Localização: Bloco "M" 315/316

Área: 70,65 m² e 57,83 m², respectivamente

Laboratório Anatômico Descritivo

Localização: Bloco "M" 317
Área: 70,63 m²

Laboratório Anatômico Clínico
Localização: Bloco "M" 318
Área: 64,35 m²

Laboratório Anatômico Topográfico
Localização: Bloco "M" 319
Área: 52,20 m²

Laboratório de Anatomia Funcional
Localização: Bloco "M" 320
Área: 61,20 m²

Laboratório de Anatomia Radiológica
Localização: Bloco "M" 322
Área: 43,92 m²

Laboratório de Técnicas Anatômicas
Localização: Bloco "M" 323/324
Área: 66,40 m²

Laboratório de Osteotécnicas
Localização: Bloco "M" 325
Área: 26,55 m²

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB.

O Curso de Agronomia respeita a capacidade de cada laboratório em relação ao número de alunos nas aulas práticas, uma vez que, nessas, os professores prestam um atendimento mais individualizado aos estudantes, facilitado pela participação de estudantes monitores.

A UCB preocupa-se em garantir a segurança das pessoas que constituem a comunidade interna e externa à Universidade, cumprindo os preceitos legais sobre o tema, bem como a segurança e proteção ambiental no espaço interno e externo à Instituição. Assim, foram regulados os procedimentos de segurança na utilização dos Espaços de Aprendizagem Prático-Profissionais (EAPs). Todos os usuários dos laboratórios (professores, técnicos e alunos) utilizam obrigatoriamente os EPIs

(Equipamentos de Proteção Individual) de acordo com a especificidade do Laboratório. Os extintores de incêndio são conferidos e recarregados (se necessário) a cada semestre, de acordo com as normas técnicas correspondentes. Chuveiros e lava-olhos são averiguados e sua água é trocada semanalmente. Todas as capelas e bancadas são limpas, os lixeiros conferidos quanto a inexistência de luvas, rejeitos de reações ou vidraria quebrada após o término de cada aula prática.

Da mesma forma, a Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

Outra preocupação da UCB refere-se à comodidade e acessibilidade para seus usuários, com especial atenção para as pessoas com deficiência. Todos os prédios da Instituição dispõem de acesso específico, seja por rampas ou elevadores, desde a via pública à sala de aula. Os prédios possuem também banheiros adaptados, vagas específicas nos estacionamentos e sinalização de acordo com a NBR9050.

A Universidade prima pela atualização dos equipamentos a fim de garantir a quantidade, tipos de equipamentos; as condições de uso são adequadas e atendem às exigências de formação da área básica. As atualizações e aquisições de novos equipamentos, vidrarias e reagentes, bem como qualquer outra melhoria no espaço físico (consertos, ampliações, reformas, etc.) ocorrem em conformidade com o planejamento anual da instituição (orçamento). Este planejamento vem ocorrendo há vários anos e nele são contemplados todos os gastos necessários para atender a demanda do curso de Medicina e dos demais cursos que utilizam os laboratórios. Com o objetivo de fortalecer tal processo, a UCB trabalha de forma colegiada entre a coordenação do curso, Gerências e Pró-Reitorias Acadêmica e de Administração com vista a priorizar os melhores investimentos para seus cursos.

4. Biblioteca

Desde que foi instituído, o Sistema de Bibliotecas (SIBI) disponibiliza mecanismos de apoio ao processo pedagógico, implementando ferramentas utilizadas nas melhores bibliotecas universitárias do Brasil e exterior de modo a fornecer aos seus usuários subsídios para o desenvolvimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O SIBI também é responsável por reunir, organizar, preservar e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UCB.

O SIBI participa de redes de cooperação com instituições que produzem e oferecem acesso à informação especializada. Entre seus principais parceiros estão: ABEC Brasil, CAPES; CBBU; IBICT; OPAS/BIREME; ReBAP e Rede Pergamum.

O SIBI é constituído pela Biblioteca Central e pelos Polos de Atendimento de Ceilândia e Sobradinho. A Biblioteca Central executa de forma centralizada, para todo o Sistema de Bibliotecas, as atividades técnicas e administrativas para formação, desenvolvimento e manutenção do acervo bibliográfico. O atendimento aos usuários é oferecido pelas três unidades

A Biblioteca Central, localizada no Campus de Taguatinga, ocupa uma área de 4.197m², distribuídos em andar térreo e pavimento superior, e dispõe dos seguintes espaços:

- Sala Google: com capacidade para 50 pessoas, é destinada à realização de treinamentos, aulas, palestras e seminários, dispondo de um espaço inovador com 40 *chromebooks* e 1 retroprojeto.
- Sala Interativa *e. e. cummings*: com capacidade para 30 pessoas, foi criada em parceria com o Curso de Letras e a Embaixada dos Estados Unidos. Dispõe de lousa interativa e retroprojeto para apresentação de treinamentos, aulas, palestras e seminários.
- Sala Docente Prof. Nazareth: sala de uso exclusivo dos docentes da instituição, dispõe de uma mesa com capacidade para 12 pessoas.
- Cabines de Estudo em Grupo: são 25 cabines de estudo para uso exclusivo dos docentes e alunos regularmente matriculados.
- Áreas de Estudo Individual: diversas mesas de estudo individual estão distribuídas nos dois pisos da Biblioteca.
- Sala Audiovisual: sala destinada exclusivamente à reprodução de materiais da Coleção Multimeios, podendo ser usada em grupo ou individualmente, por docentes e alunos regularmente matriculados.
- Esquina da Ciência: espaço americano criado para divulgar e promover as ciências. Única no Brasil, ela é aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em obter mais informações sobre meio ambiente, tecnologia, saúde e muitos outros temas. Dispõe de materiais de apoio para ensino e aprendizado da língua inglesa, programas culturais e estudo nos Estados Unidos.
- Memorial Prof. Nazareth: espaço destinado à organização e registro dos fatos históricos da UCB. Tem como objetivo manter e preservar o patrimônio, material e imaterial, relacionado à instituição, e os bens a ela historicamente vinculados.

O acervo do SIBI é composto por aproximadamente 300 mil volumes, sendo eles: livros, folhetos, teses, dissertações, DVD, Blu-ray, CD-ROM, audiolivros, jornais, revistas

científicas e documentos eletrônicos. Além disso, o SIBI assina as seguintes bases de dados:

- ABNT Coleção: plataforma eletrônica que oferece acesso a várias normas técnicas nacionais e internacionais.
- Minha Biblioteca: plataforma que reúne mais de 10 mil livros eletrônicos publicados pelas principais editoras acadêmicas do Brasil. O acervo, em português, atende às bibliografias de mais de 250 cursos de Graduação.
- Portal de Periódicos da Capes: plataforma que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional. Oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

O SIBI também é responsável pela administração e alimentação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Repositório Institucional e do Portal de Revistas Eletrônicas da UCB, sistemas responsáveis por reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica da UCB.

5. Comitês de ética e pesquisa (CEP) e na utilização de animais (CEUA)

Princípios e Diretrizes

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília (CEP-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEP promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa em seres humanos poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEP-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética em Pesquisa. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos voluntários/participantes da pesquisa que estão sob guarda da

Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEP-UCB. Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEP-UCB deverão ser submetidos através do Sistema Plataforma Brasil, respeitando as normas exigidas pelo CEP-UCB.

É vedado a qualquer membro do CEP-UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

Funcionamento

O Comitê de Ética em Pesquisa se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros. As reuniões são realizadas com a presença mínima de metade mais um (50%+1) do total de membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do Comitê de Ética. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa apresentados para apreciação. As deliberações do CEP serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;

- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;

- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;

- Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;

- Suspensão: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa;

- Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEP na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo da CONEP, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEP, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEP-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa, o CEP-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:

Resolução CNS 510/16; Art. 1º Parágrafo Único.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Projetos que devem ser encaminhados para apreciação da CONEP:

Resolução CNS 466/12, IX.4

1. genética humana, quando o projeto envolver:

1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;

1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniada com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;

1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização *in vivo*;

1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);

1.5. pesquisas em genética do comportamento; e

1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;

2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados “participantes da pesquisa” todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:

- 2.1. reprodução assistida;
- 2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e
- 2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;
4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;
5. estudos com populações indígenas;
6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;
7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;
8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e
9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) utilizadas na apreciação ética.

Normativas

Resolução CNS 580/2018	Pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde – SUS https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf
Resolução CNS 510/2016	Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/reso510_07_04_2016.html
Resolução CNS 466/2012	Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Revoga a Resolução 196/96) https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso466_12_12_2012.html
Resolução CNS 441/2011	Armazenamento e uso de materiais biológicos armazenados em pesquisas (Revoga a Resolução 347/05) https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/Reso441.pdf

Resolução CNS 346/2005	Pesquisas multicêntricas do Grupo I https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/reso346_13_01_2005.html
Resolução CNS 340/2004	Pesquisa em genética humana https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/reso340_08_07_2004.html
Resolução CNS 304/2000	Pesquisas com povos indígenas http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Reso304.doc
Resolução CNS 303/2000	Pesquisas em reprodução humana https://bit.ly/3b7UfMj
Norma Operacional CNS nº 001/2013	Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf

*Segue link da página do CNS, contendo as resoluções: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns> (em 07/05/2021 às 14h).

Principais documentos para Submissão:

Conforme Norma Operacional CNS 001/13;

- a. Folha de rosto: todos os campos devem ser preenchidos, datados e assinados, com identificação dos signatários. As informações prestadas devem ser compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas deve conter, com clareza, o nome completo e a função de quem assina, preferencialmente, indicados por carimbo. O título da pesquisa será apresentado em língua portuguesa e será idêntico ao do projeto de pesquisa;
- b. Declarações pertinentes, conforme a lista de checagem apresentada no Anexo II da presente norma, devidamente assinadas;
- c. Declaração de compromisso do pesquisador responsável, devidamente assinada, de anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais;
- d. Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- e. Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação; forma e valor da remuneração do pesquisador; apresentar em moeda nacional ou, quando em moeda estrangeira, com o valor do câmbio oficial em Real, obtido

no período da proposição da pesquisa; apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação e compensação material nos casos ressalvados no item II.10 da Resolução do CNS 466/12;

- f. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- g. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- h. Termo de Anuência: Demonstrativo da existência de infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com documento que expresse a concordância da instituição e/ou organização por meio de seu responsável maior com competência;
- i. Outros documentos que se fizerem necessários, de acordo com a especificidade da pesquisa;
- j. Projeto de pesquisa original na íntegra.

*Modelos de documentos se encontram na página do CEP:
<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comite-de-etica-em-pesquisa/>

CEUA: Princípios e Diretrizes

O Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Católica de Brasília (CEUA-UCB) é um comitê permanente vinculado à Comissão Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e criado pela PORTARIA nº 072/00 da Reitoria da UCB, de 15 de maio de 2000 e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas envolvendo animais, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEUA promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa envolvendo animais vertebrados poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEUA-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética no Uso de Animais. Prontuários, históricos ou qualquer outro documento dos animais envolvidos da pesquisa que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEUA-UCB. Todos os protocolos de pesquisa a serem analisados pelo CEUA-UCB deverão ser submetidos de acordo com as instruções no site da CEUA-UCB (<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comissao-de-etica-no-uso-de-animais-ceua/>), respeitando a normas exigidas pela entidade.

É vedado a qualquer membro do CEUA- UCB a revelação de quem seja o relator do projeto em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

Funcionamento

O Comitê de Ética em Pesquisa se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros. As reuniões são realizadas com a presença mínima de metade mais um (50%+1) do total de membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do Comitê de Ética. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa apresentados para apreciação. As deliberações do CEP serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como: clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de

pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;
- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;
- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;
- Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;
- Suspenso: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa;
- Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEP na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo da CONEP, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEP, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEP-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa, o CEP-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:

Resolução CNS 510/16; Art. 1º Parágrafo Único.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

- I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
 - II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
 - III – pesquisa que utilize informações de domínio público;
 - IV - pesquisa censitária;
 - V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
 - VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
 - VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.
- § 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;
- § 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Projetos que devem ser encaminhados para apreciação da CONEP:

Resolução CNS 466/12, IX.4

- 1. genética humana, quando o projeto envolver:
 - 1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;
 - 1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniada com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;
 - 1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização *in vivo*;

- 1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);
- 1.5. pesquisas em genética do comportamento; e
- 1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;
2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados “participantes da pesquisa” todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:
 - 2.1. reprodução assistida;
 - 2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e
 - 2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;
3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;
4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;
5. estudos com populações indígenas;
6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;
7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;
8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e
9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) utilizadas na apreciação ética.

Normativas

Resolução CNS 580/2018	Pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde – SUS https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf
------------------------------	--

Resolução CNS 510/2016	Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/reso510_07_04_2016.html
Resolução CNS 466/2012	Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Revoga a Resolução 196/96) https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso466_12_12_2012.html
Resolução CNS 441/2011	Armazenamento e uso de materiais biológicos armazenados em pesquisas (Revoga a Resolução 347/05) https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/Reso441.pdf
Resolução CNS 346/2005	Pesquisas multicêntricas do Grupo I https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/reso346_13_01_2005.html
Resolução CNS 340/2004	Pesquisa em genética humana https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/reso340_08_07_2004.html
Resolução CNS 304/2000	Pesquisas com povos indígenas http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Reso304.doc
Resolução CNS 303/2000	Pesquisas em reprodução humana https://bit.ly/3b7UfMj
Norma Operacional CNS nº 001/2013	Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf

*Segue link da página do CNS, contendo as resoluções: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns> (em 07/05/2021 às 14h).

Principais documentos para Submissão:

Conforme Norma Operacional CNS 001/13;

- a. Folha de rosto: todos os campos devem ser preenchidos, datados e assinados, com identificação dos signatários. As informações prestadas devem ser compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas deve conter, com clareza, o nome completo e a função de quem assina, preferencialmente, indicados por carimbo. O título da pesquisa será apresentado em língua portuguesa e será idêntico ao do projeto de pesquisa;

- b. Declarações pertinentes, conforme a lista de checagem apresentada no Anexo II da presente norma, devidamente assinadas;
- c. Declaração de compromisso do pesquisador responsável, devidamente assinada, de anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais;
- d. Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- e. Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação; forma e valor da remuneração do pesquisador; apresentar em moeda nacional ou, quando em moeda estrangeira, com o valor do câmbio oficial em Real, obtido no período da proposição da pesquisa; apresentar previsão de ressarcimento de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação e compensação material nos casos ressaltados no item II.10 da Resolução do CNS 466/12;
- f. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- g. Cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP;
- h. Termo de Anuência: Demonstrativo da existência de infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com documento que expresse a concordância da instituição e/ou organização por meio de seu responsável maior com competência;
- e. Outros documentos que se fizerem necessários, de acordo com a especificidade da pesquisa;
- f. Projeto de pesquisa original na íntegra.

*Modelos de documentos se encontram na página do CEP:
<https://ucb.catolica.edu.br/portal/pesquisa/comissoes-e-comites-institucionais/comite-de-etica-em-pesquisa/>

CEUA: Princípios e Diretrizes

O Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Católica de Brasília (CEUA-UCB) é um comitê permanente vinculado ao Conselho Nacional de Controle de

Experimentação Animal (CONCEA), e criado pela PORTARIA nº 090/2015 da Reitoria da UCB, de setembro 2015, e vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Trata-se de uma instância colegiada de abrangência institucional, de múnus público, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, autônoma em relação aos demais colegiados e instâncias institucionais. Tem por finalidade a análise e o acompanhamento das pesquisas e ensino envolvendo animais, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e segurança dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira. Sendo assim, o CEUA promoverá a análise e o controle social dessas pesquisas e projetos de ensino, orientado pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, transparência, proporcionalidade e eficiência.

Nenhuma pesquisa ou ensino envolvendo animais poderá ser realizada na Universidade Católica de Brasília sem aprovação do CEUA-UCB, mesmo que este projeto já tenha sido avaliado por outro Comitê de Ética no Uso de Animais. Dados e documentos relacionados aos animais envolvidos na pesquisa e seus tutores que estão sob guarda da Universidade Católica de Brasília, bem como todos os dados colhidos e consignados, somente poderão ser acessados para fins de pesquisa com autorização do CEUA-UCB. Todos os protocolos de pesquisa e ensino a serem analisados pelo CEUA-UCB deverão ser submetidos por email, respeitando a normas exigidas pelo CEUA-UCB.

É vedado a qualquer membro do CEUA-UCB a revelação de quem seja o relator da proposta em análise, para se evitar eventual pressão tendenciosa nesta avaliação ou criar um caráter pessoal. A avaliação dos relatores será colocada em votação na reunião, e a palavra final será do Colegiado e não individual, mesmo que a decisão seja contrária ao expositor.

Funcionamento

O Comitê de Ética no Uso de Animais se reúne no mínimo 09 (nove) vezes ao ano, mensalmente, de fevereiro a novembro, exceção feita ao mês de julho, e extraordinariamente por convocação do Coordenador, *ex officio* ou em decorrência do requerimento de metade mais um dos seus membros titulares. Na impossibilidade da participação do titular, um suplente será automaticamente indicado pelo coordenador para assumir a função de relator na reunião, seja ela ordinária e/ou extraordinária.

As datas das reuniões são divulgadas ao público na página do CEUA. Contudo, as reuniões não são abertas como forma de garantir o sigilo e a confidencialidade do processo. A pauta será preparada com as matérias correlatas e com os protocolos de pesquisa ou ensino apresentados para apreciação. As deliberações do CEUA serão tomadas em reuniões, por voto de dois terços dos presentes. Havendo empate na votação, esta será decidida pelo voto do coordenador.

A apreciação de cada projeto, sempre com base em parecer consubstanciado ou em resumo. O parecer do relator deve conter fundamentalmente características como:

clareza, objetividade, concisão, completude, fundamentação e adequação às normas vigentes. O parecer a ser feito pelo Sistema CEUA/CONCEA incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos animais envolvidos na pesquisa ou ensino. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEUA/CONCEA a análise do desenho metodológico em si. Tal avaliação incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos sujeitos. A apreciação de cada projeto resultará em uma das seguintes deliberações:

- Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução;

- Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de adequações, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa ou ensino. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida;

- Não aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”;

- Arquivado: quando o pesquisador ou docente descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer;

- Suspenso: quando a pesquisa ou ensino aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente aos sujeitos da pesquisa ou ensino;

- Retirado: quando o Sistema CEUA/CONCEA acatar a solicitação do proponente responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

As deliberações serão tomadas pelo CEUA na forma de Parecer Consubstanciado, conforme modelo do CONCEA, assinado pelo coordenador. Não poderão participar das deliberações do CEUA, no momento da apreciação dos projetos de pesquisa, os membros do Comitê que estejam diretamente envolvidos ou que tenham interesses no protocolo.

As respostas aos protocolos com pendências serão apreciadas pelo membro designado pelo coordenador. O CEUA-UCB determinará o arquivamento do protocolo de pesquisa ou ensino nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo de 30 dias, às solicitações que lhes foram feitas. Os relatores poderão solicitar as exigências necessárias ao esclarecimento da matéria proposta para análise protelando a decisão até que atendidas às necessidades. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser votada no prazo máximo de até duas reuniões.

Aprovado o Protocolo de Pesquisa ou de Ensino, o CEUA-UCB passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa ou ensino. Ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

Projetos de Pesquisa que não serão apreciados pelo Sistema CEP/CONEP:

- Projetos que envolvem o uso de cadáveres de animais mortos ou sacrificados por motivos não-relacionados ao projeto de pesquisa ou ensino. Neste caso, os pesquisadores ou docentes devem obter e guardar um termo de doação do cadáver;
- Propostas de ensino envolvendo a observação de procedimentos clínicos rotineiros ou sendo executados por motivos não-relacionados ao curso em questão;
- Pesquisas e ensino envolvendo invertebrados.

Principais Resoluções e Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) utilizadas na apreciação ética.

Nor mati vas

Reso Que dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no Uso de
lução Animais (CEUAs).

Nor https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao
mati [/Resolucao_Normativa_CONCEA_n_20_de_30122014.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao)
va

CON
CEA

nº
20,
de
30.12
.201
4

Reso Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no Uso de Animais
lução (CEUAs).

Nor https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao
mati [/Resolucao_Normativa_CONCEA_n_1_de_09072010.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao)
va nº

1/201
o

Reso Baixa a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e
lução Didáticos - DBCA

Nor [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030).pdf)
mati [mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030).pdf)
va [de-2013-revogada-pela-rn-no-](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030).pdf)
12, [30.pdf/@@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.\(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030\).pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/concea/arquivos/pdf/legislacao/resolucao-normativa-no-12-de-20-de-setembro-de-2013-revogada-pela-rn-no-30.pdf/@@@download/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2012,%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202013.(Revogada%20pela%20RN%20n%C2%BA%2030).pdf)
de 20
de
sete
mbro
de
2013

O curso de medicina da UCB não realiza aulas práticas curriculares com animais
e não utiliza o biotério da Universidade nas atividades acadêmicas do curso.

V. REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. *Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia*. Resolução CNE/CP nº 1, de 02 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf. Acesso em: 13 de ago. 2015.

BRASIL. INEP/MEC. *Censo Escolar da Educação Básica 2013 Resumo Técnico*. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012*. Julho de 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

Constituição Apostólica do Sumo Pontífice Francisco *Veritatis gaudium* sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. – Brasília, DF: CNBB, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. *Indicadores de acesso e participação 2014: rede pública estadual DF*. 2014. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850_dados_indicad

ores_educacionais/ii_c_taxa_escolarizacao_totaldf_2014.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. 2013. Disponível em: <
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *Síntese Histórica UCB - 39 Anos de Educação Superior, 18 Anos de Universidade*. Página UCB, Out, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Carta de Princípios da Universidade Católica de Brasília*. Brasília:UCB,1998. 15p.

_____. *Estatuto*. Série UCB Legislação e Normas. Brasília, DF. 2010. Disponível em<<http://portal.ucb.br/docs/estatuto2010.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. *A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA*. Portaria UCB nº 154 de 27/05/2004. BRASÍLIA, 2010.

_____. *INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO*. Resolução CONSEPE, 63/2009. BRASÍLIA: UCB, 2009.

_____. *NORMAS E PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO*. BRASÍLIA: UCB, 2007.

_____. *NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE*. Parecer CONSEPE n.º 91 de 24 de agosto de 2010. BRASÍLIA, 2010.

_____. *PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL*. BRASÍLIA: UCB, 2008.

_____. *PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL*. BRASÍLIA: UCB, 2013.

_____. *Regimento Interno da UCB*. Brasília, DF. 2010.
Disponível em:<<http://www.ucb.br/textos/2/1358/UniversidadeCatolicaDeBrasilia/?sIT=1>>.
Acesso em: 03 fev. 2014.

